

João Luís de Carvalho Barbosa Dias

---

***THE BATTLEGROUND STATES OF AMERICA – ONDE SE  
DECIDEM AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NORTE-  
AMERICANAS***

---



Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2012



João Luís de Carvalho Barbosa Dias

---

***THE BATTLEGROUND STATES OF AMERICA – ONDE SE  
DECIDEM AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NORTE-  
AMERICANAS***

---



Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2012

João Luís de Carvalho Barbosa Dias

---

***THE BATTLEGROUND STATES OF AMERICA – ONDE SE  
DECIDEM AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NORTE-  
AMERICANAS***

---

Orientador: Professor Doutor Rui Miguel Ribeiro

Dissertação apresentada à **Universidade Fernando Pessoa**  
como parte dos requisitos para obtenção do grau de **Mestre**  
em **Ciência Política e Relações Internacionais**



## Resumo

A temática central desta dissertação são as eleições presidenciais dos Estados Unidos, sendo o objecto os chamados *battleground states*, ou seja, os Estados onde se disputam e decidem as eleições para a chefia de Estado norte-americana.

Com uma abordagem inicial ao modo de funcionamento dos sistemas político e eleitoral dos Estados Unidos, desde a génese da fundação do país, até ao estado actual dos dois partidos que dominam o panorama político norte-americano, o presente trabalho apresenta uma visão geral sobre a política dos Estados Unidos para, de seguida, aprofundar a questão dos *battleground states*.

Devido ao sistema singular das eleições presidenciais norte-americanas, apenas uma parte dos Estados são decisivos na escolha do Presidente dos Estados Unidos, o que leva a que os candidatos à Casa Branca concentrem os seus esforços e recursos nesses mesmos Estados, conhecidos como *battleground states*.

Assim, este estudo tenta definir quais são os *battleground states*, divididos entre Estados *toss-up* (aqueles em que o vencedor é verdadeiramente uma incerteza) e os *leaning* (onde o resultado final pode ser disputado, mas nos quais um dos dois partidos parte com uma ligeira vantagem), de forma a procurar aclarar os Estados da União que, afinal de contas, têm o condão de decidir as eleições presidenciais norte-americanas.

Depois de definidos os *battleground states*, o presente trabalho analisa-os, caso a caso, em particular a nível histórico, demográfico e político, de forma a dar a entender as razões e as causas que fazem desse Estado um *battleground state* em eleições presidenciais.

**Palavras-chave:** Eleições, Estados Unidos, Política norte-americana, Estratégia Eleitoral, *Battleground States*.

## Abstract

The main theme of this thesis is the United States of America's presidential elections and the object of study is the battleground states of those elections, which are the competitive states and where the US presidential elections are decided.

First of all, this thesis approaches the functioning of the United States' political and electoral system, covering issues such as the foundation of the country or the bipartisan model that dominates US politics, presenting a general overview of the United States' political landscape.

After that, this study addresses the issue of the battleground states. Due to the distinctive system of the US presidential elections, some states are key to the choosing of the President of the United States. Therefore, presidential candidates concentrate their efforts and resources in those decisive states, known as battleground states.

This thesis tries to define which states are the battleground states, dividing them into two categories: toss up (the ones where the winner is a total uncertainty) and leaning (states that are competitive but where a given party is a slight favorite). Afterwards, it may become clearer which states have the power to decide the US presidential elections.

With the battleground states already defined, the study analyses them, one by one, specifically their historical, demographical and political backgrounds, in order to understand the reasons that make a state a battleground state in presidential elections.

**Keywords:** Elections, United States, US politics, Electoral Strategy; Battleground States.

## **Agradecimentos**

É sempre difícil realizar uma dissertação de mestrado e esta não fugiu à regra, especialmente tendo em conta as particularidades e condicionalismos de um trabalhador/estudante. Todavia, houve algumas pessoas que contribuíram para a amenização das dificuldades e que me apoiaram e ajudaram em todo o percurso.

Desde o início de 2010 que acompanho, de forma praticamente diária, tudo o que se passa no emocionante mundo da política norte-americana no meu blogue sobre este tema, o “Máquina Política”. Por isso, tenho de agradecer às dezenas de milhares de visitantes que foram passando pelo blogue nos últimos três anos e que foram a principal razão para eu não perder o incentivo de me manter informado e ir escrevendo sobre o tema, de forma a poder manter o blogue actualizado.

Devo também um especial agradecimento à pessoa que me acompanhou e orientou durante esta dissertação, mas também durante todo o meu percurso na licenciatura e no mestrado, o Prof. Dr. Rui Miguel Ribeiro. O entusiasmo que comigo partilha sobre este tema, assim como os seus sábios conselhos, tornaram o meu trabalho mais fácil e indicaram-me o caminho a percorrer.

Tenho também de agradecer à minha família, em especial aos meus pais e avós, que sempre estimularam o meu sentido crítico e analítico, que tanta utilidade tem tido no meu percurso académico, e que tudo fizeram para me proporcionar as condições necessárias para que eu pudesse seguir uma área de estudos por gosto e não por necessidade.

Finalmente, impõe-se um especial agradecimento à minha namorada, Patrícia, tantas vezes preterida em prol deste trabalho, e que acompanhou de muito perto todo o percurso que culminou nesta tese, ajudando-me de forma imensurável com os seus conselhos e motivando-me com a sua persistência e capacidade de trabalho que tanto admiro.

## ÍNDICE

<b>I. Introdução</b> .....	1
<b>II. O sistema político dos Estados Unidos da América</b> .....	6
2.1. A Revolução Americana.....	6
2.2. A Constituição Americana.....	8
2.3. A Guerra da Secessão e o reforço do poder federal.....	11
2.4. O Federalismo e a separação de poderes.....	13
2.4.1. O poder executivo.....	13
2.4.2. O poder legislativo.....	15
2.4.3. O poder judicial.....	16
2.4.4. O poder estadual.....	17
2.5. Os partidos políticos.....	19
2.5.1. O Partido Democrata.....	20
2.5.2. O Partido Republicano.....	22
<b>III. O sistema das eleições presidenciais dos Estados Unidos</b> .....	24
3.1. As eleições primárias.....	24
3.2. O colégio eleitoral.....	28
3.3. Consequências do sistema eleitoral.....	30
<b>IV. Classificação dos Estados em eleições presidenciais</b> .....	33
4.1. Determinação do modelo de classificação.....	33
4.2. Aplicação do modelo de classificação.....	35
4.3. Verificação da validade de classificação.....	38
4.4. A utilização da classificação na estratégia das campanhas.....	40
<b>V. Os <i>battleground states</i></b> .....	42
5.1. Florida.....	43
5.2. Pennsylvania.....	47

5.3. Ohio.....	51
5.4. Michigan.....	55
5.5. North Carolina.....	58
5.6. Virginia.....	61
5.7. Arizona.....	65
5.8. Missouri.....	69
5.9. Wisconsin.....	72
5.10. Minnesota.....	77
5.11. Colorado.....	78
5.12. Oregon.....	82
5.13. Iowa.....	85
5.14. Nevada.....	88
5.15. New Mexico.....	91
5.16. New Hampshire.....	94
<b>VI. Conclusões.....</b>	<b>97</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>101</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>106</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I – Diferença entre os candidatos presidenciais nas três últimas eleições.....	35
Tabela II – Classificação dos Estados americanos de acordo com o seu estatuto em eleições presidenciais.....	36
Tabela III – Visitas e dinheiro gasto pelos candidatos presidenciais de 2004 e 2008 nos 16 Estados definidos como <i>battleground states</i> .....	39
Tabela IV – Estratégia das campanhas em relação às categorias de Estados.....	41
Tabela V – Descrição política e demográfica da Florida.....	43
Tabela VI – Descrição política e demográfica da Pennsylvania.....	47
Tabela VII – Descrição política e demográfica do Ohio.....	51
Tabela VIII – Descrição política e demográfica do Michigan.....	55
Tabela IX – Descrição política e demográfica da North Carolina.....	58
Tabela X – Descrição política e demográfica da Virginia.....	61
Tabela XI – Descrição política e demográfica do Arizona.....	65
Tabela XII – Descrição política e demográfica do Missouri.....	69
Tabela XIII – Descrição política e demográfica do Wisconsin.....	72
Tabela XIV – Descrição política e demográfica do Minnesota.....	75
Tabela XV – Descrição política e demográfica do Colorado.....	78
Tabela XVI – Descrição política e demográfica do Oregon.....	82
Tabela XVII – Descrição política e demográfica do Iowa.....	85
Tabela XVIII – Descrição política e demográfica do Nevada.....	88
Tabela XIX – Descrição política e demográfica do New Mexico.....	91
Tabela XX – Descrição política e demográfica do New Hampshire.....	94

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I – Distribuição de votos eleitorais por categoria de Estados.....	37
Gráfico II – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais na Florida.....	43
Gráfico III – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais na Pennsylvania.....	47
Gráfico IV – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Ohio.....	51
Gráfico V – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Michigan.....	55
Gráfico VI – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais na North Carolina...	58
Gráfico VII – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais na Virginia.....	61
Gráfico VIII – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Arizona.....	65
Gráfico IX – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Missouri.....	69
Gráfico X – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Wisconsin.....	72
Gráfico XI – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Minnesota.....	75
Gráfico XII – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Colorado.....	78
Gráfico XIII – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Oregon.....	82
Gráfico XIV – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Iowa.....	85
Gráfico XV – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Nevada.....	88
Gráfico XVI – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no New Mexico...	91
Gráfico XVII – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no New Hampshire .....	94

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura I – Mapa eleitoral dos EUA com base na classificação dos Estados em eleições presidenciais.....	38
--	----

## 1. INTRODUÇÃO

Um dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre, no âmbito de um mestrado, é a elaboração de uma dissertação. E uma das decisões mais importantes a tomar, no que à dissertação diz respeito, prende-se, por motivos vários, com a escolha do tema. De salientar que é à volta deste tema que o autor vai andar durante largos meses, daí a importância dada à sua escolha.

No âmbito do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, são inúmeras as opções que podem ser tomadas. No entanto, o tema para esta dissertação nunca esteve em causa. Sendo a política dos Estados Unidos em geral, e as eleições presidenciais norte-americanas em particular, um passatempo e até uma paixão do autor, era dado adquirido que o tema da sua dissertação de mestrado seriam as eleições presidenciais norte-americanas.

O autor considera ser este um tema pertinente, tendo em conta que os Estados Unidos são um actor político incontornável nas Relações Internacionais, sendo, hoje em dia, a única superpotência mundial. Aliás, para George Friedman (2012), o domínio político, económico, militar e cultural dos Estados Unidos é de tal ordem que podemos mesmo falar de um império norte-americano, ainda que não intencional. Ainda segundo o mesmo autor,

tal como a cultura francesa ou britânica foram decisivas durante os seus períodos de poder, também a cultura americana, jovem e bárbara como é, irá definir o modo como o mundo pensa e vive. Assim sendo, estudar o século XXI significa estudar os Estados Unidos (Friedman, 2010, p. 31).

Tendo em conta a primazia americana nos dias de hoje, assim como a sua relevância nas Relações Internacionais, parece-nos fazer todo o sentido estudar a forma como é escolhido e eleito o seu líder político, ou seja, o seu Presidente da República. Isto porque

O presidente americano é o líder político mais importante do mundo. O motivo é simples: governa uma nação cujas políticas económicas e militares moldam as vidas de pessoas em todos os países, em todos os continentes. O Presidente pode ordenar, e ordena de facto, invasões, embargos e sanções. As políticas económicas que molda afectam milhares de milhões de vidas, talvez ao longo de várias gerações. Durante a próxima década, quem vier a ser Presidente e aquilo que decidir fazer muitas vezes afectarão mais as vidas de não americanos do que as decisões dos seus próprios governos (Friedman, 2012, p.31).

Contudo, dentro desse tema – as eleições presidenciais norte-americanas – tão abrangente, a escolha de um objecto de estudo foi uma tarefa bem mais complicada, dada a diversidade de tópicos de interesse, mas também de encontrar um objecto que fosse exequível de ser estudado no contexto de uma dissertação de mestrado. Finalmente, o objecto de estudo ficou definido, sendo os *battleground states*, aqueles Estados que, nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, fazem a diferença e definem o vencedor, a opção seleccionada. Dessa forma, ficava satisfeita a vontade do autor em abordar um dos pontos de maior interesse das eleições americanas, decorrente das especificidades particulares do método de escolha dos Chefes de Estado norte-americanos.

O presente trabalho iniciar-se-á com uma breve abordagem ao sistema político dos Estados Unidos, onde serão tratados temas históricos, como a Revolução Americana, a Constituição ou a Guerra da Secessão, mas também conceitos intemporais, como o Federalismo e o bipartidarismo.

Dadas as características únicas e peculiares do processo de eleição do Presidente dos Estados Unidos, o objectivo seguinte do trabalho será o de explicar e caracterizar o sistema eleitoral norte-americano, com destaque para o sistema de colégio eleitoral, assim como abordar as consequências, positivas e negativas, desta forma de eleição.

Depois de explicado detalhadamente o sistema eleitoral norte-americano, tentaremos identificar quais os Estados que desempenham um papel fulcral na escolha dos presidentes dos EUA, tendo uns maior peso e importância do que os outros e, conseqüentemente, explicar os motivos que levam a que isso aconteça. Esses Estados,

conhecidos na terminologia norte-americana como *battleground states*, serão identificados, através de um critério previamente definido, e caracterizados de forma a ser possível avançar com as razões que fazem com que esse determinado Estado seja um *battleground state*.

Com este estudo, pretende dar-se a conhecer, de forma mais detalhada, o complexo funcionamento político e eleitoral dos Estados Unidos da América, em particular a singular forma de eleição do Presidente norte-americano, bastante diferente de qualquer eleição presidencial num país europeu.

O título é o primeiro contacto que se tem com um determinado trabalho. Por isso, importa que a sua escolha seja acertada, de forma a “reflectir adequadamente o conteúdo do trabalho” (Azevedo, 2009, p. 6).

Dessa forma, o título escolhido para esta dissertação de mestrado é “*The Battleground States Of America*”, fazendo-se menção ao objecto de análise – os *battleground states* das eleições presidenciais norte-americanas – ao mesmo tempo que se faz um jogo de palavras com o nome do país cujas eleições presidenciais serão alvo de estudo: os Estados Unidos da América.

Contudo, como “o título pode ficar mais rigorosamente definido e mais próximo do conteúdo se for determinado com um subtítulo” (Azevedo, 2009, p. 10), optar-se-á por complementar o mesmo com o subtítulo “Onde se decidem as eleições presidenciais norte-americanas”. Neste caso, o subtítulo é pertinente, dado que, para os menos entendidos nas matérias da política dos Estados Unidos, a noção de *battleground state* não é um termo familiar.

Para a elaboração deste trabalho, o principal método a utilizar será a consulta de material bibliográfico, sendo que uma boa parte será de origem norte-americana, uma vez que nos Estados Unidos existem inúmeras publicações, de cariz científico ou jornalístico, que abordam a temática das eleições presidenciais.

Tendo em conta o objecto de estudo desta dissertação, a consulta e utilização de dados estatísticos, sejam eles relativos a resultados eleitorais e/ou de sondagens ou de outro tipo, será uma constante. Para isso, além de obras impressas, existem inúmeros locais na Internet que se ocupam de reunir e divulgar os resultados de sondagens eleitorais, pelo que a sua utilização será incontornável.

Por fim, de forma a ser possível uma determinação coerente e lógica de quais são os *battleground states* nas eleições presidenciais americanas, afinal o objecto de estudo do trabalho, será definido um critério fixo, verificável e empírico para determinar um certo Estado como sendo *battleground state*.

Importa ainda clarificar que se optou por adoptar a denominação em inglês de todos os Estados e regiões norte-americanos, de forma a não se cair na incoerência de apresentar nomes sem tradução para português, como o Connecticut ou o Massachusetts, juntamente com outros com a sua denominação portuguesa, como seria o caso, por exemplo, da Carolina do Sul.

Segundo Estrela, Soares e Leitão (2006), a estrutura de uma dissertação divide-se por três fases, a saber, a fase pré-textual, a fase textual e a fase pós-textual. A primeira fase, a pré textual, consistirá na capa, na página de rosto, nos agradecimentos, no índice e num resumo da dissertação em duas línguas (português e inglês).

A fase textual iniciar-se-á pela Introdução, onde serão descritos os princípios fundamentais da dissertação de mestrado, desde os motivos que levaram à escolha do tema, até aos métodos e materiais utilizados no trabalho de investigação, passando pelo objecto de estudo, assim como pelos objectivos que o autor se propõe alcançar no âmbito do seu trabalho. Além disso, será feita uma breve enumeração e descrição de todos os capítulos e conteúdos da dissertação.

Em seguida, virá o desenvolvimento do trabalho, que se iniciará, no segundo capítulo, com uma introdução ao sistema político americano, onde serão abordadas as características gerais do funcionamento da política nos Estados Unidos, com especial atenção para o federalismo e a separação de poderes. Depois, no terceiro capítulo, será

explicado o sistema eleitoral norte-americano, nomeadamente o método de eleição do Presidente dos Estados Unidos, desde as primárias à eleição geral.

No capítulo seguinte, o quarto, apresentaremos uma proposta de classificação dos Estados norte-americanos de acordo com o papel que desempenham nas eleições presidenciais, através de um modelo que se mostre válido e capaz de definir quais os Estados em que se disputa e decidem as eleições para a Presidência dos Estados Unidos.

Seguidamente, no quinto capítulo, e depois de apurados os *battleground states*, será realizada a caracterização de cada Estado, de forma a analisar quais são as razões (históricas, políticas, ou demográficas) que fazem com que esse mesmo Estado seja um *battleground state*.

Finalmente, no sexto e último capítulo, serão apresentadas as conclusões, que “sintetizam os resultados, isto é, resumem as respostas encontradas no corpo do trabalho para as questões formuladas na introdução” (Estrela, Soares e Leitão, p. 26), e que serão a última parte da fase textual.

Na fase pós-textual, encontraremos os anexos – onde constarão dados que, não fazendo parte do texto, o complementam – assim como a bibliografia utilizada para a realização da dissertação de mestrado.

## **2. O SISTEMA POLÍTICO DOS ESTADOS UNIDOS**

De forma a podermos perceber toda a dinâmica das eleições presidenciais nos Estados Unidos da América é fundamental estarmos familiarizados com o funcionamento político do país. Por isso, este capítulo abordará o sistema político norte-americano, desde os antecedentes da sua fundação até ao modo de funcionamento actual das estruturas políticas nos Estados Unidos.

### **2.1. A Revolução Americana**

A colonização do continente americano pelos europeus começou no início do século XVII. Os Espanhóis estabeleceram-se nos actuais territórios da Florida, do Texas, da California e uma parte considerável do Oeste americano; os Franceses instalaram-se, numa primeira instância, na região do Canadá e dos Grandes Lagos, tendo, mais tarde, avançado para o vale do Mississipi, onde fundaram a colónia do Louisiana. Por sua vez, os Ingleses desembarcaram e fixaram-se na costa Atlântica, na região que é hoje ocupada pelos Estados da Virginia e de New England (Gray e Hofstadter, 1970).

E foi nas colónias inglesas de New England “que se combinaram as duas ou três ideias principais que constituem ainda hoje as bases da teoria social dos Estados Unidos” (Tocqueville, 2007, p. 69). A maior parte dos colonos era influenciada por dois autores ingleses, Thomas Hobbes e John Locke, cujas doutrinas,

quanto ao “estado de natureza” e subsequente evolução para o “estado de sociedade através de um contrato, de um pacto social, eram doutrinas particularmente ajustadas à situação que esses homens encontravam na sua vida de todos os dias (Freitas do Amaral, 1997, p. 65)

Ora, era tendência dos primeiros colonos norte-americanos redigir um texto para funcionar como um contrato social entre eles. Esta tendência transformou-se em

tradição e, segundo Diogo Freitas do Amaral (1997, p. 66), “havia de desembocar, naturalmente e sem esforço, na elaboração da primeira Constituição escrita do mundo”.

Na segunda metade do século XVIII, as colónias britânicas em solo norte-americano, cada vez mais coesas e com um maior espírito de identidade com a sua nova terra, começaram a sentir um crescente descontentamento para com a coroa britânica. Reclamando uma maior autonomia para as suas colónias (*self-government*), as colónias contestavam o facto de terem de pagar impostos apesar de não estarem representadas no Parlamento Britânico. A famosa frase “*no taxation without representation*” era o *slogan* da época (Freitas do Amaral, 1997).

Em 1773, as colónias estavam a tornar-se ingovernáveis e os dissidentes americanos estavam já a realizar preparativos militares. Nesse ano,

um grupo de militantes de Boston destruiu uma carga de chá da Índia Oriental no porto de Boston, o famoso «*Boston Tea Party*», que constituiu uma violação flagrante da lei e da autoridade britânica (Jenkins, 2012, p.64).

Em 1774, reuniu-se em Philadelphia um Congresso Continental, que debateu as acusações americanas e decretou um boicote a produtos britânicos. No ano seguinte, com o Congresso Continental a funcionar, na prática, como o governo rebelde, a determinação britânica em combater os revoltosos originou as primeiras batalhas (Jenkins, 2012).

Em 1776, a obra *Common Sense*, de Thomas Paine, onde o autor defendia a independência da Grã-Bretanha e a implantação da República, veio despoletar os acontecimentos e, a 4 de Julho, é declarada a independência das 13 colónias americanas: North Carolina, South Carolina, Connecticut, Delaware, Georgia, New Hampshire, Maryland, Massachusetts, New Jersey, New York, Pennsylvania, Rhode Island e Virginia. A Declaração de Independência foi redigida por uma comissão de cinco membros, de que faziam parte Benjamin Franklin, John Adams e Thomas Jefferson, cabendo a este último o grosso da autoria do histórico documento (Proença de Carvalho, 2005).

Dado que o exército britânico, apesar de bem treinado, não era suficientemente numeroso para combater em todo o vasto território das colônias, a estratégia da Grã-Bretanha centrou-se, na primeira fase da guerra, “na destruição dos principais centros de militância patriota” (Jenkins, 2012, p.65). Por sua vez, os rebeldes tentavam aguentar-se como força militar e política, até que uma das nações inimigas dos britânicos os visse como uma entidade credível e viesse em seu auxílio.

Contudo, até ao final de 1777, a Revolução Americana esteve várias vezes perto do fracasso total e a situação só se alterou devido à mestria do comando militar de George Washington, mas, especialmente, pela confusão no seio do comando militar britânico. Em 1778, com a tendência da guerra a mudar a favor dos rebeldes, a França entrou no conflito ao lado dos Americanos. Com um exército experiente e uma marinha de guerra do seu lado, os Americanos pressionaram os Britânicos e, em 1781, a batalha de Yorktown resultou numa estrondosa vitória para as forças franco-americanas, que obrigaram à rendição do General Cornwallis e das suas tropas. Dois anos depois, era assinado o acordo de paz, em Paris, que selava o final da guerra e garantia a independência americana (Jenkins, 2012).

## **2.2. A Constituição Americana**

Entretanto, as colônias americanas, apesar de terem de enfrentar um inimigo comum “continuavam, no entanto, desprovidas de uma arquitectura institucional de conjunto” (Proença de Carvalho, 2005, p. 176) e, entre 1776 e 1780, todas as colônias, com excepção de Rhode Island, redigiram as suas próprias constituições.

Foi para solucionar o problema da falta de uma estrutura política comum entre os treze Estados que, em 1777, foi aprovado o estatuto da Confederação, apesar de a sua ratificação por todos os Estados apenas ter acontecido em 1781. Todavia, e como os Estados não estavam dispostos a abdicar desse direito, a Confederação não tinha competências para lançar e regular impostos.

Em resumo,

O que surge primeiro é a independência dos 13 Estados; depois, cada um deles elabora a sua Constituição; e por fim formam uma aliança de carácter internacional, chamada Confederação, continuando todos, aliás, como Estados soberanos e independentes (Freitas do Amaral, 1997, p.72.).

Contudo, o Governo da Confederação revelou-se um fracasso praticamente total. Isto porque, e como afirma Ana Guerra Martins (cit. in Proença de Carvalho, 2005, p. 176),

sem dinheiro para pagar as tropas, foi completamente impotente para proteger as suas fronteiras dos ingleses, dos espanhóis e dos índios. Sem poderes em matéria comercial – internos e externos – não conseguiu evitar as querelas entre os Estados nem podia celebrar tratados internacionais. Sem possibilidade de aplicar coercivamente as leis aprovadas no Congresso e os Tratados concluídos com terceiros Estados, não conseguia impor a sua posição em matéria de política externa.

Foram estas circunstâncias que levaram à realização de uma Convenção, em 1787, na cidade de Philadelphia. Aqui, reuniram-se

cinquenta e cinco delegados dos Estados (com excepção do Rhode Island, que não se fez representar), com a missão de corrigir a débil estrutura política que sustentava os EUA. Imbuídos de um espírito arrojado, os delegados puseram de lado os ineficazes Artigos da Confederação e decidiram apresentar um novo projecto constitucional que unisse em definitivo os treze Estados recém-nascidos, facultando-lhes um instrumento de governo eficaz e duradouro (Gomes André, 2008, p. 156).

Apesar de o debate sobre a proposta da constituição nacional ter decorrido “num alto nível de sofisticação retórica, no qual muitos dos delegados se revelaram figuras de distinção intelectual” (Jenkins, 2012, p. 71), a verdade é que os trabalhos de elaboração da Constituição norte-americana foram marcados por conflitos de interesse de várias espécies: Estados grandes contra Estados pequenos; Estados escravagistas face a Estados abolicionistas; Estados mercantis frente a Estados agrícolas. Assim, a necessidade de conciliar as várias partes em causa

dominou as discussões e fez com que a Constituição se tornasse o resultado de uma série de compromissos (Proença de Carvalho, 2005).

O principal compromisso partiu da diferença de posições entre os Estados de maior dimensão, que pretendiam ver implementado um Estado Federal, revestido de um forte poder central, e os Estados mais pequenos, que preferiam que todo o poder fosse concedido aos Estados. Ou seja, os primeiros tencionavam criar uma nação americana, enquanto os segundos queriam a instauração de treze Estados independentes. Ainda que com importantes cedências a esta última visão, seria a primeira concepção a prevalecer (Freitas do Amaral, 1997).

Até 1790, todos os Estados ratificaram a Constituição que entrou em vigor nesse mesmo ano. Composta por sete artigos, divididos em várias secções, a Constituição recebeu, até à data, o acréscimo de 27 emendas. Entre estas, merecem destaque as dez primeiras, conhecidos como *Bill of Rights* e ratificadas em 1791; a 18ª emenda (1919), que proibiu as bebidas alcoólicas e que foi a única a ser revogada, em 1933, pela 21ª emenda; a 13ª, que aboliu a escravatura; a 22ª, que limitou a dois mandatos consecutivos a manutenção do cargo de Presidente (Grafton, 2000).

Segundo Proença de Carvalho (2005, p. 181), “a importância da Constituição Norte-Americana é indelével, seja em termos históricos, seja nos seus contributos para a Ciência Política e o Direito Constitucional”.

Para Freitas do Amaral (1997, p. 76), a relevância do histórico documento é comprovada pelos seguintes elementos:

- 1) Foi a primeira Constituição da era moderna;
- 2) Foi a primeira Constituição escrita;
- 3) Foi a primeira vez que a Constituição instituiu um sistema de garantia judicial de constitucionalidade das leis;

- 4) Foi a primeira Constituição a comportar um texto escrito contendo uma declaração de direitos;
- 5) Foi a primeira vez que se instituiu um Estado Federal;
- 6) Foi a primeira vez que se estabeleceu um sistema de governo presidencialista.

A estas características inovadoras e marcantes da Constituição Americana, Jorge Miranda (1997), acrescenta ainda que o documento em causa constituiu a primeira Constituição a decretar a separação das confissões religiosas e deu origem à primeira República baseada no princípio democrático.

### **2.3. A Guerra da Secessão e o reforço do poder federal**

A solução de consenso que representou a Constituição Americana não impediu, porém, a continuação da divisão de opiniões entre os apoiantes de um poder federal forte e os proponentes de uma maior autonomia e autoridade dos Estados. Esta diferença de posições era especialmente relevante em relação à questão da escravatura, defendida pelos Estados do Sul, muito dependentes da mão-de-obra escrava nas suas plantações agrícolas, e renegada pelos Estados industrializados do Norte (Jenkins, 2012).

Em 1861, a subida ao poder de Abraham Lincoln, um abolicionista, levou à secessão da South Carolina, seguida de dez Estados do Sul, que formaram uma Confederação, com capital em Richmond sob a presidência de Jefferson Davis. Lincoln, que receava que a União se fragmentasse em várias repúblicas rivais, como havia sucedido na América do Sul, ainda tentou tomar acções diplomáticas que evitassem o conflito. Contudo, sem sucesso. E, em Abril de 1861, começa a Guerra da Secessão que se prolongaria durante quatro anos, terminando em 1865 com a vitória da União e a reincorporação de todos os Estados dissidentes (Ameur, 2005).

Apesar de ter sido uma enorme tragédia, que ceifou centenas de milhares de vidas, Farid Aneur (2005, p. 116), considera que foi a “guerra civil que constituiu os Americanos num povo unido, consciente de viver uma aventura comum”.

Além disso, a Guerra da Secessão “constituiu um enorme êxito para as teses federalistas, mais reforçada ainda pela política de reconstrução seguida no pós-guerra” (Proença de Carvalho, 2005, p. 184). Até porque foi durante este conflito que Lincoln assinou algumas das mais relevantes peças legislativas da História americana, desde a autorização do caminho-de-ferro transcontinental, passando pelo encorajamento da colonização das planícies desertas do Oeste, até à instauração do primeiro imposto federal sobre os rendimentos, medida tomada como forma de pagar a Guerra Civil (Proença de Carvalho, 2005).

A Guerra Civil serviu, então, para reforçar o poder do Estado federal, visando resolver um dos problemas do federalismo anteriormente detectado por Tocqueville (2007, p. 205), que considerava a relativa fraqueza do governo da União como o “mais funesto de todos os vícios” do sistema federal. Desde então, o poder federal não mais parou de aumentar, fosse pela criação de novos impostos ou pela possibilidade, criada através da 17ª emenda à Constituição, de serem os eleitores e não os órgãos legislativos de cada Estado a escolherem os Senadores.

Mas é com a chegada de Franklin Delano Roosevelt à Casa Branca, em 1932, que o poder federal aumentou de forma nunca antes vista. Como forma de responder à Grande Depressão de 1929, Roosevelt implementou várias e importantes reformas de cariz económico e social, de forma a tentar encontrar “bases mais sólidas e mais saudáveis para o desafogo dos Estados Unidos” (Melandri, 2006, p. 127).

Desde meados do século XX até à actualidade, o funcionamento político dos Estados Unidos não sofreu grandes alterações, ainda que a tendência seja para a consolidação do poder presidencial, principalmente devido ao aumento de peso das agências federais e do fortalecimento do papel de *Commander-in-Chief*, após vários conflitos militares (Gomes André, 2008).

## **2.4. O Federalismo e a separação de poderes**

Como vimos, com a Constituição Americana nasceu também o Federalismo, que “visava articular o poder soberano de uma entidade central, a União, com o dos Estados sem esvaziar os poderes destes últimos” (Proença de Carvalho, 2005, p. 178).

Actualmente, os Estados Unidos constituem-se como uma Federação, formada por 50 Estados federados. Às treze colónias originais da fundação, foram-se somando, com o passar do tempo, mais 37 Estados, adquiridos de diferentes formas (compra, conquista ou expansão). Os casos mais recentes, datados do século XX, são os do Alaska e do Hawaii, que se juntaram à União em 1958 e 1959, respectivamente (Proença de Carvalho, 2005).

Contudo, e apesar de os Estados terem competências próprias e uma elevada autonomia, o poder soberano é o do Governo federal, baseado na capital do país, Washington D.C.. Aí estão sediados o Capitólio, a Casa Branca e o Supremo Tribunal, edifícios icónicos e que albergam, respectivamente, o poder legislativo, o poder executivo e o poder judicial do Governo Federal.

Esses três poderes foram consagrados pela Constituição, que definiu “a organização do sistema de governo federal, alicerçando-o na separação de poderes e na enumeração específica das suas competências” (Gomes André, 2008, p. 157).

### **2.4.1. O poder executivo**

A liderar o executivo do governo Federal dos Estados Unidos está o Presidente. Sendo simultaneamente Chefe de Estado e de Governo, o Presidente é detentor de um poder considerável. “Ou seja, o Presidente da União perfila-se como o centro da cena política norte-americana e o símbolo da unidade nacional” (Proença de Carvalho, 2007, p. 206).

Eleito para um mandato de quatro anos, não podendo acumular mais que dois mandatos consecutivos, o Presidente pode ser impugnado pelo Congresso, num processo de *impeachment*, caso esta salvaguarda constitucional seja aprovada pela maioria da Câmara dos Representantes e dois terços do Senado.

Como já foi referido, o poder presidencial aumentou consideravelmente nas últimas décadas, apesar de não ser essa a intenção dos fundadores dos Estados Unidos, que, como afirma Gomes André (2008, p. 161),

pretendiam que a figura do Presidente servisse como garante de estabilidade no sistema político, controlando a acção do poder legislativo e servindo de alguma forma como contraponto daquele.

O Presidente tem capacidade para gerir os assuntos internos, seja através da assinatura de ordens executivas, seja através da intervenção na agenda legislativa, propondo legislação e promulgando ou vetando as leis que são aprovadas no Congresso. Além disso, uma das suas competências mais importantes é a de nomear os juizes do Supremo Tribunal (Gouveia e Pinto, 2009).

O Presidente é também o verdadeiro líder da diplomacia norte-americana, já que o Secretário de Estado tem de coordenar a sua agenda política de acordo com as linhas orientadoras do Chefe de Estado. Ainda no domínio das relações externas, é ao Presidente que cabe o papel de comandante supremo das Forças Armadas, mesmo que a declaração de guerra formal seja uma competência do Congresso.

O Vice-Presidente, eleito simultaneamente e para o mesmo mandato que o Presidente, é a segunda figura política dos Estados Unidos, ainda que a sua influência varie de Administração para Administração. A sua principal função (além de presidir ao Senado) é a de substituir o Presidente em caso de morte ou incapacidade deste.

Além de apoiado pelo seu *staff* da Casa Branca, o Presidente conta ainda com um Gabinete (*Cabinet*), uma estrutura criada durante a Presidência de George Washington e que, hoje em dia, é vulgarmente conhecida como Administração. O *Cabinet* é formado

pelos Secretários, que aplicam as directivas do Presidente nas mais variadas áreas da governação. Entre os Secretários, os cargos mais conceituados e mais influentes são os do Estado (Negócios Estrangeiros), da Defesa e do Tesouro (Finanças) (Gomes André, 2008).

#### **2.4.2. O poder legislativo**

O poder legislativo da União está entregue ao Congresso, que é formado por duas câmaras: a Câmara dos Representantes e o Senado. A primeira, a câmara alta, representa todos os Estados, enquanto o segundo representa todo o povo (Proença de Carvalho, 2007).

A Câmara dos Representantes é formada por 435 membros, que são eleitos por sufrágio universal e directo, representando de forma proporcional a população de cada Estado. Segundo Gomes André (2008, p. 158), “o critério da proporcionalidade pretendia transformar a Câmara dos Representantes num espelho das diferenças demográficas que constituíam a União, considerando-a no seu todo”. O mandato de cada representante é de dois anos, coincidindo a sua eleição com a do presidente dos Estados Unidos e com uma eleição intercalar, normalmente apelidada de *midterm elections*. A presidir à Câmara dos Representantes está o *Speaker*, figura eleita pela maioria do órgão e que tem o papel de liderar este órgão, além de ser a terceira figura do Estado.

O Senado é composto por cem senadores, dois por cada Estado. Assim, e ao contrário do que acontece na câmara baixa, os Estados estão representados de forma igualitária no Senado. Inicialmente, cabia aos órgãos políticos estaduais a nomeação dos seus senadores. Contudo, desde a aprovação da 17<sup>a</sup> emenda à Constituição, em 1911, os senadores passaram a ser eleitos através do voto popular. Os senadores são eleitos para mandatos de seis anos, sendo que cada terço do Senado vai a votos de dois em dois anos. Por “exercerem longos mandatos, representarem os interesses de dimensão estadual e de haver grande personalização das suas candidaturas” (Proença de Carvalho, 2007, p. 219), os senadores alcançam um maior prestígio e notoriedade que os

representantes. O Presidente do Senado é o Vice-Presidente, apesar de existir também a figura do Presidente *pro tempore* que substitui o Presidente do Senado quando este não está disponível.

Entre as competências do Congresso, destacam-se

o levantamento de impostos, tributos e direitos alfandegários; a regulamentação do comércio interno e externo; o direito de cunhar moeda; a criação de tribunais inferiores ao Supremo Tribunal; declarar guerra a uma potência inimiga; organizar o exército e as forças navais (Gomes André, 2008, p.160).

Além disso, a Constituição determinou ser competência exclusiva da Câmara dos Representantes legislar sobre o aumento de receitas, o que leva a que os orçamentos do Estado federal sejam definidos pela câmara baixa. Por outro lado, o Senado tem a prerrogativa de propor alterações aos projectos-lei oriundos da Câmara dos Representantes (Gomes André, 2008).

### **2.4.3. O poder judicial**

De acordo com a Constituição Americana, o poder judicial cabe aos tribunais e a mais alta instância judicial dos Estados Unidos é o Supremo Tribunal Federal, composto por nove juízes (sendo um deles o presidente do tribunal, conhecido como *Chief Justice*), que são nomeados pelo Presidente e confirmados pela maioria do Senado. O cargo de membro do Supremo Tribunal é vitalício e os juízes gozam de um elevado prestígio no país (Proença de Carvalho, 2007).

Os juízes do Supremo Tribunal detêm “um enorme poder na sociedade americana, pois constituem lei através da jurisprudência das suas decisões” (Gouveia e Pinto, 2009, p. 55). Assim sendo, a sua nomeação reveste-se de uma enorme importância política<sup>1</sup> e os

---

<sup>1</sup> Por exemplo, em 2012, o Supremo Tribunal voltou a ter uma decisão com grande impacto político, ao considerar constitucional a reforma do sistema de saúde norte-americano, uma das grandes bandeiras do primeiro mandato presidencial de Barack Obama.

presidentes democratas tendem a nomear juízes liberais, enquanto os presidentes republicanos são mais propícios a indicar juízes conservadores.

Como os Estados Unidos vivem sob o princípio da constitucionalidade,

todos as leis e outros actos do Estado não serão aplicados pelos tribunais sempre que contendam com a Lei Fundamental, não obstante nenhum preceito constitucional expresse conferir este poder de garantia aos tribunais (Proença de Carvalho, 2007, p. 227).

Todavia, em qualquer tribunal, qualquer uma das partes ou mesmo o juiz pode arguir a constitucionalidade da lei aplicável no caso em questão, ainda que a palavra final caiba ao Supremo Tribunal Federal, que é a última instância de recurso (Proença de Carvalho, 2007).

Ao criarem o Supremo Tribunal e os tribunais inferiores, os Pais Fundadores (*Founding Fathers*) garantiram ao poder judicial a capacidade de controlar a acção dos poderes executivo e legislativo, ao mesmo tempo que regulavam as relações entre o Governo Federal e os Estados, entre dois ou mais Estados e entre cidadãos e nações estrangeiras. Assim, cabe aos tribunais federais “um papel arbitral decisivo, preservando o delicado equilíbrio de forças definido pela Constituição” (Gomes André, 2008, p. 171).

#### **2.4.4. O poder estadual**

Cada Estado tem os seus órgãos políticos internos, ainda que a estrutura política estadual seja um reflexo da federal. Assim, cada Estado tem uma Constituição própria (algumas delas mais antigas que a própria Constituição dos Estados Unidos), que coexiste com a Constituição federal.

O poder Executivo cabe ao Governador do Estado, que governa com a ajuda de um Vice-Governador e de um *Cabinet*. Já o poder legislativo cabe ao Congresso Estadual,

formado por um Senado e por uma Câmara dos Representantes (com excepção do Nebraska, onde prevalece um modelo monocameral). Finalmente, o poder judicial é da competência dos tribunais, encabeçados pelo Supremo Tribunal do Estado (Proença de Carvalho, 2007).

Importa ainda referir que vários Estados optam por recorrer a métodos de democracia directa, recorrendo a referendos para que a população se pronuncie nas urnas sobre as mais variadas matérias. Em alguns Estados existe mesmo a possibilidade de o povo revogar o mandato de um político eleito, numa instituição conhecida como *recall*, e que consiste na convocação de uma nova eleição, mediante o cumprimento de determinados requisitos (normalmente o abaixo-assinado de um certo número de eleitores).

Aos Estados cabem os poderes não delegados ao governo federal pela Constituição. Deste modo, e apesar de a Lei Fundamental deixar a cargo do governo da União um vasto leque de poderes, os Estados são detentores de amplas competências. Na verdade, e como refere Gomes André (2008, p. 172), “a maior parte da organização política, económica, social, educativa, comercial e cultural dos Estados é regulada pelos seus próprios governos”.

Ao separarem os poderes, os Pais Fundadores tencionavam que estes cooperassem entre si, mas também que vigiassem e controlassem as acções uns dos outros, criando, assim, uma forma de evitar excessos e abusos de poder. Segundo Gomes André, (2008, p. 161),

um dos segredos que explicam a perenidade e eficácia da Constituição Federal – e por inerência dos próprios EUA – encontra-se precisamente nos contornos deste sistema de controlo recíproco, denominado em língua inglesa por *checks and balances*.

Em jeito de resumo, Nuno Rogeiro (1993) aponta as principais particularidades do sistema federal norte-americano: a União de Estados autónomos; a divisão vertical dos poderes políticos entre o Governo Federal e os governos estaduais; a actuação directa e eficaz dos Estados no seio das suas fronteiras; o autogoverno estadual com órgãos legislativos, executivos e judiciais próprios; a autonomia legislativa dos Estados; a

participação dos Estados na criação de emendas constitucionais e na ratificação da Constituição original; a manutenção pelos Estados de poderes políticos próprios e assentes em constituições; a supremacia do governo federal sobre os estaduais; a necessidade das normas estaduais estarem de acordo com a Constituição federal; a possibilidade da anulação de legislação estadual considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal.

## **2.5. Os partidos políticos**

Apesar de o sistema constitucional construído pelos Pais Fundadores dos Estados Unidos ter como objectivo tornar desnecessária a existência de partidos políticos, a verdade é que dois partidos, o Partido Democrata e o Partido Republicano, dominam, desde o século XIX até à actualidade, o panorama político dos Estados Unidos, num sistema de bipartidarismo praticamente perfeito.

Os partidos políticos norte-americanos são muito diferentes dos europeus. Em primeiro lugar, não existe militância partidária, apesar de na maioria dos Estados os eleitores partidários, aquando do registo eleitoral, se registarem como eleitores de um ou outro partido, ou como independentes. Além disso, não existe uma estrutura partidária tão centralizada como na Europa, nem líderes claramente definidos (Gouveia e Pinto, 2009).

Outra característica que distingue os dois grandes partidos políticos dos Estados Unidos dos seus homólogos europeus é a inexistência de uma rígida disciplina partidária. Assim sendo,

na ausência de uma estrutura nacional coesa, os membros do partido votam acima de tudo em função das necessidades específicas do eleitorado que o escolheu, seguindo apenas ocasionalmente as orientações gerais do seu partido (Gomes André, 2008, p. 206).

Isto sucede porque, ao contrário do sistema multipartidário europeu, onde cada partido é ideologicamente bastante homogéneo, nos Estados Unidos, existem apenas dois partidos, onde coexistem

opiniões e posições heterogéneas e divergentes, reflexo da necessidade dos mesmos em se dirigirem a um eleitorado tradicionalmente sensível a preocupações regionais, culturais e sociais específicas (Gomes André, 2008, p. 206).

Esta flexibilidade e capacidade de adaptação dos dois grandes partidos norte-americanos explica em grande parte o facto de, desde 1852, ter sido sempre um Democrata ou um Republicano a conquistar a Casa Branca. Contudo, isso não significa que não tenham existido candidaturas presidenciais fora do espectro dos dois grandes partidos. Aliás, nos últimos 50 anos, são vários os exemplos de candidatos independentes com algum impacto na corrida presidencial, como, por exemplo, George Wallace, em 1968, Ross Perot, em 1992 (quanto conseguiu mesmo uns incríveis 19% dos votos) e 1996, ou Ralph Nader, em 2000 (Proença de Carvalho, 2007).

### **2.5.1. O Partido Democrata**

O Partido Democrata é provavelmente o mais antigo partido político do mundo, estando as suas origens sediadas no Partido Republicano-Democrático, fundado, no final do século XVIII, por Thomas Jefferson. Na época, o Partido Republicano-Democrático foi criado com o apoio dos pequenos artesãos, dos camponeses e dos Estados do Sul, que pretendiam um partido que defendesse o respeito absoluto pela Constituição e que preservasse a autonomia e os direitos dos Estados, face a um Partido Federalista, apoiado pelos industriais e pela burguesia do Norte, que defendia o reforço do poder federal (Proença de Carvalho, 2007).

Na actualidade, o Partido Democrata é o partido da Esquerda no espectro político dos Estados Unidos. Contudo, nem sempre foi assim, tendo-se assumido

desta forma na década de 30, sob a liderança de Franklin Roosevelt e na década de 60, com o apoio ao movimento dos direitos civis, que afastou definitivamente a ala conservadora, que dominava o Partido Democrata nos Estados do Sul (Gouveia e Pinto, 2009, p.56).

Como já se referiu, a plataforma ideológica e política do Partido Democrata é bastante alargada, abrangendo diversos movimentos ou grupos ideológicos, como os ambientalistas, os sociais-democratas e os sociais liberais (Gouveia e Pinto, 2009). Todavia, o liberalismo (no sentido anglo-americano da expressão), o reformismo, a solidariedade para com os mais desfavorecidos, a igualdade de oportunidades e o apoio a programas sociais são algumas das linhas mestras que guiam a orientação do partido.

Em matérias económicas, os democratas defendem um Estado forte e interventivo na economia, sendo através de políticas de investimento público, da regulação dos mercados ou da criação de taxas de impostos progressivas, que permitam uma maior justiça social. No que diz respeito a temas sociais, os políticos democratas são mais propensos a defender o direito da mulher ao aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e um controlo mais restrito da venda de armas aos cidadãos. (Proença de Carvalho, 2007).

A coligação democrata em eleições nacionais é formada por eleitores das grandes cidades, especialmente no Nordeste dos Estados Unidos e na Costa Oeste, assim como pelos eleitores das minorias étnicas. Apesar de ter sido o partido escravagista durante a Guerra Civil, o apoio do Partido Democrata ao fim da segregação racial e ao Movimento dos Direitos Civis, granjeou-lhe o apoio esmagador dos afro-americanos. Já a comunidade hispânica, um grupo em franco crescimento nos Estados Unidos, tem vindo a preferir o Partido Democrata, devido às suas posições mais flexíveis e permissivas relativamente à imigração.

Desde que, em 1828, o Partido Democrata recebeu a sua denominação actual, foram 13 os Presidentes democratas a chegar à Casa Branca. Andrew Jackson foi o primeiro, mas é Franklin D. Roosevelt, Presidente que lançou o *New Deal* e liderou o país durante a II Guerra Mundial, porventura, o mais emblemático dos presidentes democratas. Contudo, nomes como Harry Truman, John Kennedy, Lyndon Johnson ou até Bill Clinton são

outros democratas que deixaram boa imagem aos Norte-Americanos. Hoje em dia, é também um democrata que ocupa a Casa Branca: Barack Obama, eleito em 2008, tenta a reeleição para um segundo mandato, em Novembro de 2012.

### **2.5.2. O Partido Republicano**

As raízes do Partido Republicano estão na formação do Partido Republicano Nacional, mais conhecido como Partido *Whig* e que resultou “da fusão entre a cisão conservadora do Partido Democrático com os partidários do antigo Partido Federalista” (Proença de Carvalho, 2007, p. 238). Foi a partir do *Whig* que, em 1856, nasceu o Partido Republicano, formado por activistas anti-esclavagistas. Na época, devido à posição do partido relativamente à escravatura, a base de apoio do partido estava quase exclusivamente sediada no Norte do país, enquanto o Sul esclavagista era dominado pelo Partido Democrata (Gomes André, 2008).

Actualmente, o GOP<sup>2</sup>, como também é conhecido o Partido Republicano, é formado por diversas facções, pontificando os conservadores fiscais<sup>3</sup>, os conservadores sociais e os libertários. As principais linhas orientadoras do partido são, por isso, o liberalismo económico e o conservadorismo ao nível dos costumes (Gouveia e Pinto, 2008).

Em clara oposição aos democratas, os republicanos defendem, por norma, a redução de impostos, a desregulação dos mercados, a redução ou reforma dos programas de apoio social e a diminuição do peso e da intervenção do Estado. Em questões sociais, os republicanos são tendencialmente contra a despenalização do aborto, pretendem a definição do casamento como a união de duas pessoas de sexos opostos, defendem o acesso livre às armas e um Estado mais confessional. Em política externa, os republicanos têm, geralmente, uma visão do mundo mais centrada nos Estados Unidos e são mais propensos a tomar medidas unilaterais e beligerantes do que os democratas (Proença de Carvalho, 2009).

---

<sup>2</sup> *Grand Old Party*

<sup>3</sup> Na Europa, entendidos como liberais económicos.

Desde os anos 60 do século XX (devido ao apoio das administrações democratas de Kennedy e Lyndon Johnson à dessegregação e ao Movimento dos Direitos Civis e à estratégia republicana) que o GOP domina em eleições nacionais nos Estados do Sul. Contudo, também no interior do Oeste americano, os republicanos contam com fortes bases de apoio. Entre os principais grupos eleitorais que favorecem os republicanos contam-se os cidadãos de zonas suburbanas e rurais, os conservadores e os de classe alta (Gomes André, 2008). Dado que o Partido Republicano tem tido dificuldades em atrair os eleitores de minorias étnicas (a exceção são os cubano-americanos), é comum caracterizar os simpatizantes republicanos como WASP<sup>4</sup>, o que traduz a relativa homogeneidade do eleitorado republicano.

Desde 1860, ano em Abraham Lincoln, o primeiro Presidente republicano, foi eleito, foram 18 os membros do partido a ocupar a Casa Branca. Lincoln (Presidente entre 1861 e 1865) é, obviamente, uma das grandes referências do partido, mas nomes como Teddy Roosevelt (1901-1909), Dwight Eisenhower (1953-1961) e Ronald Reagan (1981-1989) merecem também ser destacados. Depois de terem perdido a Presidência, em 2008, os republicanos tentam, em 2012, reconquistar a Casa Branca, tendo, para isso, nomeado para seu candidato presidencial o antigo Governador do Massachusetts, Mitt Romney.

---

<sup>4</sup> White Anglo-Saxon Protestant: Branco, Anglo-Saxónico e Protestante.

### **3. O SISTEMA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DOS ESTADOS UNIDOS**

As características singulares do sistema eleitoral americano tornam-no algo complicado de perceber, mas, ao mesmo tempo, fazem da eleição do Chefe de Estado americano um processo muito interessante de seguir.

Um dos factores das eleições presidenciais norte-americanas que causam estranheza para nós, europeus, é o facto de a corrida eleitoral durar mais de um ano, começando, como se está agora a tornar hábito, no início do ano anterior ao ano eleitoral. Isso acontece porque, antes da eleição geral, os Americanos decidem também quem será o candidato de cada um dos grandes partidos norte-americanos, num processo conhecido como as primárias.

#### **3.1. As eleições primárias**

O método como os partidos norte-americanos escolhem os seus candidatos presidenciais sofreu grandes alterações ao longo da história.

Nas duas primeiras eleições, os eleitores votaram unanimemente em dois heróis da Revolução, cabendo a George Washington assumir a Presidência, com John Adams a tornar-se Vice-Presidente. Quando Washington declinou a possibilidade de cumprir um terceiro mandato, passaram a ser os senadores e congressistas a ter o papel principal no processo de escolha dos Presidentes. Ao reunirem-se em assembleia (*Congressional Caucus*) de acordo com a sua orientação partidária (na época, o espectro político americano estava dividido entre Democratas-Republicanos e Federalistas) e a anunciarem a sua preferência por uma determinada personalidade, os membros do Congresso influenciavam com sucesso o voto dos eleitores (Gomes André, 2008).

Contudo, a partir de 1824, este método, que secundarizava a opinião dos eleitores e das estruturas partidárias locais, foi desacreditado e alvo de várias críticas. Por isso, na segunda metade do século XIX, os partidos passaram a organizar convenções nacionais, onde representantes partidários de nível estadual e local se reuniam para escolher o seu candidato presidencial. Desta forma, os partidos procuravam responder às críticas, aproximando o partido das suas bases e do eleitor comum. Assim,

Presidential nominations were won by candidates who courted the support of party leaders from several states. These leaders appeared at the national convention as representatives of their state party organizations (Polsby *et al*, 2011, p. 95).

Contudo, este método continuava a ser pouco democrático, já que os delegados a quem cabia a nomeação dos candidatos presidenciais não tinham em conta as opiniões das suas populações locais, limitando-se a seguir as instruções dos líderes partidários. Consequentemente, e devido a uma forte opinião pública, os partidos foram cedendo e, no início do século XX, vários Estados passaram a organizar primárias para eleger os delegados às convenções nacionais. Ainda assim, numa manobra por parte dos partidos de forma a manterem o controlo sobre o processo de nomeação, a maior parte das primárias não tinha carácter vinculativo, ficando os delegados com liberdade de voto nas convenções (Gomes André, 2008).

Mas em 1968, na sequência do caos em torno da Convenção Nacional do Partido Democrata, onde Hubert Humphrey, que nem sequer havia participado nas primárias, foi escolhido como o nomeado presidencial democrata, procedeu-se a uma grande reforma no sistema de primárias. A partir daí, a maioria dos Estados realizou primárias vinculativas. Dessa forma, os delegados eleitos passavam a estar obrigados a votar de acordo com os resultados dos Estados pelos quais eram eleitos e, como aponta José Gomes André (2008, p. 219), “as nomeações tornaram-se finalmente reflexo da vontade popular”.

Assim sendo, hoje em dia, cabe aos cidadãos o principal papel no processo de escolha dos nomeados presidenciais do Partido Democrata e do Partido Republicano. Durante a época de primárias, os eleitores norte-americanos deslocam-se às urnas para escolher o nomeado de cada um dos partidos.

Existem dois modelos de processo eleitoral, que variam consoante os Estados que vão a votos:

- 1) As primárias, que são votações semelhantes às eleições gerais, mas que podem ser de três tipos: as abertas, onde qualquer pessoa vota no candidato preferido, seja democrata ou republicano; as semi-abertas, onde podem votar nas listas de cada partido os filiados desse partido e os registados como independentes; e, finalmente, as fechadas, onde apenas podem votar na escolha do candidato de determinado partido, os eleitores registados nesse mesmo partido;
- 2) Os *caucuses*, que são uma espécie de assembleias de votos, onde as pessoas se reúnem para discutir e debater todas as opções, havendo no final uma votação, normalmente de braço no ar. Este sistema é mais comum em Estados mais pequenos (Proença de Carvalho, 2005).

Porém, as primárias não são um processo de eleição directa já que os resultados de cada Estado são convertidos em delegados, seja de forma proporcional ou no modelo *winner takes all* (o vencedor arrebatou todos os delegados que esse Estado proporciona). Esses delegados irão depois escolher o nomeado do seu partido, estando ou não, dependendo das regras do Estado em questão, obrigados a votar no candidato a que estão agregados por via da votação no seu estado na Convenção Nacional do seu partido, que é onde é encontrado oficialmente o nomeado (Maisel, 2007).

No caso do Partido Democrata, existem também os super-delegados, que são figuras proeminentes dos partidos, como congressistas, senadores, governadores, membros do aparelho partidário e mesmo ex-presidentes. Estes delegados especiais têm total liberdade de voto. Os republicanos também possuem delegados com liberdade de voto (os membros do *Republican National Committee*), mas estes são em menor número e recebem menos atenção mediática (Polsby et al, 2011).

Todos os Estados intervêm nas primárias, mas historicamente dois Estados têm tido a honra e a responsabilidade de serem os primeiros a porem à prova os candidatos presidenciais: O Iowa, onde se realiza um *caucus*, e o New Hampshire, com a sua

primária. Estes dois Estados, apesar de pequenos, são fundamentais para a decisão do nomeado de cada partido, já que há praticamente um século que são os seus eleitores os primeiros a pronunciarem-se sobre as primárias presidenciais, o que leva a que os candidatos presidenciais se concentrem principalmente neles quando concorrem à nomeação de um dos partidos. Ora, este estatuto especial tem originado críticas, porque, como refere Sandy Maisel (2007, p. 99), “those states [have] significant influence, many argue too much influence for states that are unrepresentative of the nation as a whole or of the supporters of either party”.

Depois dos eleitores destes dois primeiros Estados se pronunciarem, vão acontecendo outros processos eleitorais, como na South Carolina e na Florida. Após essa espécie de segunda vaga de primárias, sucede um dos grandes momentos das primárias americanas: a famosa *Super-Tuesday*, a Terça-feira onde vários Estados vão a votos. Por esta altura, senão antes, é habitual ser encontrado o nomeado de cada partido. Mesmo que ainda nenhum dos candidatos tenha atingido o número mágico de delegados necessários para obter a nomeação, costuma suceder que os outros candidatos, à medida que adivinham a derrota como inevitável, vão desistindo da corrida em prol da união do partido e também porque os fundos monetários à sua disposição começam a escassear.

No caso de nenhum dos candidatos chegar à Convenção Nacional do partido com o número de delegados necessários para conseguir a nomeação, temos o cenário de uma *brokered convention*. Nesta situação, e depois de uma primeira votação onde nenhum obteve os tais 50%+1 dos votos, todos os delegados perdem a disciplina de voto e são livres de votar em quem bem entenderem, havendo então sucessivas votações até um dos candidatos obter o número de delegados necessários e conseguir a nomeação.

Este cenário, porém, não sucede há dezenas de anos e não é bem visto pelos partidos e pela população, porque tira o poder ao povo concedendo-o a poucos milhares de delegados que seriam alvo de pressões e poderiam fazer acordos de interesses em troca do seu apoio. Assim, nas últimas décadas, as convenções nacionais tornaram-se momentos meramente simbólicos que os candidatos presidenciais aproveitam para fazer passar a sua mensagem, aproveitando-se da enorme cobertura mediática destes eventos (Gomes André, 2008).

Após as convenções, habitualmente realizadas no final de Agosto, dá-se o início oficial da campanha pela eleição geral, que decide o ocupante da Casa Branca para os quatro anos seguintes.

### **3.2. O Colégio Eleitoral**

Todos os anos bissextos, na Terça-Feira a seguir à primeira Segunda-Feira de Novembro, os americanos escolhem o seu presidente, aquele que irá exercer a chefia do Estado durante um mandato de quatro anos.

E porquê numa Terça-feira? Essencialmente por razões históricas. Ao marcar-se o dia das eleições para a Terça-Feira seguinte à primeira Segunda-Feira de Novembro, evitava-se que o acto eleitoral coincidissem com o primeiro dia do mês, que antigamente estava reservado para procedimentos judiciais nos condados. Novembro foi o mês escolhido devido às características dos EUA, que, no século XIX, eram um país predominantemente agrário e, por essa razão, definiu-se que a votação ocorreria depois de se semear as culturas de Inverno, mas antes de o tempo ficar muito mau para se poder viajar. Como a maioria dos votantes vivia longe dos locais de voto, decidiu-se escolher a Terça-Feira, para que os norte-americanos pudessem iniciar a viagem depois das cerimónias religiosas de domingo e chegassem a tempo de votar (Gomes André, 2008).

O sufrágio é, teoricamente, indirecto, já que os eleitores votam para um colégio eleitoral que decidirá o vencedor. Contudo, o eleitorado, quando deposita o seu voto na urna, já sabe, na prática, em quem está a votar para a Presidência e para Vice-Presidência, dado que os membros do Colégio Eleitoral

são na sua maioria filiados partidariamente, tratando-se muitas vezes de figuras honorárias ou prestigiadas de cada partido, pelo que não só se comprometem a votar nos candidatos do seu partido, como, nalguns Estados, são obrigados a fazê-lo (Proença de Carvalho, 2005, p. 195).

Cada Estado tem direito a um determinado número de votos eleitorais (o número de membros do Colégio Eleitoral atribuídos por esse Estado), em função do número de membros do Congresso (Representantes e Senadores) desse mesmo Estado. Existem, como já se disse, duas câmaras no Congresso americano: o Senado e a Câmara dos Representantes. No Senado estão representados igualmente todos os Estados através de dois senadores, mas na Câmara dos Representantes os Estados são representados proporcionalmente à sua população. Assim, a Califórnia, o Estado mais populoso, tem direito a 55 votos eleitorais (relativos aos seus 53 representantes e aos dois senadores) e, por outro lado, os Estados mais pequenos, como o Alaska, entregam três votos eleitorais (um representantes e dois senadores). A capital federal, Washington D.C., não tem congressistas nem senadores, mas tem direito a três votos eleitorais (Polsby et al, 2011).

Em 48 dos 50 Estados norte-americanos adopta-se o sistema de *winner takes all*, com o vencedor em cada Estado a receber todos os votos eleitorais concedidos por esse mesmo Estado. No Maine e no Nebraska existe um sistema misto: nestes Estados, os votos eleitorais relativos aos senadores são atribuídos ao candidato mais votado a nível Estadual, sendo os votos eleitorais que dizem respeito aos congressistas atribuídos ao vencedor em cada *electoral district* (o círculo eleitoral de cada congressista) (Polsby et al, 2011).

No final, quem conseguir amearhar 270 votos eleitorais, que correspondem a metade mais um do total de 538 votos eleitorais, é o vencedor e, por consequência, o novo Presidente dos Estados Unidos.

Contudo, se nenhum dos candidatos obtiver os 270 votos necessários, a decisão caberá à Câmara dos Representantes, que escolherá o novo Presidente entre os três candidatos mais votados. Mas, neste caso, a votação seria por Estado e não por Representante (Proença de Carvalho, 2005). Isto significa que tanto o Estado com mais representantes (Califórnia, com 53 Representantes), como os Estados com menos (Alaska e Montana, por exemplo, com apenas um) valerá apenas um voto, de acordo com a maioria dos seus Representantes.

O vencedor das eleições passa a deter o título de Presidente Eleito até à sua tomada de posse e início de funções, o que ocorre ao meio-dia de 20 de Janeiro do ano seguinte.

### **3.3. Consequências do sistema de colégio eleitoral**

O sistema de colégio eleitoral escolhido pelos pais fundadores da Nação americana para decidir a eleição do seu Chefe de Estado reflecte a própria natureza política dos Estados Unidos, que são “uma república federal que procura conciliar os interesses de Estados demográfica, étnica e culturalmente diversos” (Gomes André, 2008, p. 169). O objectivo do Colégio Eleitoral é reflectir a situação populacional de cada Estado, mas, ao mesmo tempo, garantir o equilíbrio entre os Estados dentro da Federação (Proença de Carvalho, 2005).

Existem várias consequências deste sistema eleitoral, sendo que, porventura, a mais importante e polémica é a possibilidade de o candidato mais votado pelos eleitores não ser o vencedor da eleição e, conseqüentemente, o Presidente-eleito dos Estados Unidos da América. E isso já sucedeu por quatro ocasiões, em 1824, 1876, 1888 e, mais recentemente, em 2000, quando George W. Bush, apesar de ter perdido por mais de 500 mil votos para Al Gore, venceu o Colégio Eleitoral e tornou-se o 43º Presidente norte-americano.

E como se chega a este “estranho” desfecho, em que o candidato menos votado acaba por vencer a eleição? Como os votos eleitorais de cada Estado são atribuídos através do método de *winner takes all*, pode acontecer que, por exemplo, o candidato A vença no Texas, contando com 8 milhões de votos, arrecadando, assim, os 38 votos eleitorais desse Estado, ao mesmo tempo que o seu adversário, o candidato B, apenas recebe 4 milhões de votos. Ao mesmo tempo, o candidato B vence nos Estados do Illinois e do Ohio, amealhando, dessa forma, os mesmos 38 votos eleitorais (20 mais 18, respectivamente). Contudo, nestes dois Estados a votação foi bem mais equilibrada, com o candidato B a vencer em ambos por 4 milhões de votos contra 3 milhões do candidato A. Assim sendo, no final de contas destes três Estados, os dois candidatos

conseguiram ambos 38 votos eleitorais, mas o candidato B fê-lo com apenas 12 milhões de votos, face aos 14 milhões do candidato A.

Outra consequência do sistema de colégio eleitoral é a diferença do peso do voto de eleitor para eleitor, consoante o Estado em que este se encontra. Como vimos, o número de votos eleitorais atribuídos por cada Estado corresponde à soma dos Senadores e Representantes desse Estado no Congresso. Ora, como todos os Estados têm direito a dois Senadores, independentemente da sua população, e todos eles têm, pelo menos, um Representante, isso leva a que os Estados menos populosos estejam sobrerrepresentados no Colégio Eleitoral.

In 2008, 254,658 voters in Wyoming influenced the disposition of the state's three electoral votes, a ratio of 1 electoral vote for every 84,886 voters. In Florida, on the other hand, 8,410,320 voters went to the polls and voted for 27 electors, a ratio of one electoral vote for every 311,493 voters (Polsby et al, 2011, p 51).

Assim, e segundo José Gomes André (2008, p. 167),

este sistema tende a valorizar a votação dos Estados mais pequenos e menos populosos. Para efeitos práticos, um cidadão do Alasca ou do Delaware tem mais hipóteses de influenciar uma eleição presidencial do que um habitante do Texas ou de Nova Iorque.

Contudo, outros autores apontam para o facto de o voto de um eleitor do Wyoming ter a capacidade de influenciar apenas três votos eleitorais, enquanto que um votante da Florida tem influência em 29 votos eleitorais (Polsby et al, 2011).

Finalmente, o Colégio Eleitoral altera ainda a relevância dos Estados nas eleições presidenciais, nomeadamente a atenção e os recursos dispensados pelos candidatos a cada um dos 50 Estados da União.

Dado que, como aponta Proença de Carvalho (2005, p. 201),

o sistema eleitoral americano foi concebido como forma de conciliar as exigências dos Estados mais pequenos perante os mais populosos, pois os fundadores da Nação temiam que os Estados com maior população se tornassem excessivamente poderosos.

Os candidatos presidenciais não se limitam a fazer campanha nos locais e Estados de maior concentração populacional, como a Califórnia, o Texas, ou New York, que seriam os alvos preferenciais das campanhas, caso não existisse o Colégio Eleitoral. Assim, os candidatos à Casa Branca são obrigados a gastar dinheiro e a fazer várias aparições nos mais diversos pontos do país. Por outro lado, os candidatos abstêm-se de fazer campanhas em Estados que sabem que vão ganhar ou perder e apostam tudo nos Estados onde têm possibilidade de disputar os respectivos votos eleitorais. Dessa forma, as eleições presidenciais norte-americanas discutem-se naquilo que normalmente chamamos de *swing states* ou *battleground states*.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DOS ESTADOS EM ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Como vimos, as características únicas do sistema eleitoral norte-americano, nomeadamente a adopção do modelo de *winner takes all*, que faz com que seja indiferente vencer ou perder um determinado Estado por um voto ou por um milhão de votos, levam a que as eleições presidenciais sejam disputadas num punhado de Estados, ou seja, naqueles em que a vitória pode cair para um, ou para o outro lado.

Esses Estados são normalmente apelidados de *swing states* ou *battleground states* e concentram, por isso, a atenção dos candidatos e dos *media*. Por uma questão de método, a denominação utilizada no âmbito deste trabalho será a de *battleground states*. Isto porque a expressão *swing states* poderá ser entendida no seu sentido mais estrito, ou seja, como Estados que mudam de mãos de uma eleição para a outra. Ora, isso limitaria a análise pretendida, dado que um determinado Estado pode ter sido ganho sempre pelo candidato do mesmo partido nas eleições mais recentes, mas por curta margem, fazendo desse Estado, por isso, alvo da disputa das candidaturas presidenciais.

### 4.1. Determinação do modelo de classificação

Normalmente, as campanhas de ambos os lados e a comunicação social classificam, com base nos últimos resultados e em dados provenientes de sondagens, os 50 Estados americanos através de cinco categorias: safe/solid/base republican; leaning republican; toss-up; leaning democrat; safe/solid/base democrat (Shaw, 2006).

Esta classificação varia de ano para ano e de eleição para eleição. Assim, e de forma a definirmos quais são, então, os chamados *battleground states* das eleições presidenciais norte-americanas, analisaremos os resultados, Estado a Estado, das últimas três eleições para a Casa Branca. E porquê a escolha dos ciclos eleitorais de 2000, 2004 e 2008? Em primeiro lugar porque são, obviamente, as eleições mais recentes e, por isso, aquelas

que replicam mais fielmente a situação actual, dado que, com o tempo, as mudanças demográficas, sociais, ideológicas e políticas dos Estados têm um forte impacto na forma como o eleitorado vota. Por outro lado, as eleições anteriores, nas décadas de 80 e 90, foram algo desequilibradas (em especial as vitórias de Ronald Reagan, em 1980 e 1984, e de Bill Clinton, em 1996, em ambos os casos tratando-se de *landslides*<sup>5</sup>), o que “viciaria” os resultados apurados. Finalmente, desde essa altura, o panorama político dos Estados Unidos sofreu algumas alterações e o mapa eleitoral é agora nitidamente diferente, pelo que a inclusão de eleições anteriores a 2000 iria desvirtuar de alguma forma os resultados obtidos e impedir uma definição correcta do actual estado político e eleitoral dos 50 Estados norte-americanos.

Assim sendo, parece-nos que as três últimas eleições presidenciais, decorridas num espaço de apenas oito anos, representam uma amostra fidedigna e representativa do actual mapa eleitoral norte-americano. Nem o facto de duas dessas eleições terem sido vencidas por um candidato republicano devem fazer desviar os resultados, dado que a vitória do democrata Barack Obama em 2008 por uma margem relativamente folgada (7%), compensa as vitórias tangenciais de George W. Bush, nas duas eleições anteriores – sendo que, em 2000, o republicano perdeu mesmo o voto eleitoral.

Analisando a diferença entre os candidatos democrata e republicano, e fazendo a média dos resultados das últimas três eleições, chegamos a um resultado. Com base nesse resultado, podemos, então, fazer a classificação actual dos 50 Estados norte-americanos. Tendo em conta que a maior parte das sondagens políticas tem uma margem de erro até 4%, considerámos que os Estados onde a diferença média entre os dois partidos se quede até esse valor recebe a classificação de *toss up*, sendo, dessa forma, um Estado onde nenhum dos partidos que dominam a política dos Estados Unidos é capaz de se sobrepor decisivamente ao outro; por sua vez, os Estados onde a diferença fica acima dos 4%, mas se cifra ainda na casa das unidades (ou nos *single digits*, como dizem os norte-americanos), são classificados como *leaning democrat*, ou *leaning republican*, dependendo de qual dos partidos é dominador, ainda que por uma margem considerada curta; por fim, os Estados em que o resultado médio das últimas três eleições é igual ou superior a 10% é considerado *safe democrat* ou *safe republican*.

---

<sup>5</sup> O termo habitualmente utilizado para caracterizar eleições muito desniveladas.

## 4.2. Aplicação do modelo de classificação

Com base nos dados da Federal Election Commission (2012), obtivemos os seguintes resultados, sendo que o R e a cor vermelha representam uma vantagem do candidato republicano e o D e a cor azul identificam um triunfo democrata:

**Tabela I - Diferença entre os candidatos presidenciais nas três últimas eleições**

Estado	Eleição			Média
	2000	2004	2008	
Alabama	R +14	R +25	R +21	R +20
Alaska	R +21	R +25	R +21	R + 22
Arizona	R +6	R +11	R +9	R +9
Arkansas	R +5	R +9	R +20	R +11
California	D +11	D +10	D +24	D +15
Colorado	R +8	R +5	D +9	R +1
Connecticut	D +18	D +10	D +23	D +17
Delaware	D +13	D +7	D +25	D +15
Florida	0 <sup>6</sup>	R +5	D +3	R +1
Georgia	R +12	R +17	R +5	R +11
Hawaii	D +19	D +9	D +45	D +24
Idaho	R +39	R +38	R +26	R +34
Illinois	D +12	D +11	D +25	D +16
Indiana	R +16	R +21	D +1	R +12
Iowa	D +1	R +1	D +10	D +3
Kansas	R +21	R +25	R +15	R +20
Kentucky	R +16	R +20	R +16	R +17
Louisiana	R +4	R +15	R +19	R +13
Maine	D +5	D +9	D +18	D +11
Maryland	D +17	D +13	D + 26	D +19
Massachusetts	D +27	D +25	D +26	D +26
Michigan	D +5	D +3	D +16	D +8
Minnesota	D +2	D +3	D +10	D +5
Mississippi	R +17	R +19	R +13	R +16
Missouri	0 <sup>7</sup>	R +7	R +3	R +3
Montana	R +25	R +20	R +3	R +16
Nebraska	R +29	R +33	R +15	R +26
Nevada	R +4	R +2	D +12	D +2
New Hampshire	R +1	D +1	D +9	D +3
New Jersey	D +16	D +7	D +15	D +13
New Mexico	0 <sup>8</sup>	R +1	D +15	D +5

<sup>6</sup> Em 2000, George W. Bush venceu Al Gore por apenas 0,01% dos votos na Florida, resultado esse que valeu a vitória ao republicano.

<sup>7</sup> Em 2008, John McCain venceu o Missouri por uma margem de aproximadamente 4 mil votos.

<b>New York</b>	D +25	D +18	D +27	<b>D +23</b>
<b>North Carolina</b>	R +13	R +12	D +1	<b>R +8</b>
<b>North Dakota</b>	R +28	R +28	R +8	<b>R +21</b>
<b>Ohio</b>	R +4	R +2	D +5	<b>R +0,3</b>
<b>Oklahoma</b>	R +22	R 32	R +32	<b>R +29</b>
<b>Oregon</b>	D +3	D +4	D +17	<b>D +8</b>
<b>Pennsylvania</b>	D +5	D +3	D +10	<b>D +6</b>
<b>Rhode Island</b>	D +29	D +20	D +28	<b>D +26</b>
<b>South Carolina</b>	R +16	R +17	R +9	<b>R +14</b>
<b>South Dakota</b>	R +22	R +22	R +8	<b>R +17</b>
<b>Tennessee</b>	R +4	R +14	R +15	<b>R +11</b>
<b>Texas</b>	R +21	R +23	R +11	<b>R +18</b>
<b>Utah</b>	R +41	R +46	R +29	<b>R +39</b>
<b>Vermont</b>	D +10	D +20	D +37	<b>D +22</b>
<b>Virginia</b>	R +8	R +9	D +7	<b>R +3</b>
<b>Washington</b>	D +5	D +7	D +18	<b>D +10</b>
<b>West Virginia</b>	R +6	R +13	R +13	<b>R +11</b>
<b>Wisconsin</b>	0	D +1	D +14	<b>D +5</b>
<b>Wyoming</b>	R +40	R +40	R +32	<b>R +37</b>
<b>Washington D.C.<sup>9</sup></b>	D +76	D +80	D +85	<b>D +80</b>
<b>Legenda:</b>	<b>Toss-up</b>	<b>Leaning Democrat</b>	<b>Leaning Republican</b>	

Com base nestes resultados, podemos, então, classificar os Estados norte-americanos de acordo com o seu comportamento nas mais recentes eleições presidenciais:

**Tabela II - Classificação dos Estados americanos de acordo com o seu estatuto em eleições presidenciais**

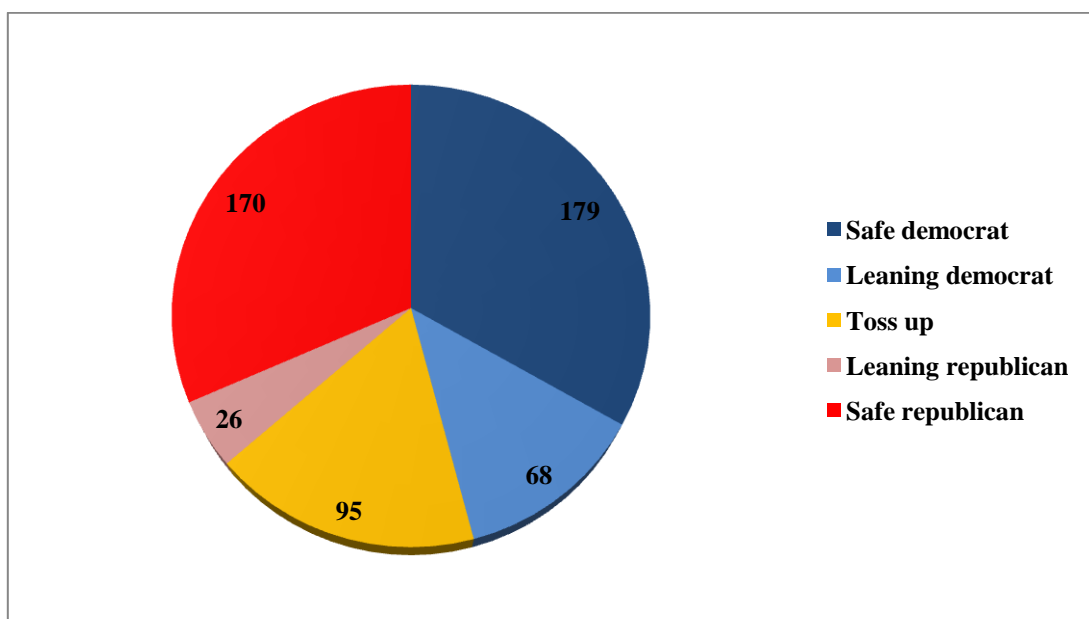
<b>Classificação</b>	<b>Estados</b>
<i>Safe republican</i>	Alabama, Alaska, Arkansas, Georgia, Idaho, Indiana, Kansas, Kentucky, Louisiana, Mississippi, Montana, Nebraska, North Dakota, Oklahoma, South Carolina, South Dakota, Tennessee, Texas, Utah, West Virginia e Wyoming
<i>Leaning republican</i>	Arizona, North Carolina
<i>Toss up</i>	Colorado, Florida, Iowa, Missouri, Nevada, New Hampshire, Ohio e Virginia
<i>Leaning democrat</i>	Michigan, Minnesota, New Mexico, Oregon, Pennsylvania e Wisconsin
<i>Safe democrat</i>	California, Connecticut, Delaware, Hawaii, Illinois, Maine, Maryland, Massachusetts, New Jersey, New York, Rhode Island, Vermont, Washington e Washington D.C.

<sup>8</sup> Nas eleições de 2000, Al Gore derrotou Bush por apenas 366 votos.

<sup>9</sup> A cidade de Washington D.C., apesar de não pertencer formalmente a nenhum Estado, tem também direito a voto nas eleições presidenciais, cabendo-lhe três votos eleitorais.

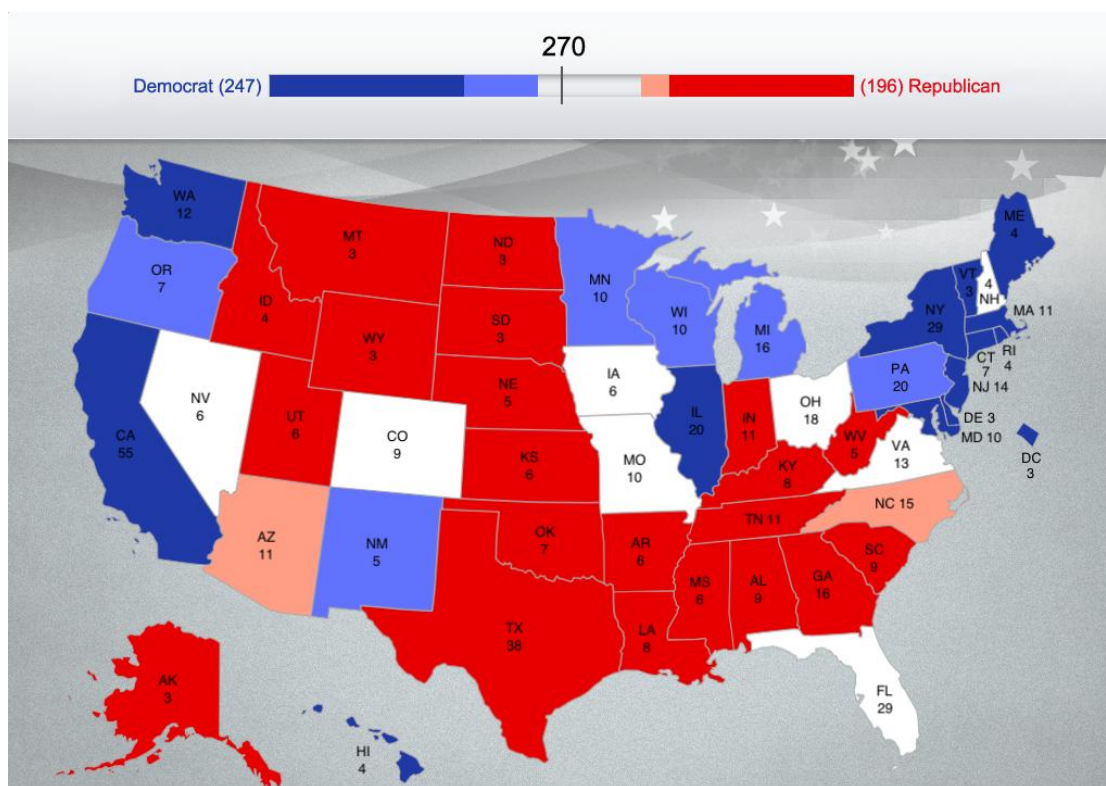
De acordo com os votos eleitorais de cada Estado podemos ainda calcular o peso no Colégio Eleitoral de cada um dos cinco tipos de classificação de Estados. Assim, e como se pode observar no gráfico seguinte, os democratas, entre Estados *safe* e *leaning* conseguem 247 votos eleitorais, ficando perto do número decisivo de 270. Já os republicanos garantem apenas 196 votos eleitorais, um valor mais baixo do que o dos seus adversários, mas que é alcançado sobretudo com Estados seguros, já que apenas o Arizona e a North Carolina são considerados como Estados *leaning republican*.

**Gráfico I - Distribuição de votos eleitorais por categoria de Estados**



Ainda com base nos resultados do modelo, podemos ver como se reflecte esta classificação no mapa eleitoral dos Estados Unidos.

**Figura I - Mapa eleitoral dos EUA com base na classificação dos Estados em eleições presidenciais**



#### 4.3. Verificação da validade da classificação

À primeira vista, esta parece uma classificação bastante aproximada da realidade. É necessário, porém, cruzar os resultados apurados com outros dados que possam legitimar e solidificar a classificação dos Estados baseada na média dos últimos resultados em eleições presidenciais.

Uma forma de o fazer é analisar as presenças e os gastos financeiros em anúncios dos candidatos presidenciais em cada Estado, durante as duas últimas eleições<sup>10</sup>, e observar o peso dos dezasseis *battleground states* em relação ao total nacional, de acordo com os dados fornecidos pela Fair Vote - Center for Voting and Democracy.

<sup>10</sup> Utilizamos apenas os números de 2004 e 2008, porque não foram encontrados valores para a eleição de 2000.

**Tabela III – Visitas e dinheiro gasto pelos candidatos presidenciais de 2004 e 2008 nos 16 Estados definidos como *battleground states***

Estado	2004		2008	
	% Dinheiro Gasto	% Visitas	% Dinheiro Gasto	% Visitas
Florida	27,07%	20,96%	18,18%	12,05%
Ohio	19,90%	16,49%	10,47%	14,05%
Pennsylvania	15,51%	7,90%	15,48%	11,65%
Michigan	5,69%	6,53%	3,59%	4,82%
North Carolina	0,18%	0,00%	5,94%	5,22%
Virginia	0%	0,00%	10,34%	8,43%
Arizona	0,04%	1,72%	0,05%	0,80%
Missouri	0,99%	1,72%	4,95%	6,43%
Wisconsin	6,09%	10,65%	5,56%	4,42%
Minnesota	4,52%	4,81%	2,65%	0,40%
Colorado	2,95%	3,44%	4,94%	6,83%
Oregon	0,96%	1,72%	0,00%	0,00%
Iowa	3,96%	12,71%	2,31%	3,21%
Nevada	3,62%	2,41%	4,42%	3,61%
New Mexico	3,41%	2,06%	1,95%	3,61%
New Hampshire	1,94%	2,06%	1,82%	3,61%
<b>Total</b>	<b>96,83%</b>	<b>95,18%</b>	<b>88,23%</b>	<b>89,14%</b>

Como se pode aferir a partir dos dados apresentados na tabela anterior, os dezasseis Estados por nós considerados como *battleground states* receberam esmagadora maioria da atenção despendida pelas campanhas presidenciais nos dois últimos ciclos eleitorais.

Em 2004, 96,83% do total do dinheiro gasto pelas campanhas em anúncios televisivos, assim como 95,14% das visitas dos candidatos concentrou-se nos *battleground states*. Quatro anos depois, a tendência para a centralização nestes Estados manteve-se, ainda que de forma menos acentuada, devido, principalmente, à intromissão excepcional do Indiana que, em 2008, foi incaracteristicamente um Estado disputado e recebeu muita atenção por parte das campanhas (em especial da de Barack Obama, que acabaria por vencer neste Estado). Mesmo assim, os “nossos” *battleground states* receberam 88,23% dos fundos monetários despendidos em anúncios televisivos e 89,14% das visitas dos candidatos.

Comparando os dados das duas eleições, deparámo-nos com algumas diferenças, como a forte disputa, em 2008, de Estados anteriormente seguros para o Partido Republicano, como a Virginia e a North Carolina. Contudo, no cômputo geral, o grosso da contenda da campanha pela Casa Branca manteve-se concentrada nos Estados considerados como *battleground states*. Assim sendo, através desta forma de confirmação, o modelo por nós utilizado parece totalmente válido.

#### **4.4. A utilização da classificação na estratégia das campanhas**

É através desta categorização que as campanhas de ambos os lados delineiam a estratégia que utilizarão para abordar a corrida à Casa Branca. Sendo evidente que a atenção dos candidatos presidenciais se irá centrar nos Estados *toss-up*, a verdade é que também os Estados considerados *leaning* fazem, não raras vezes, parte dos roteiros das campanhas presidenciais. Isto porque existem várias estratégias que alguém que concorre à Presidência dos Estados Unidos pode utilizar na forma como disputa a eleição no que diz respeito ao mapa eleitoral.

Para se perceber melhor o que queremos dizer, podemos recorrer ao modelo definido por Daron R. Shaw (2006), em que o autor sistematiza os quatro diferentes tipos de estratégia que as campanhas presidenciais podem adoptar no que diz respeito à sua abordagem aos Estados que irão disputar.

Assim, uma campanha agressiva irá visar de forma intensa os Estados *toss-up*, assim como os *leaning states* do adversário, ao mesmo tempo que não atribui recursos e atenção aos Estados que se inclinam para o seu lado; por sua vez, uma estratégia defensiva irá apostar fortemente nos *toss-ups* e nos seus *leaning states*, sem tentar competir nos *leaning states* do outro lado; uma campanha mista atribui a maior parte dos seus recursos aos estados *toss-up*, prestando ainda alguma atenção, em doses iguais, aos seus *leaning states* e aos do seu oponente; finalmente, uma estratégia concentrada, de alto risco, concentra todos os seus recursos e atenção nos Estados *toss-up*, abstendo-se de fazer campanha nos *leaning states* (Shaw, 2006).

Como exemplo, o mesmo autor apresenta um quadro em que as diferentes estratégias são facilmente perceptíveis, expondo um caso da história recente para cada uma delas por parte de um candidato presidencial:

**Tabela IV - Estratégia das campanhas em relação às categorias de Estados** (Shaw, 2006)

Estratégia da campanha	Atenção das campanhas por Estados segundo a sua classificação				
	Safe republican	Leaning republican	Toss-up	Leaning democrat	Safe democrat
Ofensiva (Bush, 2000)	Nenhuma	Nenhuma	Muita	Muita	Nenhuma
Defensiva (Dole, 1996)	Nenhuma	Muita	Muita	Nenhuma	Nenhuma
Mista (Reagan, 1980)	Nenhuma	Alguma	Muita	Alguma	Nenhuma
Concentrada, alto risco (Gore, 2000)	Nenhuma	Nenhuma	Toda	Nenhuma	Nenhuma

Fica então claro que a determinação do *status* de cada Estado é essencial numa campanha presidencial. As campanhas, limitadas por recursos humanos e financeiros, apenas apostarão em Estados onde esses mesmos recursos possam afectar o resultado final. Assim, os Estados classificados como sendo terreno seguro para um ou outro partido ficam de fora dos radares dos candidatos presidenciais, com o grosso da atenção a ir para os Estados *toss-up* e, num segundo plano (dependendo também da estratégia de cada campanha), para os Estados *leaning*.

Em resumo, podemos concluir que os *battleground states* em eleições presidenciais americanas são os Estados classificados como *toss-up* e os *leaning*. Assim, e com base no critério utilizado, apenas 16 dos 50 Estados norte-americanos – onde vivem cerca de 105 dos 307 milhões de cidadãos dos EUA (United Census Bureau) e a que correspondem 174 dos 538 votos eleitorais em jogo numa eleição presidencial – têm o condão de decidir o vencedor de uma eleição presidencial.

## **5. OS BATTLEGROUND STATES**

Definidos que estão os 16 *battleground states*, importa agora caracterizar cada um desses Estados, de forma a percebermos o que faz deles Estados decisivos em eleições presidenciais nos Estados Unidos da América. Dado que a importância de um Estado também varia consoante o seu peso no Colégio Eleitoral (quanto maior for o prémio, em votos eleitorais, que o Estado atribui, mais esse Estado é atractivo para os candidatos), optou-se por ordená-los de acordo com o número de votos eleitorais entregues por cada Estado.

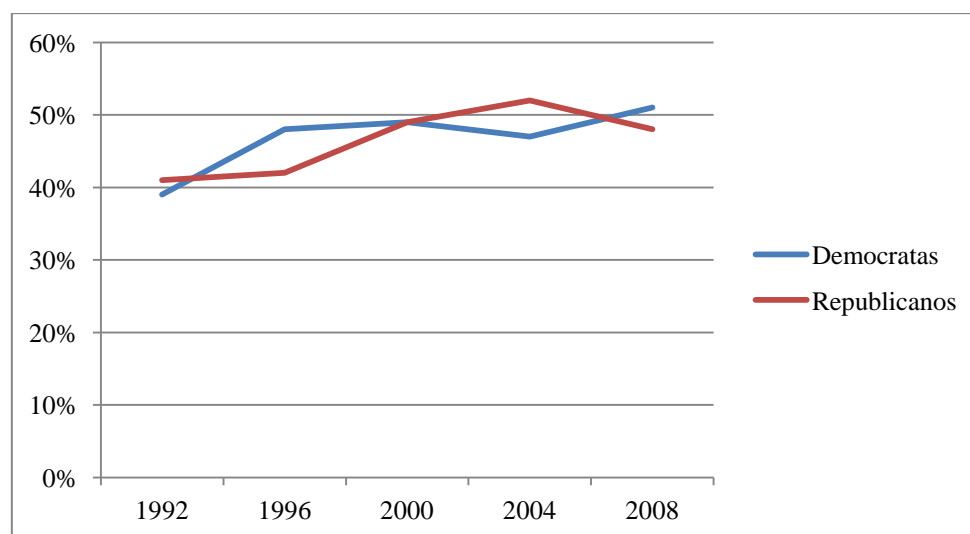
De forma a tornar mais perceptível as características próprias de cada Estado que têm influência no seu comportamento eleitoral, apresentamos para todos os *battleground states* um quadro com os principais dados a nível político e demográfico, com base nos elementos fornecidos por Barone e McCutcheon (2011). Além disso, e de maneira a que se perceba mais claramente a evolução da votação de cada Estado nos últimos anos, apresenta-se ainda um gráfico com os resultados das últimas cinco eleições presidenciais, de acordo com os dados da Election Federal Commission.

## 5.1. Florida (29 votos eleitorais)

**Tabela V - Descrição política e demográfica da Florida**

Descrição		
Política	População	
Governador: Rick Scott (R)	<b>18.801.310 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Bill Nelson (D); Marco Rubio (R)	Pop. urbana: 86,1%	<i>High School</i> : 85,2%
Delegação na Câmara dos Representantes: 6 D; 19 R	Pop. rural: 13,9%	<i>College grad</i> : 25,7%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 9%
Democratas: 4.631.068	Brancos: 57,9%	<b>Idade</b>
Republicanos: 4.039.259	Negros: 15,2%	<18 anos: 22,1%
Independentes: 2.547.057	Hispânicos: 22,5%	18-65 anos: 60,9%
	Asiáticos: 2,4%	+65 anos: 17%
	Outros: 2,0%	<b>Rendimento médio</b> : \$47.051

**Gráfico II – Resultados das cinco eleições presidenciais na Florida**



Entre os Estados da Costa Atlântica, a Florida é o único que não pertencia às 13 colónias originais, tendo sido adquirida pelos Estados Unidos à Espanha, em 1819.

Desde aí, a Florida sofreu grandes transformações. Até ao início do século XX, a Florida era um Estado agrícola menor mas, a partir dos anos 20 e 30, foi palco de um grande crescimento no sector imobiliário, o que permitiu que o Estado fosse verdadeiramente invadido por uma multidão de reformados que procuravam viver os seus últimos anos no conforto de um Estado costeiro e solarengo. E se, a princípio, o aumento da população da Florida era maioritariamente devido à migração de idosos, isso viria a mudar nas décadas de 80 e 90, quando cidadãos norte-americanos do Norte e do Sul, assim como imigrantes da América Latina, começaram a deslocar-se para o Estado, aumentando, assim o número de jovens casais e crianças a habitar na Florida (Barone e McCutcheon, 2011).

Todavia, a imigração para o Estado tornou-o uma espécie de amálgama de pequenas zonas regionais muito diferentes umas das outras. Assim, no extremo Sul, temos Miami e a sua grande comunidade cubana; seguindo para Norte, temos, logo depois, o resto da *Gold Coast*, habitada essencialmente por pessoas provenientes do Nordeste, judeus e reformados; no centro da Florida, uma região onde o turismo e o sector tecnológico são a base da economia, situam-se, principalmente, famílias no activo; na costa do Golfo encontra-se, a Sul da cidade de Tampa Bay, uma zona afluenta, enquanto a Norte, ficam comunidades mais modestas de reformados; finalmente, a zona Oeste do Estado é culturalmente muito semelhante aos seus Estados vizinhos do Sul (Barone e McCutcheon, 2011).

“Politically, this all adds up to a state that is closely divided between the parties and politically volatile” (Barone e McCutcheon, 2011, p. 355). Assim, a migração para a Florida de hispânicos, de reformados e de outros trabalhadores fez com que a Florida se tornasse menos homogénea e menos semelhante aos outros Estados do Sul, inclusive no padrão de voto em eleições presidenciais. Até às eleições de 2000, a Florida seguia o padrão dos Estados sulistas e votou maioritariamente no Partido Democrata, desde a Guerra Civil até 1952, altura em que mudou a sua preferência para os republicanos. Contudo, devido principalmente às profundas alterações demográficas referidas, “ever since the disputed vote count in 2000, Florida has been the ultimate battleground state” (Todd e Gawiser, 2009, p. 57).

Entre os dez mais populosos Estados da União, apenas a Florida e o Ohio decidiram o seu vencedor por uma margem inferior a 5% nas últimas três eleições. A Florida, porém, tem um peso bastante superior no Colégio Eleitoral (29 votos eleitorais contra os 18 do Ohio), pelo que é seguro afirmar que a Florida é o mais importante dos *battleground states*.

É, por isso, compreensível que as campanhas presidenciais apostem forte na Florida e, como vimos na tabela IV, foi neste Estado que as campanhas de Barack Obama e John McCain mais investiram financeiramente durante a campanha de 2008. De acordo com Barone e McCutcheon (2011, p 358), “the key in the past two contests was not so much persuading voter, but turning out base supporters at the polls”. Desta forma, o essencial para se conseguir ser bem sucedido na Florida é ter uma superior organização no Estado, o que foi conseguido pelo republicano George W. Bush e pelo democrata Barack Obama, que foram capazes de aumentar a participação eleitoral nas zonas e nos grupos eleitorais que lhes eram favoráveis.

De facto, em 2008, Obama conseguiu contrariar a ligeira tendência pró-republicana que a Florida vinha a apresentar (especialmente em eleições de nível estadual), vencendo John McCain por quase três pontos percentuais, um excelente resultado para um democrata, especialmente tendo em conta que Bush derrotou John Kerry, em 2004, com uma diferença de 5%.

Para sair vitorioso em 2008, Obama teve de aumentar a afluência às urnas de grupos eleitorais junto dos quais era mais forte, como os jovens ou os afro-americanos. Contudo, a geração dos *baby-boomers* (entre os 45 e os 64 anos) foi particularmente importante, já que Obama melhorou o resultado de Kerry junto destes eleitores em mais de 20%, além de ter conseguido aumentar o seu nível de participação eleitoral. Para Todd e Gawiser (2009, p. 60), “the baby boom generation gave Obama the edge in the Sunshine State”. De facto, com os eleitores mais jovens a preferirem o Partido Democrata e os mais velhos o Partido Republicano, este eleitorado de meia-idade pode mesmo representar os *swing votes* decisivos para a definição do vencedor na Florida.

Contudo, esse papel pode também ser desempenhado pelo eleitorado hispânico, que serve de fiel da balança entre a ligeira vantagem republicana junto dos eleitores brancos e a grande vantagem democrata entre os afro-americanos. Na Florida, os hispânicos costumam ser mais facilmente atraídos pelo GOP do que no resto do país, devido à forte comunidade cubana no Estado, que é tradicionalmente pró-republicana. Aliás, nas últimas três eleições, o resultado do voto hispânico andou muito perto do resultado final na Florida: em 2000, George W. Bush e Al Gore dividiram entre si as preferências dos eleitores latinos e vencedor no Estado foi decidido por umas meras centenas de votos; em 2004, Bush conseguiu 56% do voto hispânico e ganhou a Florida; em 2008, McCain inverteu a tendência e amealhou apenas 45% dos votos latinos e perdeu o Estado para Obama (Todd e Gawiser, 2009).

Assim, os eleitores de meia-idade e os hispânicos são grupos eleitorais decisivos numa eleição presidencial da Florida. Mas existe também uma região da Florida que funciona como um *swing state* dentro de um *swing state*. Com as regiões democratas e republicanas a anularem-se mutuamente, cabe geralmente a uma zona “neutra” a responsabilidade de desempatar e decidir o resultado da Florida: a região de Tampa e o condado a que pertence, Hillsborough County. Para Micah Cohen (2012a),

carrying Tampa has been the final step for statewide winners. In every election since 1960 the presidential candidate who carried Florida has also carried Tampa’s Hillsborough County.

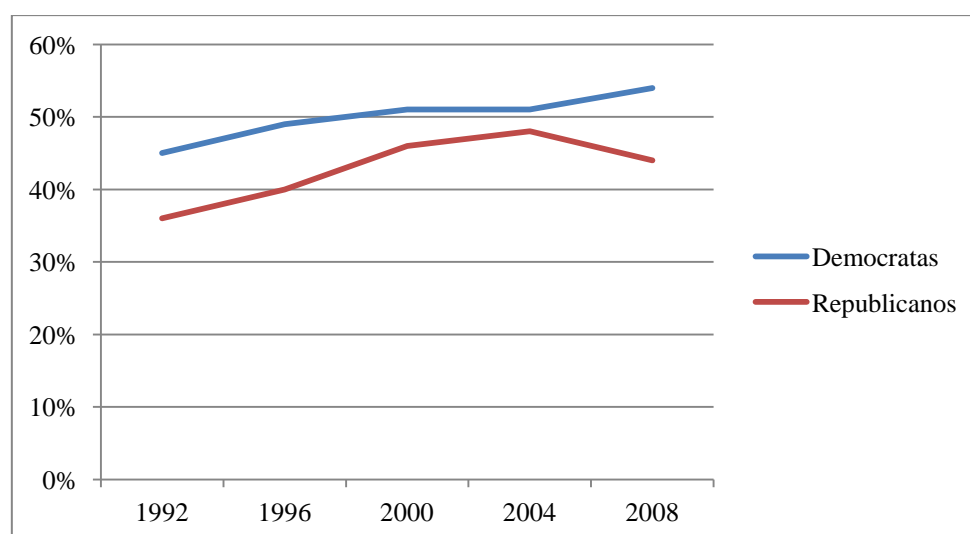
Ciente da importância de Tampa, o Partido Republicano agendou a sua Convenção Nacional para essa cidade. Ainda que isso possa representar uma pequena ajuda para o nomeado republicano no Estado, é um dado praticamente adquirido que, em 2012, a Florida continuará a ser um dos *battlegrounds* mais disputados, senão mesmo aquele que receberá maior destaque por parte das duas campanhas. Até porque a vitória neste Estado significa, para qualquer dos lados, um enorme passo rumo à Casa Branca.

## 5.2. Pennsylvania (20 votos eleitorais)

**Tabela VI - Descrição política e demográfica da Pennsylvania**

Descrição		
Política	População	
Governador: Tom Corbett (R)	<b>12.702.379 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Robert Casey, Jr. (D); Pat Toomey (R)	Pop. urbana: 76,6%	<i>High School</i> : 87,4%
Delegação na Câmara dos Representantes: 7 D; 12 R	Pop. rural: 23,4%	<i>College grad</i> : 26,3%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 10%
Democratas: 4.311.3203	Brancos: 79,5%	<b>Idade</b>
Republicanos: 3.132.039	Negros: 10,4%	<18 anos: 22,3%
Independentes: 1.035.257	Hispânicos: 5,7%	18-65 anos: 62,4%
	Asiáticos: 1,6%	+65 anos: 15,3%
	Outros: 2,8 %	<b>Rendimento médio</b> : \$50.028

**Gráfico III - Resultados das últimas cinco eleições presidenciais na Pennsylvania**



“Pennsylvania started as the center of America” (Barone e McCutcheon, 2011, p. 1359). Tendo sido uma das primeiras colônias, cedo ganhou protagonismo e atraiu milhares de

Britânicos de várias confissões religiosas e Alemães. Philadelphia tornou-se a maior cidade norte-americana e foi aí que se reuniu o Congresso Continental, em 1776, e que decorreu a Convenção Constitucional, em 1787. Nessa época, Philadelphia “seemed destined to become the London of America, the metropolis of government and commerce and culture (Barone e McCutcheon, 2011, p. 1359).

Contudo, tanto Philadelphia como a Pennsylvania não conseguiram manter o papel fulcral que desempenharam no início da União. Perdida a capital federal, que se mudou para Washington D.C., cidade edificada propositadamente para albergar o governo dos Estados Unidos, a Pennsylvania tornou-se a capital da indústria do aço e da indústria energética, principalmente devido ao carvão, matéria-prima abundante no território do Estado. O crescimento industrial foi acompanhado pela chegada de grandes vagas de imigração para o Estado e, em 1910, a Pennsylvania era o segundo Estado mais populoso da União (Barone e McCutcheon, 2011).

O crescimento da Pennsylvania seria interrompido pela Grande Depressão de 1929 e, em algumas regiões do Estado, nunca seria retomado e isso teve como resultado a mais baixa taxa de crescimento populacional entre os maiores Estados da União. Segundo Barone e McCutcheon (2011, p. 1359),

There were 9.6 million Pennsylvanians in 1930, and 12.7 million in 2010. Pennsylvania cast 36 electoral votes for Franklin Roosevelt in 1940 and will cast 20 electoral votes in 2012.

Nos últimos anos, essa tendência alterou-se ligeiramente, devido à taxa de impostos praticada na Pennsylvania, que é mais baixa que na maioria dos Estados vizinhos, à chegada de idosos oriundos de New York que procuram uma região mais sossegada para viver a sua reforma, à imigração de hispânicos para trabalharem nas indústrias da Pennsylvania e à reemergência da zona rural do Estado como produtor energético por excelência (Barone e McCutcheon, 2011).

Politicamente, a Pennsylvania constituiu-se, após a Guerra Civil, como o mais pró-republicano dos maiores Estados norte-americanos. Em 1932, foi mesmo o único dos

grandes Estados a preferir o republicano Herbert Hoover em detrimento de Franklin Roosevelt. Todavia, o New Deal e os movimentos sindicais alteraram o panorama político do Estado e tornaram a Pennsylvania industrial dos anos 30 e 40 quase tão democrata como, nas décadas anteriores, havia sido republicana. Mesmo assim, algumas zonas menos industriais do Estado mantiveram-se fortemente republicanas e serviram de contrapeso à preponderância democrata em Philadelphia e noutros centros urbanos.

Nos anos 80, o Leste do Estado, mais próspero tinha uma tendência pró-republicana, ao passo que o Oeste tendia para o lado democrata. A situação inverteu-se na década seguinte, quando o Leste virou à Esquerda em questões culturais e passou a apoiar o Partido Democrata, enquanto que o Oeste, mais conservador, se passou para o GOP. Como o Leste do Estado é mais populoso e, conseqüentemente, tem maior peso eleitoral, os candidatos republicanos dominaram o Estado nos anos 80 e os democratas saíram vencedores a partir da década de 90 (Barone e McCutcheon, 2011).

Com todas estas oscilações, não admira que, como afirmam Todd e Gawiser (2009, p. 129), “Pennsylvania has been considered a swing state for quite some time, despite the fact that it has voted Democratic in the last five elections”. Com base nessa noção e nos resultados relativamente aproximados das eleições de 2000 e de 2004, a campanha republicana de John McCain apostou forte na Pennsylvania, ciente de que a vitória no Colégio Eleitoral seria difícil sem a adição deste Estado. Porém, o investimento do GOP na Pennsylvania revelou-se infrutífero e Barack Obama conquistou o Estado por uma margem confortável.

Actualmente, os democratas levam vantagem na Pennsylvania, que, a nível demográfico – com um elevado número de eleitores com educação superior e com uma grande vantagem democrata a nível de registo partidário – é mais semelhante aos Estados do Nordeste do que aos seus vizinhos do Midwest (Todd e Gawiser, 2009).

A vantagem democrata na Pennsylvania também se explica pelo crescimento das áreas urbanas e suburbanas de Philadelphia, um bastião democrata. Segundo Todd e Gawiser (2009, p. 133),

It used to be said the key for Democrats was to win the east (Philadelphia) and west (Pittsburgh) and concede the middle. But the east has grown a lot bigger than just the Philadelphia area and now Obama has shown how a Democrat can simply run up huge margins in the entire eastern half of the state and win statewide.

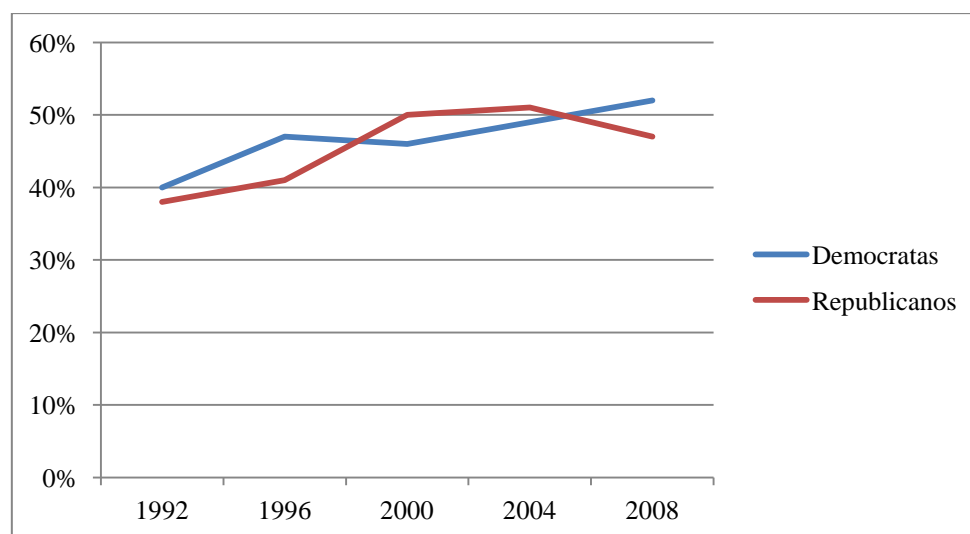
Em 2010, o Partido Republicano foi capaz de voltar a ser competitivo na Pennsylvania e amealhou importantes vitórias no Estado. As eleições intercalares são, porém, bastante diferentes das eleições presidenciais e, em 2012, é pouco provável que o Estado caia para o lado do candidato republicano. Contudo, com 20 votos eleitorais para entregar ao seu vencedor, muito dificilmente a Pennsylvania deixará de ser um *battleground state*.

### 5.3. Ohio (18 votos eleitorais)

**Tabela VII - Descrição política e demográfica do Ohio**

Descrição		
Política	População	
Governador: John Kasich (R)	<b>11.536.504 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Sherrod Brown (D); Rob Portman (R)	Pop. urbana: 75,7%	<i>High School</i> .: 87,3%
Delegação na Câmara dos Representantes: 5 D; 13 R	Pop. rural: 24,3%	<i>College grad</i> : 24%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 8,8%
Não existe registo partidário no Ohio	Brancos: 81,1%	<b>Idade</b>
	Negros: 12%	<18 anos: 23,8%
	Hispânicos: 3,1%	18-65 anos: 62,5%
	Asiáticos: 1,7%	+65 anos: 13,7%
	Outros: 2,1%	<b>Rendimento médio</b> : \$46.838

**Gráfico IV - Evolução da votação nas últimas cinco eleições presidenciais no Ohio**



O Ohio foi o primeiro Estado totalmente norte-americano de raiz, já que os treze Estados originais começaram por ser colónias britânicas e os três Estados seguintes, o

Vermont, o Kentucky e o Tennessee formaram-se a partir do seu território. Em pouco tempo, o Ohio passou de um território selvagem, no início do século XIX, para um dos Estados mais desenvolvidos e industrializados da jovem nação Americana após a Guerra Civil.

O Nordeste do Ohio foi povoado por *New England Yankees*<sup>11</sup>, ao passo que o Sul do Estado foi ocupado por cidadãos provenientes da Virgínia. Isso resultou numa divisão cultural, social e mesmo política no Estado, levando mesmo a que, durante a Guerra da Secessão, a simpatia da população do Ohio variasse entre um dos lados em disputa, dependendo da zona do Estado em que se estivesse (Barone e McCutcheon, 2011).

O facto de o Estado dividir as suas preferências políticas de forma quase igualitária entre os dois grandes partidos, fez do Ohio um prémio apetecível em eleições nacionais. A década de 1890 inaugurou um período de domínio republicano que durou mais de 30 anos. Apesar de perder as regiões rurais do Estado, a primazia do GOP nas zonas urbanas em crescimento proporcionaram-lhe muitas vitórias durante esse período.

Esse cenário seria alterado com o período de depressão económica dos anos 30 do século XX, altura em que o Ohio se tornou palco de uma acentuada luta de classes, com os sindicatos das maiores indústrias do Estado a conseguirem importantes vitórias sobre os patrões. A partir daí, as zonas de maior implantação dos sindicatos tornaram-se pró-democratas, enquanto que as regiões com menor presença de sindicatos continuaram terreno favorável para o Partido Republicano (Barone e McCutcheon, 2011).

Desde essa altura, o Ohio tem oscilado as suas preferências e, com o seu grande número de votos eleitorais (ainda que tenha vindo a perder peso no colégio eleitoral) é constantemente um dos principais alvos das campanhas presidenciais. Curiosamente, nunca um candidato republicano foi eleito sem ter ganho o Ohio e, desde 1960, nunca o vencedor do Estado perdeu a eleição geral.

---

<sup>11</sup> Habitantes de New England descendentes dos colonos ingleses originais que se estabeleceram na região.

Nas eleições presidenciais mais recentes, Bill Clinton e George W. Bush venceram por duas vezes cada um o Ohio, mas sempre por curta margem, o que demonstrava o estatuto de *battleground state* por excelência do Ohio. Em 2006, porém, o Ohio virou a favor do Partido Democrata, na sequência do fraco crescimento do Estado, mesmo antes da crise económica e financeira, e da insatisfação com a liderança republicana, minada por escândalos e por sucessivos aumentos de impostos, que fizeram do Ohio um dos Estados com mais alta carga fiscal da União (Barone e McCutcheon, 2011).

A eleição presidencial de 2008 veio confirmar o bom momento dos Democratas no Ohio, já que Obama conseguiu uma vitória relativamente folgada no Estado, apesar de este ter sido, como se pode comprovar pela tabela III, um dos Estados mais disputados na corrida presidencial (foi mesmo o mais visitado pelos candidatos na campanha pela Casa Branca de 2008).

Mas é possível que o desfecho da eleição de 2008 no Ohio possa ter tido mais a ver com o demérito dos Republicanos do que com o mérito da campanha democrata, já que, como referem Todd e Gawiser (2009, p. 90),

Obama received just 40.000 more votes than Kerry did in 2004, which by itself should not have been enough new votes to flip the state. But something funny happened in Ohio; the Republican vote from 2004 to 2008 dropped nearly 300.000. That's how a two point GOP victory in 2004 turned into a four point Democratic win in 2008.

A corrida presidencial de 2008 também demonstrou que as antigas lealdades políticas do Estado se mantêm actuais, com o Nordeste do Estado a constituir-se ainda como o bastião liberal do Ohio, servindo de contraponto ao restante território, em especial o Sul do Estado, terreno favorável aos conservadores. Como aponta Kyle Kondik (2012),

In President Barack Obama's Ohio victory, more than his whole winning margin came from Northeast Ohio, which provided about two-fifths of all votes cast for either Obama or Republican John McCain. (...) Obama won 59% of the two-party vote in Northeast Ohio's 20 counties. In the state's other 68 counties, McCain received close to 52% of the two-party vote, to Obama's 48%.

Apesar de ser um Estado com uma clara divisão política e partidária, o Ohio não é, como muitos pensam, uma amostra à escala estadual do panorama social, cultural e económico dos Estados Unidos. Ao contrário do país como um todo, o Ohio é ainda mais industrial do que pós-industrial, foi pouco atingido pela onda de imigração do final do século XX e o liberalismo cultural não tem a preponderância no Ohio que tem em outros Estados vizinhos. É verdade que tem uma percentagem de afro-americanos (12%) semelhante à média nacional, mas, em contrapartida, conta com apenas 3% de hispânicos (Barone e McCutcheon, 2011).

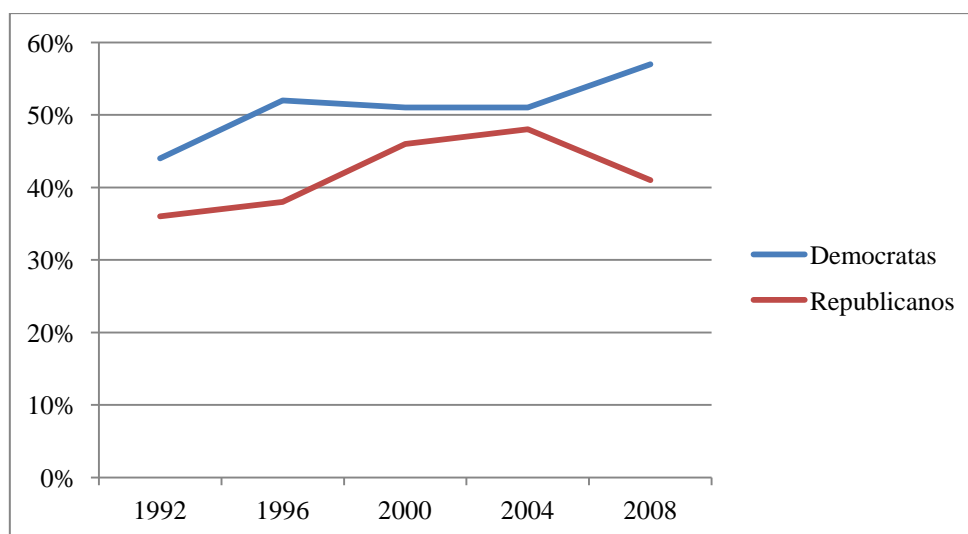
É com base neste cenário que as duas campanhas partem para uma eleição que se espera vir a ser altamente disputada no Ohio, ou não tivesse este Estado 18 votos eleitorais para entregar ao seu vencedor. Como dizem Todd e Gawiser (2012, p. 91), “for 2012, it’s hard to imagine that Ohio’s importance will be reduced at all”.

#### 5.4. Michigan (16 votos eleitorais)

Tabela VIII - Descrição política e demográfica do Michigan

Descrição		
Política	População	
Governador: Rick Snyder (R)	<b>9.883.640 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Car Levin (D); Debbie Stabenow (D)	Pop. urbana: 73,1%	<i>High School</i> : 87,7%
Delegação na Câmara dos Representantes: 6 D; 9 R	Pop. rural: 26,9%	<i>College grad</i> : 24,5%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 9,4%
Não existe registo partidário no Michigan.	Branços: 76,6%	<b>Idade</b>
	Negros: 14%	<18 anos: 23,9%
	Hispânicos: 4,4%	18-65 anos: 63%
	Asiáticos: 2,4%	+65 anos: 13,1%
	Outros: 2,6%	<b>Rendimento médio</b> : \$47.461

Gráfico V: Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Michigan



O Michigan foi efectivamente ocupado pelos Estados Unidos em 1796, mas apenas na década de 1830 é que *Yankees* de New York e de New England se estabeleceram aí,

formando um Estado reformista, anti-esclavagista e cuja Constituição bania a pena de morte. Após a Guerra Civil, o Michigan desenvolveu uma economia industrial que atraiu imigrantes europeus que chegavam para trabalhar nas minas. Pouco depois, no início do século XX, surgiu a indústria automóvel (a indústria norte-americana que mais cresceu nas primeiras três décadas do século XX) que se centrou na principal cidade do Michigan, Detroit, que cresceu de forma exponencial, atraindo “Poles and Italians, Hungarians and Belgians, Greeks and Jews” (Barone e McCutcheon, 2011, p. 812).

O Michigan, que foi um dos Estados que viu nascer o GOP, foi, até à Grande Depressão, um dos Estados mais republicanos da União. Contudo, nos anos 30, “company managers’ desire to use machines efficiently, treating employees as extensions of machines and with great distrust” (Barone e McCutcheon, 2011, p. 812), o que enfureceu os sindicatos e levou a greves generalizadas. Quando o Governador democrata, Frank Murphy, se recusou a enviar tropas para acabar com as greves ilegais, os trabalhadores da indústria automóvel tornaram-se um grupo eleitoral fortemente democrata.

A enorme influência dos sindicatos da indústria automóvel no Michigan levou a que o Estado tivesse um dos mais generosos sistemas sociais dos Estados Unidos. Essa generosidade sustentava-se na previsão de que as grandes empresas de produção automóvel de Detroit continuassem a dominar o mercado norte-americano. Contudo, marcas estrangeiras começaram a construir carros mais baratos e eficientes, o que, combinado com o choque petrolífero da década de 80, levou à crise do sector automóvel e à intervenção do Governo Federal. Nos anos seguintes, o Governo estadual procedeu a reformas, que tiveram o condão de recuperar a economia do Michigan. Todavia, o início do novo milénio revelou-se catastrófico para o Estado, que perdeu 850 mil empregos entre 2001 e 2009 e detinha a mais alta taxa de desemprego durante a crise económica de 2007-2009. Além disso, o Michigan é actualmente o segundo Estado da União a perder mais população (New York é o primeiro) (Barone e McCutcheon, 2011).

Como vimos, o Michigan foi fortemente republicano desde meados do século XIX, até aos anos 20 do século seguinte. A partir da década de 30, o Estado desenvolveu um relativo equilíbrio partidário, equilibrando entre a região metropolitana de Detroit, um

bastião democrata, e o resto do Estado, que favorece o Partido Republicano. Em eleições presidenciais,

for a moment in history, Michigan was a bellwether state. In three elections in a row – 1984, 1988 and 1992 – it voted within 1% of the national average for all major presidential candidates. It then voted 3% more Democratic in 1996, 2000 and 2004, close enough to make it a target state in the last two close contests (Barone e McCutcheon, 2011, p. 816).

Em 2008, porém, Barack Obama venceu no Michigan por mais de 16 pontos percentuais e cedo a campanha republicana abdicou de competir no Estado, apesar da polémica em torno das críticas por parte da candidata vice-presidencial do GOP, Sarah Palin, em relação a essa mesma decisão (Heilemann e Halperin, 2010).

A vitória folgada de Obama deveu-se a vários factores, como a viragem à Esquerda de *Oakland County* em temas sociais ou o excelente resultado democrata entre os jovens, mas principalmente devido às péssimas condições económicas do Michigan durante a administração Bush que tiveram como consequência o castigo eleitoral do nomeado republicano.

Assim, o Michigan, com o seu grande peso dos sindicatos, parece um Estado cada vez mais favorável aos Democratas. Porém, segundo Todd e Gawiser (2009, p. 106) “Republicans have stayed more competitive in the state over the last decade than they should have”. Na verdade, existem alguns factores que indiciam que o Michigan não é um local totalmente seguro para o Partido Democrata, em especial pelo facto de, em 2008, apenas 24% dos eleitores se dizer liberal, face aos 32% que se afirmaram conservadores e os 44% que se viam como moderados (Todd e Gawiser, 2009).

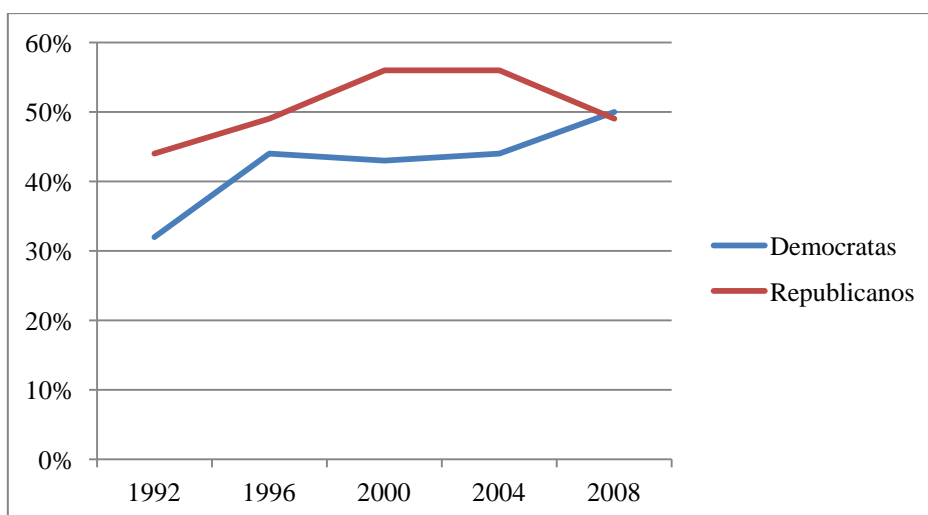
Em 2012, os democratas partem com vantagem aparente no Michigan, devido, em boa parte, à popularidade no Estado do resgate da indústria automóvel realizado pela Administração Obama. Contudo, tendo em conta que o candidato republicano, Mitt Romney, tem raízes no Estado e o seu pai, George Romney, foi mesmo Governador durante os anos 60, é expectável que a campanha republicana tente, pelo menos inicialmente, desafiar o favoritismo democrata no Michigan.

### 5.5. North Carolina (15 votos eleitorais)

**Tabela IX - Descrição política e demográfica da North Carolina**

Descrição		
Política	População	
Governadora: Bev Perdue (R)	<b>9.535.483 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Richard Burr (R); Kay Hagan (R)	Pop. urbana: 59,3%	<i>High School</i> : 83,6%
Delegação na Câmara dos Representantes: 7 D; 6 R	Pop. rural: 40,7%	<i>College grad</i> : 26,2%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 8,7%
Democratas: 2.769.324	Branco: 65,3%	<b>Idade</b>
Republicanos: 1.958.503	Negros: 21,2%	<18 anos: 24,4%
Independentes: 1.472.876	Hispânicos: 8,4%	18-65 anos: 63,1%
	Asiáticos: 2,2%	+65 anos: 12,5%
	Outros: 2,9%	<b>Rendimento médio</b> : \$45.131

**Gráfico VI – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais na North Carolina**



No início do século XXI, a North Carolina tornou-se um dos Estados em destaque na União, com uma economia pujante, uma demografia em crescimento e uma cultura rica

e variada. Contudo, nem sempre foi assim. Sem um grande centro urbano, sem uma indústria que se destacasse e alavancasse o crescimento e sem que as principais rotas comerciais dos Estados Unidos passassem no interior das suas fronteiras, poucos pensariam, há algumas dezenas de anos, que a North Carolina pudesse destacar-se da forma que o fez nos últimos tempos.

Mas, entre 1970 e 2010, a população do Estado quase que duplicou, a sua economia diversificou-se e expandiu-se e as tecnologias e as finanças criaram raízes na North Carolina. Durante esse período, o Estado tornou-se mesmo um dos principais centros bancários dos Estados Unidos. Grande parte do crescimento populacional do Estado concentrou-se na zona metropolitana de Charlotte e no *Research Triangle*<sup>12</sup>, que são agora grandes centros urbanos. Contudo, apesar do seu desenvolvimento urbano, a North Carolina não perdeu as suas características rurais. Dessa forma, o Estado cresceu, tanto a nível económico como cultural, com o apoio simultâneo dos seus cidadãos progressistas e conservadores. Segundo Barone e McCutcheon (2011, p. 1195),

Liberal progressivism has provided an impetus toward building good schools and universities, as well as highways and amenities (...). Religious conservatism has provided a communitarian spirit and charitable impulses, and a moral undertone that anchors those who might go astray.

Devido a esta vincada dicotomia, a North Carolina desenvolveu uma forte polarização entre os dois partidos políticos. Mas se em eleições estaduais os democratas conseguiram bons resultados nas últimas décadas, já em eleições federais os republicanos dominaram. Desde 1968 a 2004, apenas em 1976 não foi o nomeado presidencial do Partido Republicano a vencer os votos eleitorais da North Carolina. Todavia, e surpreendentemente, Barack Obama conseguiu vencer o Estado, em 2008.

Para o fazer, a campanha democrata apostou com grande sucesso no registo de novos eleitores (a North Carolina foi o Estado com maior subida da comparência às urnas, entre 2004 e 2008), especialmente jovens e afro-americanos, dois grupos eleitorais que favorecem o Partido Democrata, ao mesmo tempo que conseguiu uma maior

---

<sup>12</sup> O *Research Triangle Park* é um centro de tecnologia e desenvolvimento criado entre as cidades de Raleigh, Durham e Chapel Hill.

percentagem de votos entre esses dois grupos. Em 2004, o candidato democrata, John Kerry, conseguiu 56% do voto jovem (dos 18 aos 29 anos), enquanto Obama foi capaz de obter uns incríveis 74%. Em relação ao voto negro, a subida foi também significativa, com Kerry a ficar com 85% dos votos dos afro-americanos e Obama a subir esse valor para 95% (Todd e Gawiser, 2009).

Mas, no âmago dos ganhos democratas no Estado estão as alterações demográficas em curso na North Carolina: o crescimento urbano; o regresso de muitas famílias afro-americanas; o aumento da população hispânica; a chegada de muitos cidadãos jovens e instruídos para ocupar cargos no sector bancário em Charlotte ou no sector tecnológico no *Research Triangle* (Cohen, 2012b).

Assim, a North Carolina transformou-se, muito rapidamente, de um Estado seguro para o Partido Republicano para um *battleground state* em eleições presidenciais, com ambos os partidos a disputarem ferozmente o Estado. Para Isaac Wood (2012),

Democrats are excited about their chances with growing urban concentrations of voters with advanced degrees — historically a friendly group to Dems. Republicans are not relying solely on dispersed rural voters, but have made inroads in urban areas as well — a must if they are to stay competitive given the state’s changing political balance.

Apesar das mudanças demográficas estarem a fazer do Estado um local mais favorável para o Partido Democrata, a verdade é que a North Carolina ainda tem uma ligeira tendência pró-republicana. Como diz Micah Cohen (2012b), “North Carolina has moved toward the political center, but it’s not there yet”.

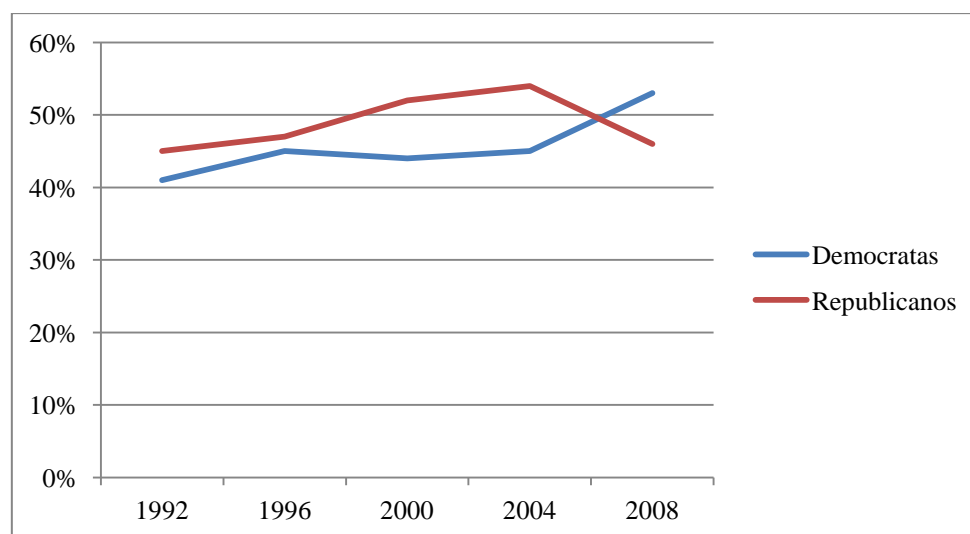
Todavia, tudo indica que, em 2012, o Estado irá ser altamente disputado pelas duas campanhas eleitorais. Aliás, a escolha de Charlotte para albergar a Convenção Nacional Democrata não deixa dúvidas: Barack Obama irá tentar repetir a sua vitória de há quatro anos. E, à medida que a demografia do Estado vai mudando a favor dos democratas, é provável que, no futuro, a North Carolina se mantenha no centro das campanhas presidenciais. Para Todd e Gawiser (2009, p. 85) “considering North Carolina’s population boom, its stay in the presidential battleground will probably be a long one”.

## 5.6. Virginia (13 votos eleitorais)

**Tabela X - Descrição política e demográfica da Virginia**

Descrição		
Política	População	
Governador: Bob McDonnell (R)	<b>8.001.024 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Jim Webb (D); Mark Warner (R)	Pop. urbana: 72,4%	<i>High School</i> : 86,1%
Delegação na Câmara dos Representantes: 3 D; 8 R	Pop. rural: 27,6%	<i>College grad</i> : 33,7%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 13,9%
Não existe registo partidário na Virginia	Branços: 64,8%	<b>Idade</b>
	Negros: 19%	<18 anos: 23,6%
	Hispânicos: 7,9%	18-65 anos: 64,5%
	Asiáticos: 5,5%	+65 anos: 11,9%
	Outros: 2,8%	<b>Rendimento médio</b> : \$60.539

**Gráfico VII - Resultados das últimas cinco eleições presidenciais na Virginia**



Além de ser a mais rica e mais populosa das treze colónias originais, a Virginia foi também a grande responsável pela criação da República e da Constituição Americana,

tendo dado aos Estados Unidos e ao mundo um grupo de líderes ímpar, que incluía nomes como George Washington, Thomas Jefferson ou James Madison.

Após a Revolução Americana, a Virginia perdeu o seu domínio populacional e económico para Estados como a Pennsylvania e New York, devido à exaustão dos seus campos de plantação de tabaco (a grande fonte de riqueza do Estado) e à forte dependência da mão-de-obra escrava. Durante a Guerra Civil, a Virginia lutou ao lado da Confederação e foi muito afectada pelas várias batalhas que se travaram no interior das suas fronteiras. Após a guerra, o ressentimento apoderou-se do Estado, que passou a ser governado por líderes saudosos do seu passado revolucionário e que nunca ultrapassaram a derrota da sua causa perdida (Barone e McCutcheon, 2011).

Durante grande parte do século XX, a Virginia foi dominada pela máquina política do democrata Harry Byrd que, entre 1925 e 1965, foi Governador e Senador do Estado.

For years, the Byrd machine succeeded in keeping most vestiges of racial equality out of Virginia, to the point of closing public schools (...) rather than obeying a federal court desegregation order (Barone e McCutcheon, 2011, p. 1649).

Todavia, essa enorme resistência à integração racial terminou no final dos anos 50, devido às alterações demográficas em curso na Virginia. A expansão dos subúrbios de Washington D.C. no norte do Estado, ocupados por muitos funcionários públicos, o crescimento da região industrial de Hampton Roads, assim como a “emancipação” dos afro-americanos, proporcionou uma base política para os democratas liberais da Virginia.

A partir da década de 70, o Estado sofreu uma revolução demográfica, com a sua população a crescer 72% entre 1970 e 2010. Este crescimento concentrou-se nas zonas urbanas do Norte do Estado, na região de Hampton Roads e de Richmond. Assim, a Virginia tradicional, de pequenas localidades rurais e conservadoras que, em 1960, englobavam mais de 60% da população do Estado, sofreu, em poucas décadas, uma pesada redução geográfica (Barone e McCutcheon, 2011).

Além disso, a constituição demográfica da Virginia também se alterou com a chegada de muitos hispânicos e asiáticos, cujas comunidades, representavam, em 2010, respectivamente, 8% e 5,5% da população estadual. Esses grupos, combinados com o grande número de afro-americanos (19%), formaram uma população heterogênea.

As marcadas mudanças na Virginia resultaram numa relativa instabilidade política nas últimas décadas, tendo os dois grandes partidos alternado várias vezes entre si no domínio da política estadual. Já no que diz respeito a eleições presidenciais, a Virginia foi um bastião democrata desde a Guerra Civil até 1948. Entre 1952 e 2004, com a exceção da eleição de 1964, o Estado votou repetidamente no candidato do Partido Republicano. Em 2008, Barack Obama desde cedo apostou na Virginia, para descrédito da campanha republicana que acreditava ter a situação controlada neste Estado. Porém, a estratégia democrata deu frutos e Obama venceu na Virginia exactamente pela mesma margem da vitória a nível nacional.

Para Todd e Gawiser (2009, p. 92),

To turn Virginia blue (...) the path for Obama was clear: win large majorities in northern Virginia with its close ties to Washington, dent the traditional GOP dominance in the Norfolk-Hampton Roads area and then reduce GOP margins elsewhere.

Como sabemos hoje, a estratégia democrata foi bem-sucedida. A sua robusta vitória na Virginia explica-se pelos excelentes resultados no Norte, onde Obama conseguiu 59% dos votos, na região de Hampton Roads (56%) e em Richmond (53%), tendo John McCain obtido 55% dos votos nas restantes zonas da Virginia (Skelley, 2012).

Muito do mérito da vitória de Obama na Virginia vai para a sua campanha no Estado, que foi muito eficaz no registo de novos eleitores e na promoção do voto entre os seus apoiantes. Em 2004, 39% dos votantes identificavam-se como republicanos, enquanto apenas 35% dos eleitores se dizia democrata. Quatro anos depois, a situação inverteu-se e os democratas formaram 39% do eleitorado, face a apenas 33% do lado republicano. Entre os jovens, que votaram de forma esmagadora no candidato democrata, a taxa de

participação subiu significativamente e estes passaram a constituir 21% do eleitorado, face aos 17% de 2004 (Todd e Gawiser, 2009).

Como vimos, a Virginia reflectiu de forma correcta o resultado nacional da eleição presidencial de 2008, o que demonstra que o Estado é, hoje em dia, um *battleground state* perfeito. Para Skelley (2012),

More and more, Virginia looks and feels like a microcosm of the country as a whole in federal elections. While Democrats look to turn out their supporters in urban areas, Republicans look to run up the vote totals in rural regions. The two parties then battle for the suburbs and exurbs.

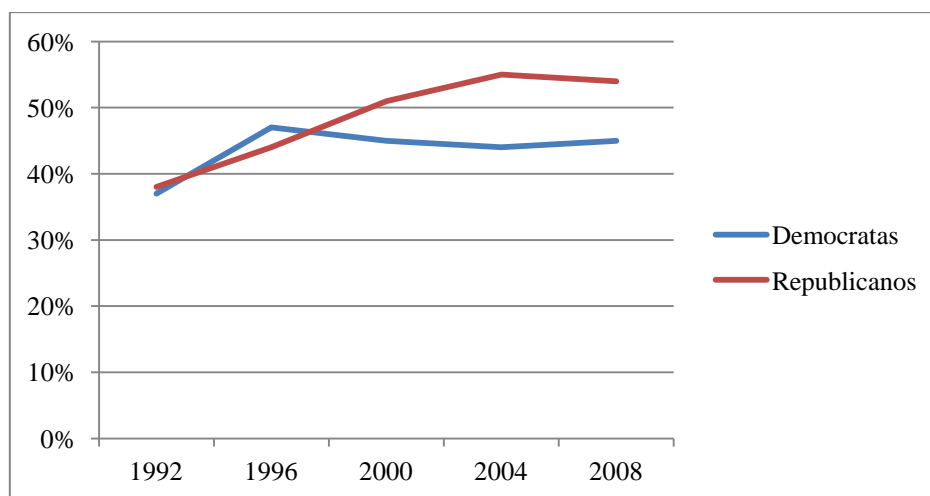
Assim sendo, o destaque actualmente concedido à Virginia em eleições presidenciais parece totalmente justificado. Em 2012, o Estado deverá ser um dos mais disputados pelos dois lados e, no caso de uma eleição muito renhida, é bem possível que os votos eleitorais da Virginia sejam os que decidam o vencedor da eleição presidencial.

### 5.7. Arizona (11 votos eleitorais)

**Tabela XI - Descrição política e demográfica do Arizona**

Descrição		
Política	População	
Governadora: Jan Brewer (R)	<b>6.392.017 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: John McCain (R); Jon Kyl (R)	Pop. urbana: 82,1%	<i>High School</i> .: 83,9%
Delegação na Câmara dos Representantes: 3 D; 5 R	Pop. rural: 17,9%	<i>College grad</i> : 25,6%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 9,3%
Democratas: 1.002.937	Brancos: 57,8%	<b>Idade</b>
Republicanos: 1.131.802	Negros: 3,7%	<18 anos: 26,4%
Independentes: 1.011.679	Hispânicos: 29,6%	18-65 anos: 60,7%
	Asiáticos: 2,7%	+65 anos: 12,9%
	Nativo-americanos: 4%	<b>Rendimento médio: \$50.356</b>
	Outros: 2,2%	

**Gráfico VIII – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Arizona**



O Arizona é casa de uma das mais antigas civilizações da América: os Índios Hopi são a mais antiga comunidade contínua da América e têm as suas raízes nas planícies a Leste do *Grand Canyon* desde há mais de 900 anos. Este Estado, admitido na União em 1912, cresceu de forma bastante moderada durante décadas, principalmente devido às suas elevadas temperaturas, que afastavam as pessoas do Arizona.

Contudo, com o advento do ar-condicionado, o Arizona cresceu exponencialmente, passando de cerca de 700 mil habitantes, no período imediatamente a seguir à II Guerra Mundial, para 6,4 milhões, em 2010. O Estado também prosperou a nível económico, o que se deveu sobretudo ao sector tecnológico e aos baixos impostos praticados. Este *boom* do Arizona foi baseado

On the opposite of New Deal principles: with minimal government and precious little regulations of business, welcoming of new technological ideas and a shunning of cultural liberalism (Barone e McCutcheone, 2011, p. 57).

O crescimento populacional do Arizona deveu-se ainda à imigração oriunda da América Latina, em especial do México, que procuravam ardentemente viver o “sonho americano”. Esse desejo era de tal ordem que, na última década, o Arizona tornou-se uma porta de entrada para milhares de imigrantes ilegais, que atravessam a fronteira entre o México e os Estados Unidos neste Estado, que conta com uma menor protecção do espaço da fronteira do que os seus Estados vizinhos (Barone e McCutcheone, 2011).

Para combater a entrada de imigrantes ilegais a um grande ritmo através das fronteiras do Arizona, foram adoptadas medidas a nível estadual (negação de subsídios sociais a imigrantes ilegais, obrigatoriedade dos funcionários públicos reportarem casos de imigração ilegal, etc.). Recentemente, a Governadora Jan Brewer adoptou mesmo uma posição polémica, ao propor legislação que permitia às forças policiais parar qualquer cidadão e averiguar a sua situação como residente legal no país. Esta proposta criou uma acesa discussão a nível nacional e motivou críticas da Administração Obama, até que um juiz federal anulou a lei por esta infringir prerrogativas federais (Barone e McCutcheone, 2011).

Assim, a questão da imigração tornou-se um ponto fulcral da agenda política do Arizona. Os republicanos adoptaram uma postura mais rígida, negando a possibilidade de uma amnistia ou de um caminho para a cidadania para os imigrantes ilegais, preferindo o reforço da fronteira para evitar a imigração ilegal, o que agradou à maioria da população branca, enquanto os democratas tomaram uma posição mais *immigration-friendly*, defendendo medidas que permitissem a legalização dos imigrantes ilegais, o que era bem visto pela larga comunidade hispânica do Arizona.

Ora, essa mesma comunidade hispânica encontra-se em rápida expansão no Arizona e isso tem feito do Estado que, entre 1952 e 2008, apenas por uma vez (1996) não votou no candidato presidencial republicano, um *battleground state* em emergência. O aumento do eleitorado hispânico no Arizona já havia levado a campanha de John Kerry, em 2004, a considerar a possibilidade de competir no Estado e “without the presence of John McCain, it is likely Arizona would have been targeted in 2008” (Todd e Gawiser, 2009, p. 141). Aliás, apesar de John McCain ser Senador pelo Arizona, Barack Obama conseguiu, há quatro anos, melhorar o resultado de John Kerry, em 2004, o que demonstra a tendência do Estado para o equilíbrio partidário.

Para eleições futuras, os democratas contam sobretudo com o contínuo aumento da população hispânica, que subiu de 12% do eleitorado em 2004 para 16% em 2008. Contudo, nas últimas eleições, foi no Arizona que Obama alcançou um dos seus piores resultados junto dos latinos (56% votaram no actual Presidente), mas isso poderá ter a ver com o facto de McCain ser uma figura popular no seu *home state*. Além disso, “nearly half of the state’s 2008 electorate, 47%, had a college education. Obama carried every single state (14 plus D.C.) that ranked higher on this score” (Todd e Gawiser, 2009, p. 144).

Mas os republicanos ainda detêm uma preciosa vantagem no registo eleitoral no Arizona: uma diferença de sete pontos percentuais tradicionalmente indica estarmos num Estado seguro para o Partido Republicano e esse facto obriga os democratas a conseguirem o voto de uma grande maioria de independentes ou ao registo de um enorme número de eleitores.

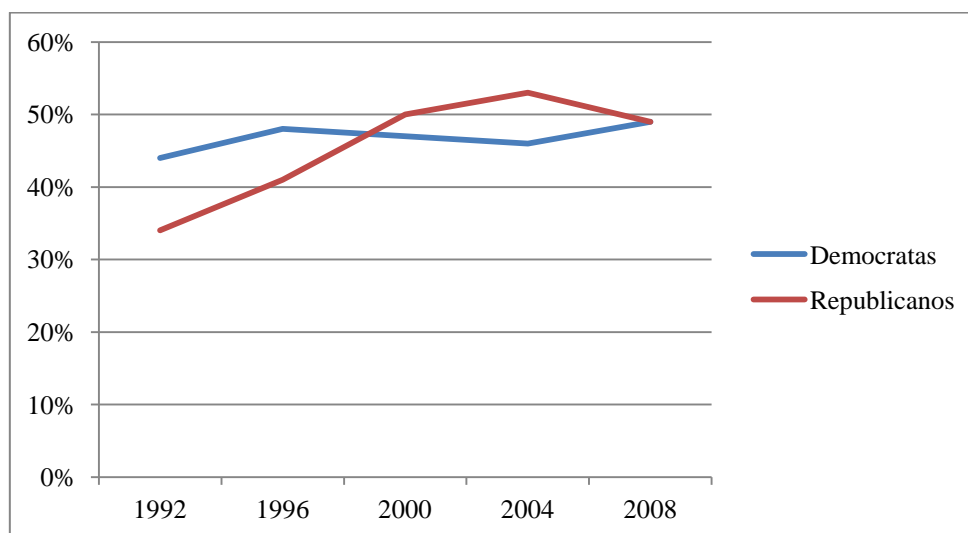
No fim de contas, “there’s plenty of evidence that 2008 is the last time for a while that Arizona will be on the sidelines in a presidential election” (Todd e Gawiser, 2009, p. 144). Por isso, e mesmo que o Arizona tenha sido, de entre todos os Estados que o nosso modelo definiu como *battleground state*, aquele que mais perto ficou de não conseguir essa denominação, parece que o Arizona está definitivamente encaminhado rumo ao estatuto de *battleground state*.

## 5.8. Missouri (10 votos eleitorais)

**Tabela XII - Descrição política e demográfica do Missouri**

Descrição		
Política	População	
Governador: Jay Nixon (R)	<b>5.988.927 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Claire McCaskill (D); Roy Blunt (R)	Pop. urbana: 68,2%	<i>High School</i> : 86,2%
Delegação na Câmara dos Representantes: 3 D; 6 R	Pop. rural: 31,8%	<i>College grad</i> : 25,0%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 9,2%
Não existe registo partidário no Missouri	Branços: 81,0%	<b>Idade</b>
	Negros: 11,5%	<18 anos: 24,1%
	Hispânicos: 3,5%	18-65 anos: 62,3%
	Asiáticos: 1,6%	+65 anos: 13,6%
	Outros: 2,4%	<b>Rendimento médio</b> : \$46.109

**Gráfico IX – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Missouri**



As origens do Estado do Missouri remontam à fundação da cidade de St. Louis, estabelecida pelos franceses e depois adquirida pelos Estados Unidos aquando da compra do Louisiana. No início do século XIX, St. Louis era a cidade mais próspera do

interior dos Estados Unidos, composta por uma aristocracia de comerciantes franceses, uma burguesia de *Yankees* e Norte-Americanos do Sul e ainda uma grande quantidade de escravos negros (Barone e McChutcheon, 2011).

No final do século XIX, o Missouri tinha uma importância significativa, servindo como uma espécie de porta de acesso ao Oeste americano e contando com uma população numerosa (era o quinto Estado mais populoso da União). Contudo, com os fluxos migratórios sentidos no século XX, do interior do Estado em direcção às costas, ao Texas e à Florida, o Missouri deixou de estar entre os Estados com maior população.

Devido à sua localização geográfica, o Missouri serve como que de encruzilhada regional, situando-se na fronteira (geográfica, mas também política e social) entre o Norte e o Sul e o Este e o Oeste dos Estados Unidos. Como afirma Micah Cohen (2012c),

Depending on your perspective, Missouri is either the southernmost northern state, it reaches farther south than any state in the Midwest, or the northernmost southern state, it was a slave state in the 1850s.

Visto que recebe influências de várias regiões, o Missouri, como um todo, não se enquadra totalmente em nenhum padrão regional a nível político e eleitoral – não é tão conservador como o Sul profundo, nem tão liberal quanto a maior parte dos Estados do *Midwest*. Contudo, o Estado sempre esteve politicamente fracturado. Até finais do século XX, a divisão era ainda consequência da Guerra Civil: os Democratas dominavam as zonas do Estado que haviam sido apoiantes da Confederação, enquanto que os Republicanos eram favorecidos nas regiões pró-União.

Actualmente, porém, a divisão é feita de outra forma: os democratas são mais fortes nos centros urbanos, com grandes concentrações de afro-americanos, ao mesmo tempo que os republicanos dominam as restantes zonas, culturalmente conservadoras (Barone e McChutcheon, 2011).

Por tudo isto, “Missouri was one of America’s political bellwether states. It voted for every presidential winner but one in the century from 1904 to 2004” (Barone e McChutcheon, 2011, p. 923).

Todavia, nos últimos anos, o Missouri tem-se tornado progressivamente mais pró-republicano, com o bloco de eleitores brancos, de meios rurais e socialmente conservadores a abandonar gradualmente as fileiras do Partido Democrata, ao mesmo tempo que as regiões tradicionalmente pró-republicanas crescem em ritmo mais acelerado do que as suas contrapartes democratas (Cohen, 2012c). Assim, nos dias de hoje, “ideologically, Missouri falls in the middle of the country but with a slight tilt to the right” (Todd e Gawiser, 2009, p. 79).

Por tudo isto, torna-se menos surpreendente que, em 2008, num ano extremamente favorável para o Partido Democrata, o Missouri não tenha cumprido o seu tradicional papel de Estado “barómetro” e tenha preferido John McCain a Barack Obama, ainda que por apenas cerca de quatro mil votos. Todd e Gawiser (2009, p. 78) parecem estar, por isso, correctos ao questionarem: “if a Democratic nominee can’t carry Missouri in a year like 2008, when can a Democrat carry the state?”

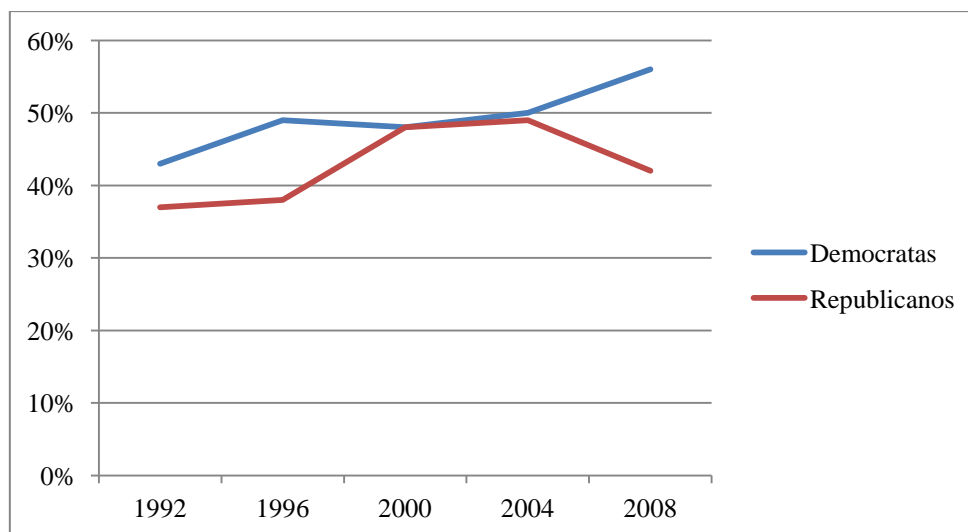
Em 2012, o Missouri deve continuar a ser tratado como um *battleground state*, ainda que não receba tantas atenções como há quatro anos, quando foi bastante disputado pelos dois lados. Até porque, desta vez, os Republicanos parecem em clara vantagem.

### 5.9. Wisconsin (10 votos eleitorais)

**Tabela XIII - Descrição política e demográfica do Wisconsin**

Descrição		
Política	População	
Governador: Scott Walker (R)	<b>5.686.986 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Herb Kohl (D); Ron Johnson (R)	Pop. urbana: 67,1%	<i>High School</i> : 89,4%
Delegação na Câmara dos Representantes: 3 D; 5 R	Pop. rural: 32,9%	<i>College grad</i> : 25,6%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 8,5%
Não existe registo partidário no Wisconsin	Brancos: 83,3%	<b>Idade</b>
	Negros: 6,2%	<18 anos: 23,4%
	Hispânicos: 5,9%	18-65 anos: 63,3%
	Asiáticos: 2,3%	+65 anos: 13,3%
	Outros: 2,3%	<b>Rendimento médio</b> : \$51.257

**Gráfico X – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Wisconsin**



Apesar de terem sido os *New England Yankees* os primeiros a estabelecerem-se no Wisconsin, foram imigrantes germânicos e escandinavos que representaram o grosso da

ocupação deste território situado no *Midwest* norte-americano. A forte presença germânica no Wisconsin é comprovada pela percentagem de residentes do Estado que, em 2009, referiram ter ascendência alemã: 44,5% (Barone e McCutcheon, 2011).

O Wisconsin foi, a par do Michigan, um dos Estados a estar na origem do Partido Republicano. Esse facto, conjugado com a hostilidade da comunidade germânica para com a escravatura, fez com que o Wisconsin favorecesse o GOP desde a sua formação até à eleição de 1932, quando, à imagem da maior parte do país, votou para eleger o democrata Franklin D. Roosevelt. Antes, em 1924, o Estado tinha comprovado a sua tendência progressista, consequência ainda da sua cultura com raízes germânicas, ao apoiar a candidatura presidencial do político local, Robert La Follette.

Contudo, a partir de 1944,

the state voted Republican most of the time through 1984. Since then, Wisconsin has voted Democratic, although the last two elections were very close. And 2008 makes six Democratic victories in a row (Todd e Gawiser, 2009, p. 134).

Apesar das recentes vitórias democratas em eleições presidenciais, o Wisconsin é, hoje em dia, um Estado muito polarizado politicamente. As regiões suburbanas dos arredores de Milwaukee são bastiões republicanos, ao passo que os democratas dominam as zonas urbanas de Milwaukee e de Madison (Cohen, 2012d).

Para sublinhar a extrema divisão entre democratas e republicanos ou liberais e conservadores no Wisconsin, importa recordar a recente controvérsia em torno de Scott Walker, o Governador republicano eleito, em 2010. Uma vez no poder, Walker tomou várias e decididas medidas para reduzir a despesa do Estado e, principalmente, reduzir os poderes dos sindicatos. Com essas acções, o Governador Walker despoletou a fúria dos sindicatos e da Esquerda local, que desencadearam um processo de *recall*<sup>13</sup>. Contudo, nem a forte organização dos sindicatos e do Partido Democrata local conseguiram destronar Scott Walker que, em Junho de 2012, derrotou o seu opositor democrata numa nova eleição (Washington Post, 2012).

---

<sup>13</sup> Procedimento segundo o qual os eleitores podem remover um político eleito antes que o seu mandato termine, recorrendo a uma nova eleição.

O duplo triunfo de Walker, assim como as vitórias em eleições locais no ciclo de 2010, trouxeram, por isso, uma renovada motivação para os republicanos na antevisão da corrida presidencial de 2012. E, a este entusiasmo dos republicanos do Wisconsin, acresce a escolha de um seu conterrâneo, o congressista Paul Ryan, para candidato vice-presidencial.

Ryan, um especialista em questões fiscais e proponente de uma polémica proposta de orçamento, que incluía, entre outras coisas, a reforma da Segurança Social e de programas populares como o Medicare, foi considerado uma escolha audaz de Mitt Romney, que procurava dar um novo ânimo à sua campanha presidencial (Martin e Haberman, 2012).

Com o congressista do Wisconsin no *ticket* republicano e com o Estado a observar uma recuperação económica mais ténue do que outros Estados vizinhos, é de prever que Barack Obama não repita o resultado de 2008, em que venceu folgadoamente no Wisconsin.

Até porque, como aponta Charles Franklin (cit. in Cohen, 2012d),

Both Gov. Scott Walker and Mr. Obama have net positive approval ratings in Wisconsin. That suggests that there is a group of true independent voters in the state, who can be influenced to vote for either Mr. Romney or Mr. Obama.

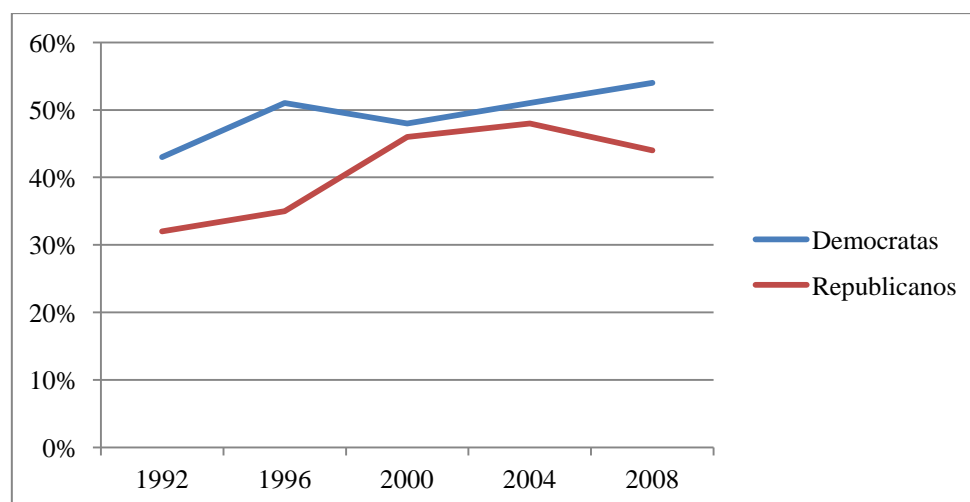
Assim sendo, é de esperar que o desfecho da eleição no Wisconsin seja mais semelhante aos resultados de 2000 e 2004 e que se assista a uma disputa cerrada para a vitória no Estado. Ainda que os democratas continuem a parecer favoritos, tudo indica que o Wisconsin voltará a ser um *battleground state*.

## 5.10. Minnesota (10 votos eleitorais)

Tabela XIV - Descrição política e demográfica do Minnesota

Descrição		
Política	População	
Governador: Mark Dayton (D)	<b>5.303.925 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Amy Klobuchar (D); Al Franken (D)	Pop. urbana: 69,2%	<i>High School</i> : 91,4%
Delegação na Câmara dos Representantes: 4 D; 4 R	Pop. rural: 30,8%	<i>College grad</i> : 31,5%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 10,1%
Não existe registo partidário no Minnesota	Branços: 83,1%	<b>Idade</b>
	Negros: 5,1%	<18 anos: 23,0%
	Hispânicos: 4,7%	18-65 anos: 63,7%
	Asiáticos: 4,0%	+65 anos: 13,3%
	Outros: 3,1%	<b>Rendimento médio</b> : \$56.704

Gráfico XI – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Minnesota



O Minnesota, situado no Norte gelado dos Estados Unidos, é uma comunidade com características muito próprias e diferenciadas do resto do país. Essa unicidade do Estado

provém da sua própria história. Apesar de os *Yankees* terem ignorado o território actualmente ocupado por este Estado, outros pioneiros fixaram-se no Minnesota e esforçaram-se por atrair outros colonizadores, principalmente de proveniência germânica e escandinava, que consideravam o clima semelhante ao dos seus países de origem. No final do século XIX, as *Twin-Cities*, Minneapolis e St. Paul, “were the nerve center of a sprawling and rich agricultural empire” (Barone e McCutcheon, 2011, p. 866).

Como no caso do vizinho Wisconsin, os imigrantes tentaram replicar nesta nova comunidade o tipo de sociedade dos seus países de origem. Assim, “the immigrants from Scandinavia drew on their native traditions of cooperative activity and bureaucratic socialism” (Barone e McCutcheon, 2011, p. 866). Não admira, por isso, e novamente à imagem do que sucedeu no Wisconsin, que se tenha desenvolvido um terceiro partido, o *Farmer-Labor Party*, que, durante os anos 20 e 30 do século XX foi capaz de ombrear com os dois grandes partidos norte-americanos, elegendo senadores e dominando a política estadual.

Contudo, em eleições presidenciais, o Minnesota votou quase sempre no Partido Republicano, desde 1860 até aos anos 20 do século XX. Depois disso, preferiu os democratas, com excepção da retumbante vitória de Richard Nixon, em 1972. Nas eleições de 2000 e 2004, a corrida foi inesperadamente renhida e os republicanos pensaram que o Minnesota estava a tornar-se terreno mais favorável para o seu partido. Em 2008, porém, Barack Obama venceu o Estado com alguma facilidade, de nada valendo a John McCain a aposta no Minnesota, nem mesmo a opção por Minneapolis e St. Paul para cidades organizadoras da Convenção Nacional Republicana (Todd e Gawiser, 2009).

Com uma população maioritariamente urbana e instruída, o Minnesota parece bem encaminhado para permanecer na coluna democrata. Não obstante, nos últimos anos, o Norte do Estado, uma área com tendência a ser mais socialmente conservadora, tem vindo a tornar-se progressivamente mais favorável ao Partido Republicano, devido, em parte, à legislação democrata que regulou a protecção ambiental e o controlo do porte de armas. “At the same time, many *Twin Cities* suburbs and exurbs have become more

Republican, moving the overall balance of the state a few percentage points toward the right”. (Cohen, 2012e).

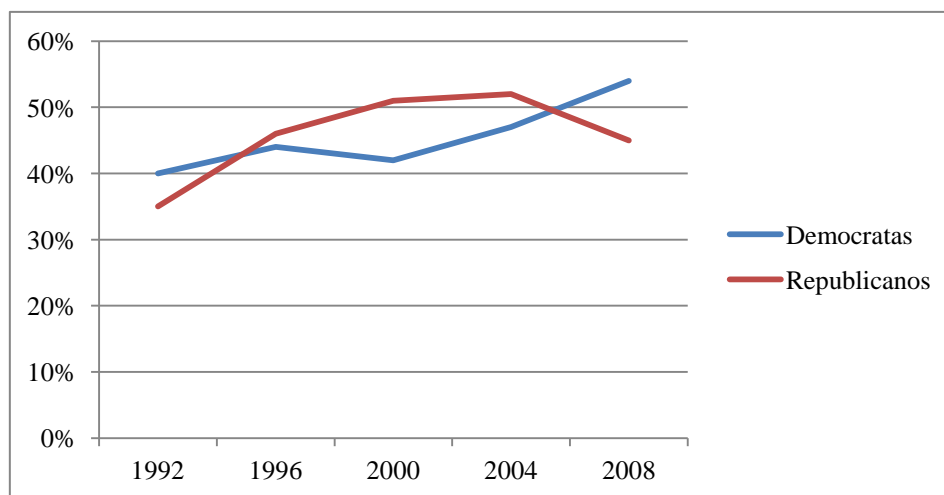
Com os sinais contraditórios enviados pelos eleitores do Minnesota nas urnas, durante os últimos anos, é difícil antever se o Estado será, em 2012, um *battleground state* na corrida pela Casa Branca. Para Nate Silver (2012), Mitt Romney terá uma difícil decisão sobre o que fazer em relação ao Minnesota: valerá ou não a pena desafiar Obama neste Estado? Micah Cohen (2012e) considera que o nomeado republicano tem um estreito caminho para a vitória neste Estado, ainda que 2012 não seja o ano ideal para um opositor derrotar um Presidente em exercício, já que o Minnesota tem uma economia mais robusta do que outros Estados e uma taxa de desemprego relativamente baixa.

### 5.11. Colorado (9 votos eleitorais)

**Tabela XV - Descrição política e demográfica do Colorado**

Descrição		
Política	População	
Governador: John Hickenlooper (D)	<b>5.029.196 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Mark Udall (D); Michael Bennet (D)	Pop. urbana: 80,4%	<i>High School</i> .: 89,7%
Delegação na Câmara dos Representantes: 3 D; 4 R	Pop. rural: 19,6%	<i>College grad</i> : 35,7%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 12,7%
Democratas: 812.389	Branços: 70%	<b>Idade</b>
Republicanos: 874.962	Negros: 3,8%	<18 anos: 24,6%
Independentes: 789.851	Hispânicos: 20,7%	18-65 anos: 65 %
	Asiáticos: 2,7%	+65 anos: 10,4%
	Outros: 2,8%	<b>Rendimento médio</b> : \$56.334

**Gráfico XII - Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Colorado**



Com uma geografia majestosa e diversa (no seio das suas fronteiras, situam-se as Grandes Planícies, assim como as Montanhas Rochosas), o Colorado tem estado sempre

na dianteira das mudanças económicas, culturais e políticas do Oeste dos Estados Unidos.

O crescimento deste Estado, essencialmente urbano (mais de metade da sua população concentra-se na área metropolitana de Denver), foi marcado por uma série de *booms*, intercalados por períodos de pausas ou de crescimento moderado. O primeiro desses *booms* foi aquando da descoberta de ouro e prata nas Montanhas Rochosas, logo após a Guerra Civil Americana. Depois das minas terem fechado, foi a cidade de Denver a servir de âncora para o crescimento, com base nos sectores da produção de carne, da manufacturação de bens e da banca. Mais recentemente, o Colorado floresceu, na década de 70, devido ao interesse nos seus recursos naturais (gás natural e petróleo), e na década de 90, com a chegada de várias empresas de telecomunicações e alta tecnologia (Barone e McCutcheon, 2011).

Ora, essas vagas de migração para o Estado, transformaram politicamente o Colorado. Segundo Barone e McCutcheon (2011, p. 280),

The conservative and boosterish Colorado of the 1960s was transformed in the 1970s by a wave of young liberal migrants who swept the state's politics by calling for environmental protections and slow growth. (...) Then, in the 1990s, a new wave of migrants – tech-savvy, family-oriented cultural conservatives looking for an environment to prosper – moved Colorado's politics to the right.

Assim, às vitórias democratas durante a década de 70, seguiu-se um longo período de domínio republicano, que se prolongou até 2002, ano em que o GOP detinha o cargo de Governador estadual, maioria em ambas as câmaras da legislatura estadual, os dois lugares no Senado e cinco dos sete assentos na Câmara dos Representantes. Também em eleições presidenciais, a primazia era republicana, visto que, desde a II Guerra Mundial, apenas por três vezes um democrata venceu no Colorado (Todd e Gawiser, 2009).

Contudo, uma recuperação democrata começou a sentir-se em 2004, quando John Kerry conseguiu reduzir a margem de vitória de George W. Bush no Estado para metade, comparativamente com a eleição anterior, mesmo sem que a campanha democrata

tivesse apostado no Colorado. Esse erro não voltaria a ser cometido em 2008, ano em que o Partido Democrata cedo tencionou competir pelo Estado, como ficou comprovado quando o partido escolheu a cidade de Denver para albergar a Convenção Nacional Democrata.

Barack Obama acabou por vencer no Colorado, conseguindo mesmo um resultado superior à média nacional. A sua estrutura organizacional revelou-se superior à do seu opositor e a sua campanha “chegou” a mais eleitores do que a republicana. “In Colorado, 51% of voters said they we reached by the Obama campaign, while only 34% of voters were reached by the McCain campaign” (Todd e Gawiser, 2009, p. 55).

Mas a principal explicação para a mudança do Colorado da coluna republicana para a democrata consiste na transformação demográfica do Estado. Para Micah Cohen (2012f),

The Colorado political landscape had been remade, and swiftly, by a rapidly growing Hispanic population and an influx of young, highly educated migrants from the West Coast, particularly California.

Há quatro anos, Obama conseguiu a maioria do apoio de todos os grupos etários, com excepção dos eleitores com mais de 65 anos. Além disso, “Obama’s performance with white college graduates put him over the top in Colorado” (Todd e Gawsier, 2009, p.53): o actual Presidente conseguiu 56% dos votos destes eleitores, em contraste com os apenas 42% dos votos entre os eleitores brancos sem educação superior.

Outro factor que favorece os democratas no Colorado é a forte comunidade hispânica do Estado. Em 2008, os latinos constituíram 13% da força de voto, um número considerável e em subida relativamente a 2004, quando perfizeram 8% dos eleitores. Barack Obama conseguiu 61% dos votos entre este grupo do eleitorado. Todavia, os republicanos têm vindo a ganhar votos entre os hispânicos no Colorado, subindo sempre a sua percentagem de voto, entre 2000 e 2008, o que pode ajudar, no futuro, as suas chances de vitória no Estado.

Depois do excelente resultado alcançado pelo Partido Democrata, em 2008, muitos previram que o Colorado estivesse a inclinar-se ligeiramente para o lado dos democratas. Para Todd e Gawiser (2009, p. 55), “Democrats have not only turned Colorado into a serious battleground but, right now, an argument can be made that it is more blue than purple”.

Em 2012, os democratas tencionam continuar a senda de bons resultados no Colorado<sup>14</sup>, mas os republicanos terão também uma palavra a dizer. Ainda que pareça que Obama e o seu partido partem com uma ligeira vantagem no Estado, o Colorado é, indubitavelmente, um dos locais onde a campanha presidencial será mais bravamente disputada. Por isso, o Colorado merece, sem dúvida, o seu estatuto de *battleground state*.

---

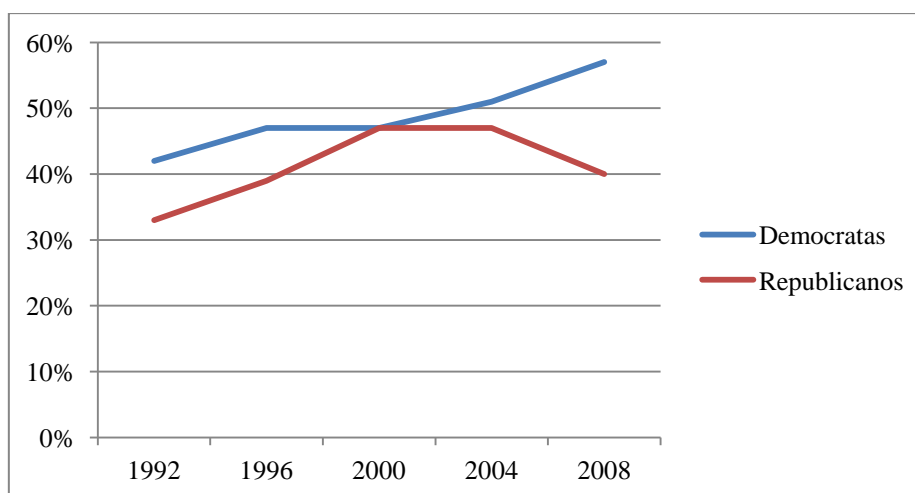
<sup>14</sup> Em 2010, num ano dominado pelo Partido Republicano, os democratas aguentaram-se bem no Colorado, conseguindo mesmo vencer uma eleição por um lugar no Senado, que se julgava estar ao alcance do GOP.

## 5.12. Oregon (7 votos eleitorais)

**Tabela XVI - Descrição política e demográfica do Oregon**

Descrição		
Política	População	
Governador: John Kitzhaber (D)	<b>3.831.074 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Ron Wyden (D); Jeff Merkley (D)	Pop. urbana: 79,2%	High School.: 88,7%
Delegação na Câmara dos Representantes: 4 D; 1 R	Pop. rural: 20,8%	College grad: 28,7%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	Grad degree: 10,3%
Democratas: 863.322	Branços: 78,5%	<b>Idade</b>
Republicanos: 664.123	Negros: 1,7%	<18 anos: 23,0%
Independentes: 541.353	Hispânicos: 11,7%	18-65 anos: 63,7%
	Asiáticos: 3,6%	+65 anos: 13,3%
	Outros: 4,5%	<b>Rendimento médio: \$49.325</b>

**Gráfico XIII – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Oregon**



Situado na costa Ocidental dos Estados Unidos, entre a solarenga Califórnia e o chuvoso Estado de Washington, o Oregon foi colonizado, no início do século XIX, por

*New England Yankees* que aí estabeleceram uma sociedade ordeira e produtiva, como se tratasse da New England do Oeste. Considerado um Estado pioneiro em novas políticas públicas, quase um “laboratório de reforma”, o Oregon foi o primeiro Estado a permitir a decisão por referendo, o suicídio medicamente assistido e a implementar o *Labor Day*<sup>15</sup> (Barone e McCutcheon, 2011).

Durante a II Guerra Mundial, o Oregon cresceu bem acima da média nacional, devido ao desenvolvimento da indústria de guerra no Estado, que atraiu milhares de pessoas para o interior das suas fronteiras. Na década de 70 do século XX, o Oregon continuou a aumentar a sua população, já que o seu clima atraía muitos jovens que imigravam para o Estado. O aumento exponencial da população obrigou mesmo o Governador republicano a tomar medidas anti-crescimento. Essas medidas, e outras políticas ambientais, prejudicaram, porém, a indústria de produção de madeira, a principal actividade industrial do Estado (Barone e McCutcheon, 2011).

Estas políticas, do agrado dos jovens universitários e das populações urbanas do litoral, com elevada consciência ambiental, mas rejeitadas pelo sector empresarial e pelas populações do interior do Estado, alteraram notoriamente o panorama político do Oregon. Para Barone e McCutcheon (2011, p. 1334),

These developments have made what was once one of the nation’s most politically homogeneous states (moderates from both parties dominated elections) to one of the nation’s most polarized states.

Neste sentido, Nate Silver (2008) considera mesmo que o Oregon tem os conservadores mais conservadores e os liberais mais liberais dos Estados Unidos, o que explica, segundo o mesmo autor, que o Estado que descriminalizou o consumo de *marijuana* e permite a eutanásia, seja, afinal, o mesmo que tenha banido o casamento entre pessoas do mesmo sexo e que tenha dos mais baixos impostos da União.

No que diz respeito a eleições presidenciais, o

---

<sup>15</sup> O *Labor Day* é o equivalente ao Dia do Trabalhador europeu.

Oregon was once the most Republican state in the West, the only one voting for Thomas Dewey over Harry Truman in 1948 and voting for other losing Republican nominees in 1960 and 1976 (Barone e McCutcheon, 2011, p. 1337).

Todavia, em 1988, quando o Estado já se tinha tornado um centro tecnológico, o Oregon quebrou a sua tendência pró-republicana, votando no democrata Michael Dukakis em detrimento de George Bush. Ainda assim, “it retained a reputation for Independence, giving Ross Perot hefty support in both 1992 and 1996” (Todd e Gawiser, 2009, p. 222).

Nas eleições de 2000 e 2004, os democratas venceram com dificuldade o Oregon, especialmente no primeiro caso, ocasião em que a diferença entre os dois candidatos foi inferior a meio ponto percentual. Porém, em 2008, Barack Obama venceu folgadoamente o Estado, o que, para Micah Cohen (2012g) “was very much out of character for the state. It was the largest win there by a presidential candidate in more than four decades”.

A nível estadual, a hegemonia democrata é quase total. O partido conta com o Governador, com os dois senadores e com quatro dos cinco congressistas entre as suas fileiras. Também a demografia ajuda o Partido Democrata, já que a população do Estado, apesar de maioritariamente branca, se concentra principalmente em zonas urbanas e tem elevados níveis de instrução, dois indicadores que, por norma, indiciam uma maior probabilidade de o eleitorado votar no candidato democrata.

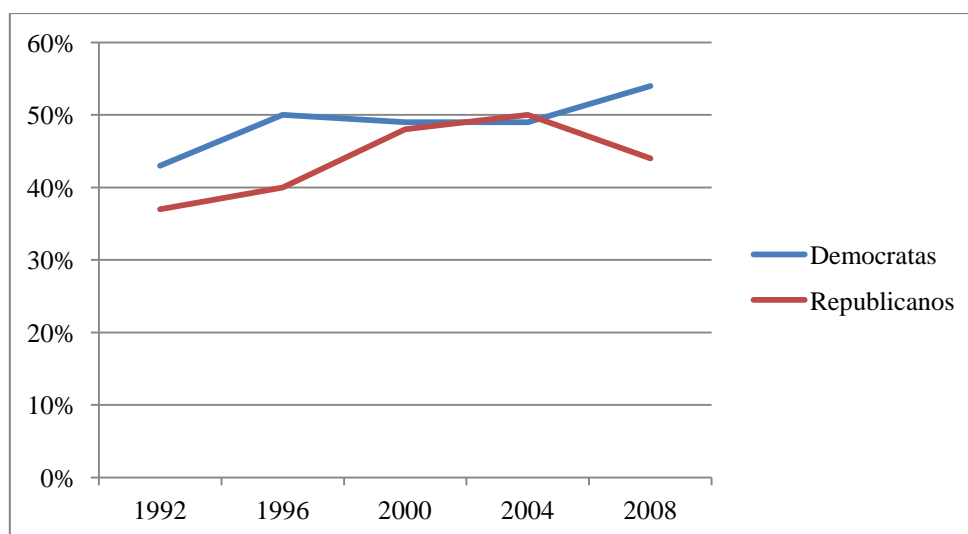
É, por isso, expectável que o Oregon não seja um verdadeiro *battleground state* em 2012 e que Barack Obama consiga amealhar os seus sete votos eleitorais. Apenas na eventualidade de uma vitória folgada de Mitt Romney a nível nacional seria possível que o Estado ficasse do lado republicano (Cohen, 2012g).

### 5.13. Iowa (6 votos eleitorais)

**Tabela XVII - Descrição política e demográfica do Iowa**

Descrição		
Política	População	
Governador: Terry Branstad (R)	<b>3.046.455 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Charles Grassley (R); Tom Harkin (D)	Pop. urbana: 60,3%	<i>High School</i> : 90,2%
Delegação na Câmara dos Representantes: 3 D; 2 R	Pop. rural: 39,7%	<i>College grad</i> : 24,5%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 7,4%
Democratas: 663.215	Branços: 88,7%	<b>Idade</b>
Republicanos: 618.614	Negros: 2,9%	<18 anos: 23,7%
Independentes: 703.166	Hispânicos: 5%	18-65 anos: 61,6%
	Asiáticos: 1,7%	+65 anos: 14,7%
	Outros: 1,8%	<b>Rendimento médio</b> : \$48.457

**Gráfico XIV - Resultados últimas cinco eleições presidenciais no Iowa**



O Iowa, fundado em 1846, depois de colonizado por agricultores *yankees* e de origem alemã, além de ser um Estado decisivo na escolha dos candidatos presidenciais – é aqui

que se realiza o primeiro momento do processo de eleições primárias – é também um palco privilegiado da campanha para a eleição geral. Como dizem Todd e Gawiser (2009, p. 70), “Iowa is a clear example of a battleground state”.

Contudo, nem sempre foi assim.

For much of the 20<sup>th</sup> century, Iowa was a culturally and politically countercyclical state, headed in the opposite direction of the rest of the nation – determinedly, with confidence in its own chipper rectitude, unabashedly out of step (Barohe e McCutcheon, 2011, p. 604).

Essa tendência *anti-establishment* do Iowa pode ser atestada pelas vitórias republicanas no Estado durante a era do New Deal de Roosevelt, ou, em 1988, pelo excelente resultado do candidato democrata, Michael Dukakis, que conseguiu no Iowa o seu segundo melhor resultado em todo o país, apesar de ter sido duramente derrotado por George H. W. Bush (Barohe e McCutcheon, 2011).

Desde aí, porém, o Iowa voltou a convergir politicamente com o resto do país, já que o vencedor no Estado coincidiu sempre com o vencedor do voto popular em eleições presidenciais. Todavia, isso não significou que o Iowa deixasse de ser competitivo em eleições presidenciais, como se pode comprovar através dos números das últimas eleições presidenciais.

Segundo David Yepsen (cit in Cohen, 2012h), director do Paul Simon Public Policy Institute na Southern Illinois University, isto pode ser explicado, em parte, pelo papel de destaque que o Iowa desempenha nas primárias presidenciais:

The caucuses have helped contribute to the creation of a healthy two-party system, (...) Every four years, one party or the other or both, was really doing some intense grass-roots political work (cit in Cohen, 2012h).

Assim, a importância do *caucus* do Iowa e a conseqüente forte aposta dos candidatos presidenciais e partidos políticos neste Estado, ajuda a um certo equilíbrio na distribuição ideológica e partidária entre os eleitores do Iowa, que se dividem, quase

igualmente, entre democratas, republicanos e independentes, como se pode comprovar pelo quadro acima.

Mas não é só o *caucus* local a explicar o facto de o Iowa se tratar de um *battleground state*. Também a demografia tem uma palavra a dizer, apesar de o Iowa ser um Estado em que praticamente 90% da população é branca, o que, e sabendo que o eleitor branco é mais propenso a votar no Partido Republicano do que nos democratas, poderia significar estarmos na presença de um Estado favorável ao GOP.

Todavia, essa parca presença das minorias étnicas, que tradicionalmente apoiam o Partido Democrata, é compensada por uma população com elevados níveis de instrução (90% dos habitantes do Iowa completaram o ensino secundário) e maioritariamente urbana – o Iowa é, historicamente, um Estado agrícola, mas tem vindo a tornar-se gradualmente mais diverso a nível económico, tendo desenvolvido o seu sector financeiro e de altas tecnologias (Cohen, 2012h).

Estas características fazem do Iowa um Estado moderado: os seus eleitores são economicamente conservadores (são, por exemplo, forte defensores de um orçamento equilibrado), mas, ao mesmo tempo, relativamente liberais nas questões sociais (em 2009, o Supremo Tribunal do Iowa declarou inconstitucional a definição estadual do casamento como uma união entre duas pessoas do sexo oposto) (Barone e McCutcheon 2011).

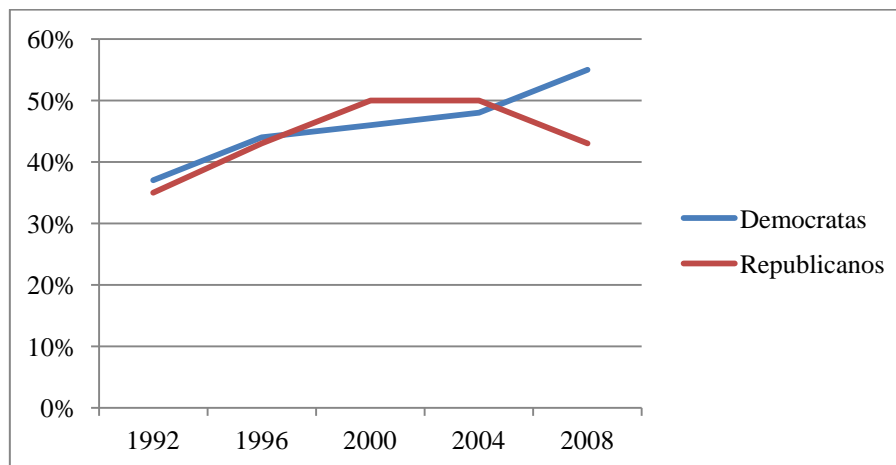
Assim sendo, não é de prever que, pelo menos a curto prazo, o Iowa perca o seu estatuto de *battleground state*. Aliás, tudo indica que, em 2012, o Iowa será um dos Estados mais disputados por Barack Obama e Mitt Romney.

#### 5.14. Nevada (6 votos eleitorais)

Tabela XVIII - Descrição política e demográfica do Nevada

Descrição		
Política	População	
Governador: Brian Sandoval (R)	<b>2.700.551 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Harry Reid (D); Dean Heller (R)	Pop. urbana: 83,7%	<i>High School</i> : 83,7%
Delegação na Câmara dos Representantes: 1 D; 2 R	Pop. rural: 16,3%	<i>College grad</i> : 21,7%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 7,3%
Democratas: 579.108	Branços: 54,1%	<b>Idade</b>
Republicanos: 471.819	Negros: 7,7%	<18 anos: 25,9%
Independentes: 288.284	Hispânicos: 26,5%	18-65 anos: 62,8%
	Asiáticos: 7,1%	+65 anos: 11,3%
	Outros: 4,6%	<b>Rendimento médio</b> : \$55.322

Gráfico XV - Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no Nevada



A história do Nevada iniciou-se com a chegada de exploradores mineiros a Virginia City que procuravam ouro e prata. A extracção de minérios foi tal que, em 1864,

Abraham Lincoln fez do Nevada um Estado, apesar do território ainda não cumprir os requisitos de população para tal. Todavia, o crescimento exponencial gerado pela exploração mineira foi de pouca dura e, em 1900, o Nevada tinha apenas 42 mil habitantes. Trinta anos depois, com somente 91 mil residentes, o Governo do Estado estava prestes a entrar em bancarrota. “So Nevada decided to roll the dice. It reduced its residency requirement for divorce to six weeks and legalized gambling” (Barone e McCutcheon, 2011, p. 991)

A partir dessa altura, Las Vegas, que até então era apenas um pequeno ponto no mapa tornou-se a cidade do pecado. Com o crescimento baseado nas receitas dos casinos, o Nevada foi o Estado que mais cresceu demograficamente nas últimas duas décadas, com a sua população a passar de 1,2 milhões, em 1990, para 2,7 milhões, em 2010 (Barone e McCutcheon, 2011).

Assim, como antes havia acontecido com a exploração mineira, o Nevada tornou-se um Estado para segundas oportunidades, atraindo indivíduos de todos os pontos dos Estados Unidos, fossem eles de origem irlandesa, judaica, afro-americana, hispânica ou mesmo asiática. Tudo parecia correr bem no Nevada.

Contudo, mais uma vez, o Estado sofreu um duro revés, desta vez devido à crise financeira e imobiliária que atingiu de forma particularmente severa o Nevada e o desemprego subiu para uns históricos 15,3% em Janeiro de 2010. A recessão provocou um turbilhão político num Estado que serve normalmente de barómetro em eleições presidenciais: “it has been wrong in picking the president just once since 1912, when the Silver State sided with Ford over Carter in 1976” (Todd e Gawiser, 2009, p. 113).

Durante muitos anos, o Nevada preferiu os democratas, confiando nos políticos deste partido para defenderem os seus interesses em Washington, tendo em conta que o Estado se encontrava muito dependente do Governo Federal. Nos anos 80, o Nevada inclinou-se pronunciadamente para o lado republicano. Mas, mais recentemente, o Estado tem sido bastante disputado nas eleições presidenciais, tendo votado tangencialmente a favor de Bill Clinton, em 1992 e 1996, e de George W. Bush, em 2000 e 2004.

Em 2008, o Nevada foi mais uma vez um *battleground state*, mas, no final, Barack Obama venceu de forma relativamente folgada, com doze pontos percentuais de vantagem sobre John McCain. Este excelente resultado democrata num Estado tradicionalmente bastante equilibrado deveu-se em boa parte à marcação do *caucus* do Nevada para a primeira fase das primárias democratas, o que fez com que Barack Obama desde muito cedo montasse a sua estrutura organizativa no Estado. Após as primárias, os democratas nunca mais saíram do Nevada e a sua superioridade organizativa permitiu-lhes suplantar os republicanos em eleitores registados em mais de 100 mil votantes (Barone e McCutcheon, 2011).

A superior organização do Partido Democrata no Nevada, assim como a grande importância dos sindicatos dos trabalhadores de casinos, tradicionais aliados democratas, têm ajudado os democratas a conseguir melhores resultados neste Estado do Oeste dos Estados Unidos.

In addition, the economic downturn allowed Democrats to overcome what is perceived as a conservative bent in the state. Many residents move to Nevada to take advantage of the state's low tax laws, and that automatically makes these new voters susceptible to low tax arguments, a staple of any Republican campaign (Todd e Gawiser, 2009, p. 117).

Mas, no fim de contas, no Nevada tudo se resume a demografia. Em 2008, 10% dos eleitores foram afro-americanos e 15% foram hispânicos, tendo Obama vencido em ambos os grupos, pelos esmagadores resultados de 94%-5% e 76%-22%, respectivamente, o que mais que compensou a vitória de McCain junto dos eleitores brancos por 53%-45% (Todd e Gawiser, 2009).

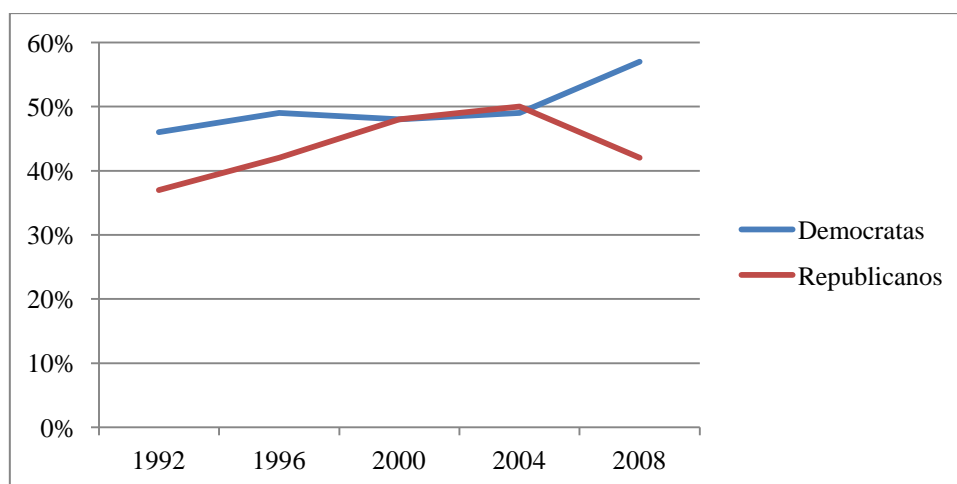
Com este tipo de resultados, num Estado onde a população branca tem tendência a diminuir, avizinha-se muito difícil a vida para os candidatos presidenciais republicanos num futuro próximo, incluindo 2012. Todavia, como a economia do Nevada continua a definhar, o que pode prejudicar os democratas no poder, e como as zonas do Estado fora da área de Las Vegas são bastante conservadoras, o Nevada continuará a ser, pelo menos em 2012, um *battleground state*.

### 5.15. New Mexico (5 votos eleitorais)

**Tabela XIX - Descrição política e demográfica do New Mexico**

Descrição		
Política	População	
Governadora: Susana Martinez (R)	<b>2.059.179 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Jeff Bingaman (D); Tom Udall (D)	Pop. urbana: 76,3%	<i>High School</i> : 82,6%
Delegação na Câmara dos Representantes: 2 D; 1 R	Pop. rural: 23,7%	<i>College grad</i> : 24,9%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 10,4%
Democratas: 570.659	Brancos: 40,5%	<b>Idade</b>
Republicanos: 367.638	Negros: 1,7%	<18 anos: 25,5%
Independentes: 214.620	Hispânicos: 46,3%	18-65 anos: 61,6%
	Asiáticos: 1,3%	+65 anos: 12,9%
	Nativo-americanos: 8,5%	<b>Rendimento médio</b> : \$42.737

**Gráfico XVI – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no New Mexico**



O New Mexico tem alguns das mais antigas povoações na América e Acoma é provavelmente a cidade dos Estados Unidos habitada há mais tempo, desde que, em

1540, os conquistadores espanhóis aí chegaram. Mais recentemente, o Estado foi também famoso por ter sido anfitrião, durante a II Guerra Mundial, do Projecto Manhattan, de que viria a resultar a bomba atómica (Barone e McCutcheon, 2011).

O New Mexico tem a particularidade de ser o Estado com maior percentagem de população hispânica em toda a União. Esse facto, combinado com a presença de uma significativa comunidade nativo-americana no Estado, faz com que o New Mexico seja o único Estado em que os brancos são minoritários.

Assim, a política do Estado foi, durante muitos anos, controlada pelos padrões locais (primeiro republicanos, depois democratas) que controlavam o voto hispânico e, com isso, o desfecho das eleições. Ainda assim,

in national politics, New Mexico was a bellwether, voting for every winning presidential candidate from 1912, when it became a state, until 1976, when it backed Gerald Ford. In the 1988 and 1996 elections, the state was just 1% of the national mark (Barone e McCutcheon, 2011, p. 1080).

Na polémica eleição de 2000, foi a Florida que deu mais que falar, mas, curiosamente Estado decidido por uma margem mais curta foi mesmo o New Mexico, onde Al Gore derrotou George W. Bush por apenas 366 votos. Quatro anos mais tarde, Bush derrotaria o democrata John Kerry por pouco mais de cinco mil votos. Em 2008, porém, Obama conseguiu uma robusta vitória, vencendo McCain por quinze pontos percentuais, um resultado bem acima da média nacional.

Em resumo,

New Mexico has traditionally been a swing state, voting equally over the years for Democrats and Republicans. But if one looks at the last decade, the state has voted Democratic in three of the last four elections, and that fourth was almost a tie with Bush beating Kerry by less than 1%” (Todd e Gawiser, 2009, p. 124).

Esta grande variação na votação dos eleitores do New Mexico explica-se pelos resultados conseguidos pelos candidatos junto do eleitorado hispânico, já que a

distribuição do voto branco praticamente não sofreu alterações (56% para os republicanos e 43% para os democratas, em 2004, e 56%-42%, em 2008). Desta forma, se, em 2004, Bush foi capaz de disputar o voto dos hispânicos com o nomeado democrata, conseguindo 44% dos votos deste grupo do eleitorado, já McCain foi copiosamente batido por Obama na luta pelo voto latino, alcançando apenas 30% dos votos dos hispânicos. Não admira, por isso, que Todd e Gawiser (2009, p.127) afirmem que “if there ever was a state that can serve as an example of the Republican Party’s brand problem with Hispanics, it’s New Mexico”.

Mas, além disso, também o voto da população índia (ou nativo-americana) explica o sucesso democrata neste Estado. Segundo Micah Cohen (2012i),

Mr. Obama’s margin in New Mexico was helped by the state’s large American Indian presence, which is 10% of New Mexico’s population and which was determinedly courted by the Obama campaign in 2008.

O facto de o New Mexico ser um Estado com um elevado nível de pobreza (14% dos seus cidadãos vivem abaixo do limiar de pobreza, face à média nacional de 9%) é outro indicador que justifica o bom resultado de Obama, já que “forty-four percent of voters in New Mexico have a family under \$50,000; they voted 65% for Obama and 33% for McCain” (Todd e Gawiser, 2009, p. 127).

Contudo, o cenário neste Estado para o Partido Republicano podia ser ainda pior, visto que, como aponta Cohen (2012i),

New Mexico might be even more Democratic if not for idiosyncratic Albuquerque, the state’s only real metropolis. Albuquerque, in the central part of the state, is less Democratic than big cities in other states.

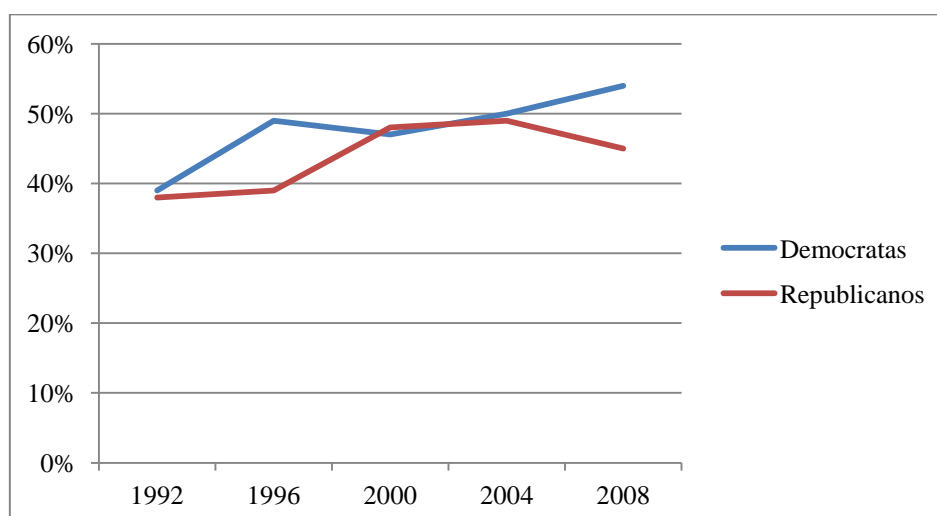
Ficam, assim, evidentes as razões que fazem do New Mexico um Estado classificado, segundo o nosso modelo, como *leaning democrat*. Contudo, com a sua população hispânica em crescimento, e dadas as dificuldades que o Partido Republicano tem sentido para atrair este grupo do eleitorado, parece seguro afirmar que o New Mexico pode tornar-se, a curto ou médio prazo, um Estado *safe democrat*.

### 5.16. New Hampshire (4 votos eleitorais)

Tabela XX - Descrição política e demográfica do New Hampshire

Descrição		
Política	População	
Governador: John Lynch (D)	<b>2.059.179 habitantes</b>	<b>Educação</b>
Senadores: Jeanne Shaheen (D); Kelly Ayotte (R)	Pop. urbana: 57,5%	<i>High School</i> : 90,8%
Delegação na Câmara dos Representantes: 2 R	Pop. rural: 42,5%	<i>College grad</i> : 32,6%
<b>Registo de eleitores por partido</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<i>Grad degree</i> : 11,6%
Democratas: 270.826	Brancos: 92,3%	<b>Idade</b>
Republicanos: 278.782	Negros: 1%	<18 anos: 22,3%
Independentes: 395.733	Hispânicos: 2,8%	18-65 anos: 64,5%
	Asiáticos: 2,1%	+65 anos: 13,2%
	Outros: 1,8%	<b>Rendimento médio</b> : \$62.629

Gráfico XVI – Resultados das últimas cinco eleições presidenciais no New Hampshire



O New Hampshire sempre foi conhecido como um Estado com tendências libertárias, pouco propenso a ceder perante autoridades superiores e, mais concretamente, nada disposto a pagar impostos elevados. Antes da Guerra da Independência, o New Hampshire era quase uma colónia fora-da-lei e, depois da Declaração da Independência, foi a primeira colónia a ter um governo independente (Barone e McCutcheon, 2011).

Mais tarde, a aversão dos cidadãos do New Hampshire a impostos altos viria a trazer dividendos:

low taxes proved to be New Hampshire's fortune. From the 1960s to the 1990s, New Hampshire had the fastest growth in the Northeast, attracting businesses from Massachusetts and other high-tax states. It became a location of choice for entrepreneurs and high-tech innovators, attracting an increasing number of people skeptical of government programs (Barone e McCutcheon, 2011, p 1011).

Assim, a ideologia de *small government e low taxes* do Partido Republicano assentava que nem uma luva às características do New Hampshire. E, de facto,

the Republican candidate carried the state in every election but one from 1948 until 1988, winning by 29 percentage points in 1980, 38 points in 1984 and 26 points in 1988 (Cohen, 2012j).

Dado o domínio republicano no Estado, durante a maior parte da segunda metade do século XX, o New Hampshire era praticamente irrelevante para a eleição geral. Contudo, nas primárias tudo era diferente e com a sua primária a ter o estatuto de primeira da nação, o New Hampshire tornava-se, de quatro em quatro anos, o “epicentro do universo político” (Barone e McCutcheon, 2011, p. 1011).

Depois de quatro décadas de vitórias republicanas em eleições presidenciais no New Hampshire, o Estado reagiu de forma notória à recessão e à queda do mercado imobiliário em 1992, concedendo duas vitórias consecutivas ao candidato democrata, Bill Clinton.

Desde aí, e apesar de o New Hampshire ser ainda um dos poucos Estados da União com mais eleitores republicanos registados do que democratas, os movimentos demográficos têm feito do New Hampshire um *battleground state* em eleições presidenciais. Segundo Micah Cohen (2012j),

New Hampshire has gradually become more competitive because of a political imbalance in the voters who are being added to the rolls and those who are leaving them. New voters — both people who have moved into the state and younger people who have reached voting age — are more Democratic than the residents who are leaving the state or dying.

Num Estado onde a presença de minorias étnicas é praticamente residual, mas em que a população tem elevados níveis de educação e de rendimento, o equilíbrio tem sido a nota dominante nas disputas eleitorais mais recentes. Depois dos anos Clinton, o Partido Republicano saiu triunfante na eleição presidencial de 2000, mas também nas intercalares de 2002. Todavia, entre 2004 e 2008, foram os democratas a dominar no Estado que tem a alcunha de *granite state*.

Em 2009, após Barack Obama ter sido o candidato presidencial mais votado em todos os condados do New Hampshire, Chuck Todd e Sheldon Gawiser (2009), consideraram que o Estado estaria a deixar a sua condição de *battleground state*, passando a constar na coluna democrata. Contudo, as eleições intercalares de 2010 vieram, uma vez mais, alterar o cenário, com o Estado a votar maioritariamente no Partido Republicano.

Por tudo isto, consideramos que o New Hampshire manterá o seu estatuto de *battleground state*, ainda que seja caso único na região de New England, onde o Partido Democrata domina praticamente sem oposição.

## CONCLUSÕES

Como se referiu nesta dissertação, os Pais Fundadores dos Estados Unidos da América desenharam um sistema para a eleição do Presidente do país no qual se reflectisse o carácter federal em que assenta a estrutura política da jovem nação Americana. Sistema esse que, pelas suas particularidades, nomeadamente o Colégio Eleitoral e o formato de *winner takes all* para a atribuição dos votos eleitorais de cada Estado, fez com que os candidatos à Casa Branca concentrassem a sua atenção em apenas um pequeno número de Estados, os *battleground states*.

Como vimos, é nesses *battleground states*, os Estados indecisos e onde o vencedor pode alternar, que se decide a eleição presidencial norte-americana, com os nomeados de cada partido a limitarem as suas visitas e os seus gastos financeiros a esses Estados. Para se definir quais são, afinal, esses *battleground states*, foi utilizado um modelo que, de acordo com a média das diferenças entre os candidatos dos dois grandes partidos norte-americanos nas últimas três eleições presidenciais, classificava cada Estado como *safe Democrat*, *leaning Democrat*, *toss-up*, *leaning Republican* ou *safe Republican*.

Vimos ainda que todos os candidatos apostam forte nos Estados *toss-up*, aqueles verdadeiramente indecisos, mas, consoante a estratégia de cada campanha, o nível de empenho nos Estados considerados como *leaning*, para um ou outro lado, é variável. Assim sendo, considerámos que os *battleground states* são aqueles Estados que o modelo classificou como Estados *toss up* ou *leaning*.

Chegou-se, assim, à definição de dezasseis Estados como *battleground states*. É, então, nesses Estados – que, todos juntos, têm apenas um terço do total de votos eleitorais do Colégio Eleitoral e também cerca de um terço da população dos Estados Unidos – que se disputam e decidem as eleições presidenciais norte-americanas.

Na descrição que fizemos de todos os *battleground states*, onde foram explanadas as principais razões que fazem com que cada um desses Estados seja um *battleground state*, é possível chegar a algumas conclusões, relativamente ao perfil destes locais onde se desenrolam as grandes decisões das eleições presidenciais americanas.

O factor que mais contribui para fazer de um determinado Estado um *battleground state* é a demografia. Dado que, nos Estados Unidos, certos grupos eleitorais são mais propensos a votar num ou noutro partido, um Estado onde haja equilíbrio entre esses mesmos grupos tem grandes possibilidades de se constituir como um *battleground state*.

A dicotomia urbano/rural é um caso gritante. Com o Partido Democrata a dominar os eleitores de meios urbanos e o Partido Republicano a ser muito forte nas zonas rurais, é natural que os Estados com grande percentagem de população urbana, como New York, California, Maryland ou New Jersey sejam bastiões democratas; pelo contrário, os Estados predominantemente rurais, como aqueles que se situam nas grandes planícies e no Sul, são tendencialmente pró-republicanos. Assim sendo, Estados com um misto de meios urbanos e rurais são propensos a inserirem-se na categoria de *battleground states*. Como vimos, a Pennsylvania, o Michigan, o Minnesota, o Wisconsin, o Oregon e a Virginia são alguns desses casos.

A constituição étnica do eleitorado de cada Estado é também, frequentemente, determinante para que o Estado seja um *battleground state*. Dado que os republicanos são, por norma, mais fortes junto do eleitorado branco, a maioria dos votantes norte-americanos, ao invés dos democratas que são mais competitivos junto das minorias étnicas (de forma esmagadora entre os afro-americanos e de forma menos vincada junto dos hispânicos e asiáticos), um Estado que seja etnicamente heterogéneo tem maior probabilidade de ser um *battleground state*.

Isto é especialmente evidente na Florida, o maior dos *battleground states*, mas também na Virginia e na North Carolina, Estados do Sul onde tradicionalmente existem muitos afro-americanos, mas cujas comunidades hispânicas estão também em crescimento. Outros Estados, como o Michigan, o Missouri, o Ohio e a Pennsylvania contam também com um número significativo de afro-americanos, que se concentram, essencialmente, nos centros urbanos.

Contudo, na actualidade, a maior mudança na dinâmica dos Estados em eleições presidenciais tem a ver com a crescente imigração de hispânicos, que está a alterar a demografia e a constituição de alguns Estados de tal maneira que altera a sua forma de

votar em eleições presidenciais. Os Estados fronteiriços do Sudoeste americano são especialmente sensíveis a esta grande vaga de imigração latina. E se, anteriormente, estes Estados, culturalmente conservadores, eram terreno relativamente seguro para os republicanos, agora, com o Partido Democrata a vencer a maioria do voto hispânico, o Sudoeste tornou-se bastante competitivo em eleições presidenciais. O New Mexico é o caso mais paradigmático, já que, com a maior percentagem de hispânicos de todos os Estados da União, o New Mexico é já terreno favorável aos democratas. Outros Estados da região, com o Nevada e o Colorado estão agora no centro da disputa presidencial, enquanto o Arizona parece bem encaminhado para lá chegar.

Outros aspectos que, como vimos nesta dissertação, têm também influência no padrão eleitoral de cada Estado são a história e a tradição política local. A divisão Norte-Sul, que remonta à Guerra da Secessão é ainda, em parte, observada no mapa eleitoral das eleições presidenciais. Assim, Estados limítrofes, como o Missouri e a Virginia, que são influenciados pelas realidades de ambos os lados, são mais propensos a tornarem-se *battleground states*.

O passado político dos Estados do *Midwest* tem também um forte impacto no seu comportamento eleitoral. Até à Grande Depressão, esta zona dos Estados Unidos era dominada pelo Partido Republicano (que até nasceu nesta região). Contudo, com a crescente influência dos sindicatos, apoiados pelos democratas, o equilíbrio entre os dois partidos tornou-se a nota dominante e a região ficou repleta de *battleground states* (Pennsylvania, Ohio, Michigan, Minnesota e Wisconsin).

O próprio sistema de primárias que é utilizado pelos dois partidos para a escolha dos seus nomeados presidenciais foi também importante para fazer do Iowa e do New Hampshire *battleground states*. Como estes Estados são os primeiros a irem a votos nas primárias, os dois partidos e todos os candidatos saturam, de quatro em quatro anos, ambos os locais com atenção e publicidade política e isso tem feito com que no Iowa e no New Hampshire se verifique um apertado equilíbrio partidário.

Estes são alguns dos factores que vimos, ao longo desta dissertação, serem determinantes para que sejam estes dezasseis Estados a terem responsabilidade de, a

cada quatro anos, decidir quem será o novo Presidente norte-americano. No fundo, *os battleground states* retratam a realidade dos Estados Unidos da América, um país heterogéneo, multicultural e cuja identidade é constituída por um aglomerado de matrizes sociais e étnicas diversas.

Com esta dissertação, esperamos ter deixado bem explanadas as principais características do sistema político e eleitoral dos Estados Unidos, principalmente o método de escolha do Chefe-de-Estado norte-americano que, apesar de todas as suas polémicas características, tem sido capaz de proporcionar aos cidadãos do seu país, uma longa e estável democracia. Esperamos ainda que o presente trabalho seja um contributo, ainda que modesto, para o conhecimento científico português. Afinal, como em tempos terá dito Thomas Jefferson, um dos mais conceituados Presidentes dos Estados Unidos, “information is the currency of democracy”.

## BIBLIOGRAFIA

Ameur, F. (2005). *A Guerra da Secessão, 1861-1865*. Lisboa, Edições 70.

Azevedo, M. (2009). *Teses, relatórios e trabalhos escolares*. Lisboa, Universidade Católica Editora.

Barone, M. e McCutcheon, C. (2011). *The Almanac of American Politics*. Washington D.C., National Journal.

Cohen, M. (2012a). In Florida, Tamps is essential to Romney election hopes. [Em linha]. Disponível em <http://fivethirtyeight.blogs.nytimes.com/2012/08/29/in-florida-tampa-is-essential-to-romney-election-hopes/?gwh=80544ED3EEAFC51E0E1AECE83E78D610> [Consultado em 06/09/2012].

Cohen, M. (2012b). In North Carolina, Obama's 2008 victory was ahead of schedule. [Em linha]. Disponível em <http://fivethirtyeight.blogs.nytimes.com/2012/09/04/in-north-carolina-obamas-2008-victory-was-ahead-of-schedule/> [Consultado em 06/09/2012].

Cohen, M. (2012c). In Missouri's move to the right, a question of how far. [Em linha]. Disponível em <http://fivethirtyeight.blogs.nytimes.com/2012/08/21/in-missouris-move-to-the-right-a-question-of-how-far/> [Consultado em 01/09/2012].

Cohen, M. (2012d). Could Ryan tip Wisconsin toward Romney? [Em linha]. Disponível em <http://fivethirtyeight.blogs.nytimes.com/2012/08/13/could-ryan-tip-wisconsin-toward-romney/> [Consultado em 19/08/2012].

Cohen, M. (2012e). Would Pawlenty put Minnesota in within Romney's reach? [Em linha]. Disponível em <http://fivethirtyeight.blogs.nytimes.com/2012/07/20/would-pawlenty-put-minnesota-in-within-romneys-reach/>

pawlenty-put-minnesota-within-romneys-reach/#more-32339 [Consultado em 10/08/2012].

Cohen, M. (2012f). Obama leads, but a Romney comeback might start out west with Colorado. [Em linha]. Disponível em <http://fivethirtyeight.blogs.nytimes.com/category/presidential-geography/> [Consultado em 05/10/2012].

Cohen, M. (2012g). Oregon, Sitting at the border of safe and in play. [Em linha]. Disponível em <http://fivethirtyeight.blogs.nytimes.com/2012/08/16/oregon-sitting-at-the-border-of-safe-and-in-play/> [Consultado em 28/08/2012].

Cohen, M. (2012h). Iowa: Racially Homogeneous, but Politically Diverse. [Em linha]. Disponível em <http://fivethirtyeight.blogs.nytimes.com/2012/07/11/iowa-racially-homogeneous-but-politically-diverse/#more-31950> [Consultado em 15/10/2012].

Cohen, M. (2012i). Political Geography: New Mexico. [Em linha]. Disponível em <http://fivethirtyeight.blogs.nytimes.com/2012/06/15/presidential-geography-new-mexico/> [Consultado em 12/08/2012].

Cohen, M. (2012j). Political Geography: New Hampshire. [Em linha]. Disponível em <http://fivethirtyeight.blogs.nytimes.com/2012/06/24/presidential-geography-new-hampshire/> [Consultado em 12/08/2012].

Estrela, E., Soares, M. A. e Leitão, M. J. (2006). *Saber escrever uma tese e outros textos*. Alfragide, Dom Quixote.

Federal Election Commission. [Em linha]. Disponível em <http://www.fec.gov/> . [Consultado em 28/07/2012].

Fair Vote - Center for Voting and Democracy. Following the Money – Campaign Donations and Spending in the 2008 Presidential Race. [Em linha]. Disponível em

<http://www.fairvote.org/following-the-money-campaign-donations-and-spending-in-the-2008-presidential-race/#.UCvDK6mPV6m> [Consultado em 15/10/2012].

Freitas do Amaral, D. (1997). *História das Ideias Políticas*. Volume II. Lisboa, Edição do Autor.

Friedman, G. (2010). *Os Próximos 100 Anos. Uma previsão para o século XXI*. Alfragide, Livros D’Hoje.

Friedman, G. (2012). *A Próxima Década. Onde temos estado... e para onde nos dirigimos*. Alfragide, Dom Quixote.

Gomes André, J. G. (2008). Sistema Político e Eleitoral Americano, um Roteiro. In: Soromenho-Marques, Viriato. *O Regresso da América. Que futuro depois do Império?* Lisboa, Esfera do Caos, pp. 153-238.

Gouveia, N. e Pinto, R. J. (2009). *As Novas Tecnologias nas Eleições Primárias de 2008 nos Estados Unidos*. Porto, Universidade Fernando Pessoa.

Grafton, J. (Ed.). (2000). *The Declaration of Independence and Other Great Documents of American History*. New York, Dover Publications.

Gray, W. e Hofstadter. (1970). *Panorama da História dos Estados Unidos*. Departamento Cultural da Embaixada dos Estados Unidos da América.

Heilemann, J. e Halperin, M. (2010). *Game Change*. New York, HarperCollins.

Jenkins, P. (2012). *Uma História dos Estados Unidos da América*. Lisboa, Edições Texto e Grafia.

Kondik, K. (2012). The Buckeye State's Political Map. [Em linha]. Disponível em <http://www.centerforpolitics.org/crystalball/articles/the-buckeye-states-political-map/> [Consultado em 02/09/2012].

Maisel, L. S. (2007). *American Political Parties and Elections – A Very Short Introduction*. Nova Iorque, Oxford University Press.

Martin, J. e Haberman, M. (2012). Mitt Romney picks Paul Ryan as running mate. [Em linha]. Disponível em <http://www.politico.com/news/stories/0812/79582.html> . [Consultado em 19/08/2012].

Melandri, P. (2006). *História dos Estados Unidos desde 1865*. Lisboa, Edições 70.

Miranda, J. (1997). *Manual de Direito Constitucional, Tomo I*. Coimbra, Coimbra Editora.

Polsby, N. et al. (2011). *Presidential Elections: Strategies and Structures of American Politics*. New York, Thirteenth Edition.

Proença de Carvalho, M. (2005). *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais*. Lisboa, Quid Juris.

Rogero, N. (1993). *Constituição dos EUA – Anotada e seguida de estudo sobre o sistema constitucional dos Estados Unidos*. Lisboa, Gradiva.

Shaw, D. (2006). *The race to 270. The Electoral College and the Campaign Strategies of 2000 and 2004*. Chicago, The University of Chicago Press.

Silver, N. (2008). Oregon: Swing State or latte-drinking, Prius-driving lesbian commune. [Em linha]. Disponível em <http://www.fivethirtyeight.com/2008/05/oregon-swing-state-or-latte-drinking.html> [Consultado em 19/08/2012].

Silver, N. (2012). Is Minnesota a battleground again? [Em linha]. Disponível em <http://fivethirtyeight.blogs.nytimes.com/2012/07/23/july-23-is-minnesota-a-battleground-again/> [Consultado em 10/08/2012].

Skelley, G. (2012). The Old Dominion's Political Map. [Em linha]. Disponível em <http://www.centerforpolitics.org/crystalball/articles/the-old-dominions-political-map/> [Consultado em 02/09/2012].

Todd, C. e Gawiser, S. (2009). *How Barack Obama Won*. New York, Vintage Books.

Tocqueville, Alexis de. (2007). *Da Democracia na América*. Estoril, Principia.

United Census Bureau. [Em linha]. Disponível em <http://www.census.gov/> . [Consultado em 28/07/2012].

Washington Post. (2012). Scott Walker wins Wisconsin recall election; Tom Barrett defeated. [Em linha]. Disponível em [http://www.washingtonpost.com/politics/scott-walker-wins-wisconsin-recall-election-tom-barrett-defeated/2012/06/06/gJQAXmmmIV\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/politics/scott-walker-wins-wisconsin-recall-election-tom-barrett-defeated/2012/06/06/gJQAXmmmIV_story.html). [Consultado em 19/08/2012].

Wood, I. (2012). The Tar Heel State's Political Map. [Em linha]. Disponível em <http://www.centerforpolitics.org/crystalball/articles/the-tar-heel-states-political-map/> [Consultado em 02/09/2012].

## **ANEXOS**

## Anexo I

### Resultados das últimas cinco eleições presidenciais norte-americanas

<b>Eleição</b>	<b>1992</b>	
<b>Partido</b>	<b>Democrata</b>	<b>Republicano</b>
<b>Candidato</b>	Bill Clinton	George H. W. Bush
<b>Votos</b>	44.909.889	39.104.545
<b>% Voto Popular</b>	43,01%	37,45%
<b>Colégio Eleitoral</b>	370	168

<b>Eleição</b>	<b>1996</b>	
<b>Partido</b>	<b>Democrata</b>	<b>Republicano</b>
<b>Candidato</b>	Bill Clinton	Bob Dole
<b>Votos</b>	47.402.357	39.198.755
<b>% Voto Popular</b>	49,24%	40,71%
<b>Colégio Eleitoral</b>	379	159

<b>Eleição</b>	<b>2000</b>	
<b>Partido</b>	<b>Democrata</b>	<b>Republicano</b>
<b>Candidato</b>	Al Gore	George W. Bush
<b>Votos</b>	50.999.897	50.456.002
<b>% Voto Popular</b>	48,38%	47,87%
<b>Colégio Eleitoral</b>	266	271

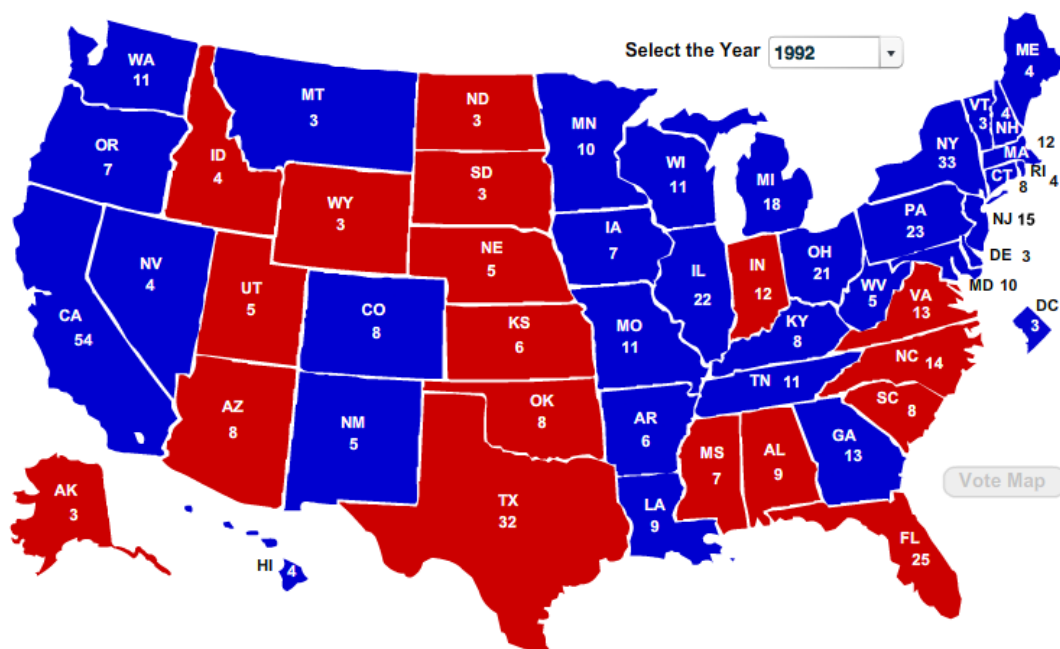
<b>Eleição</b>	<b>2004</b>	
<b>Partido</b>	<b>Democrata</b>	<b>Republicano</b>
<b>Candidato</b>	John Kerry	George W. Bush
<b>Votos</b>	59.028.444	62.040.610
<b>% Voto Popular</b>	48,27%	50,73%
<b>Colégio Eleitoral</b>	251	286

<b>Eleição</b>	<b>2008</b>	
<b>Partido</b>	<b>Democrata</b>	<b>Republicano</b>
<b>Candidato</b>	Barack Obama	John McCain
<b>Votos</b>	69.498.516	59.948.323
<b>% Voto Popular</b>	52,93%	45,65%
<b>Colégio Eleitoral</b>	365	173

Fonte: Federal Election Commission

## Anexo II

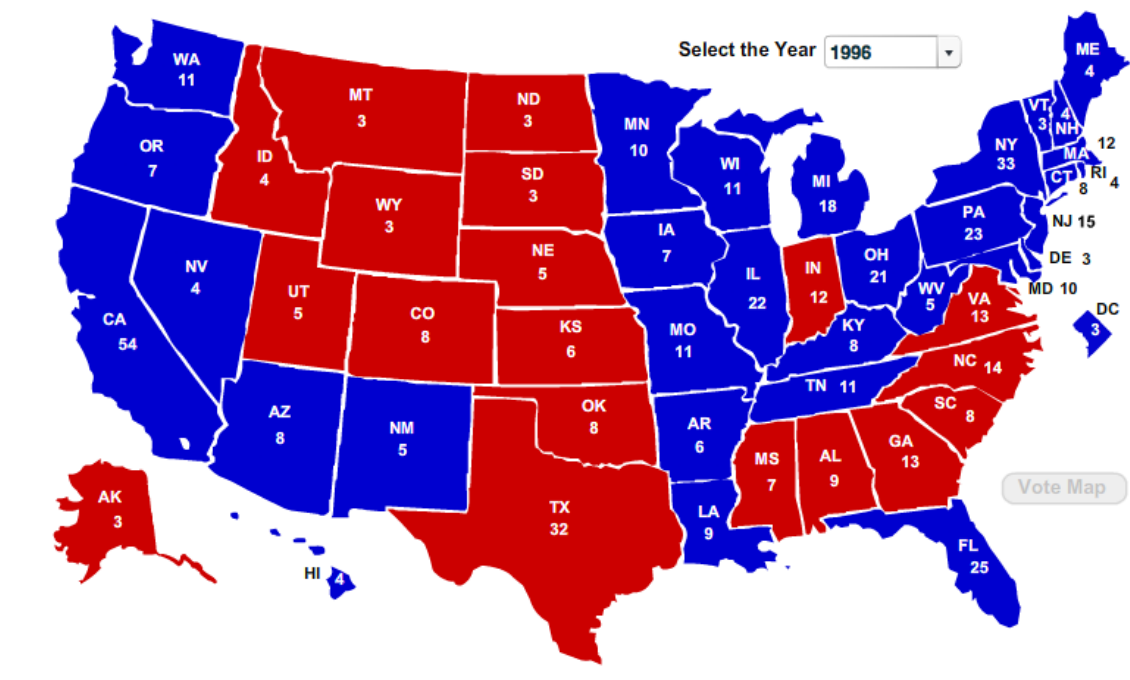
### Mapa eleitoral das eleições presidenciais de 1992



Fonte: <http://www.270towin.com/>

## Anexo II

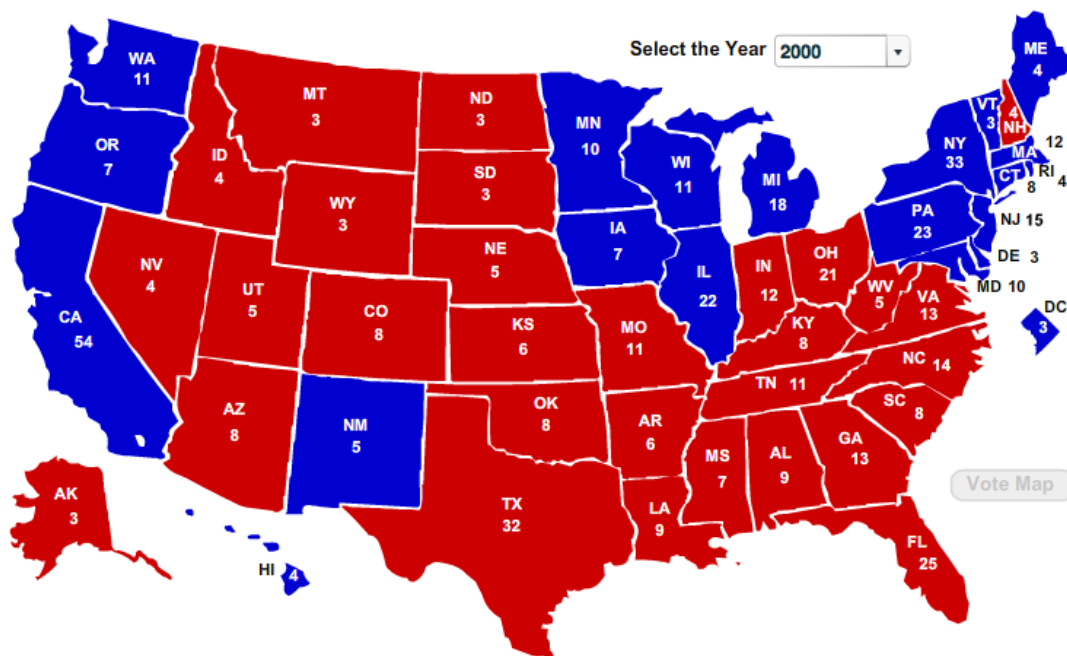
### Mapa eleitoral dos Estados Unidos de 1996



Fonte: <http://www.270towin.com/>

### Anexo III

#### Mapa eleitoral dos Estados Unidos de 2000

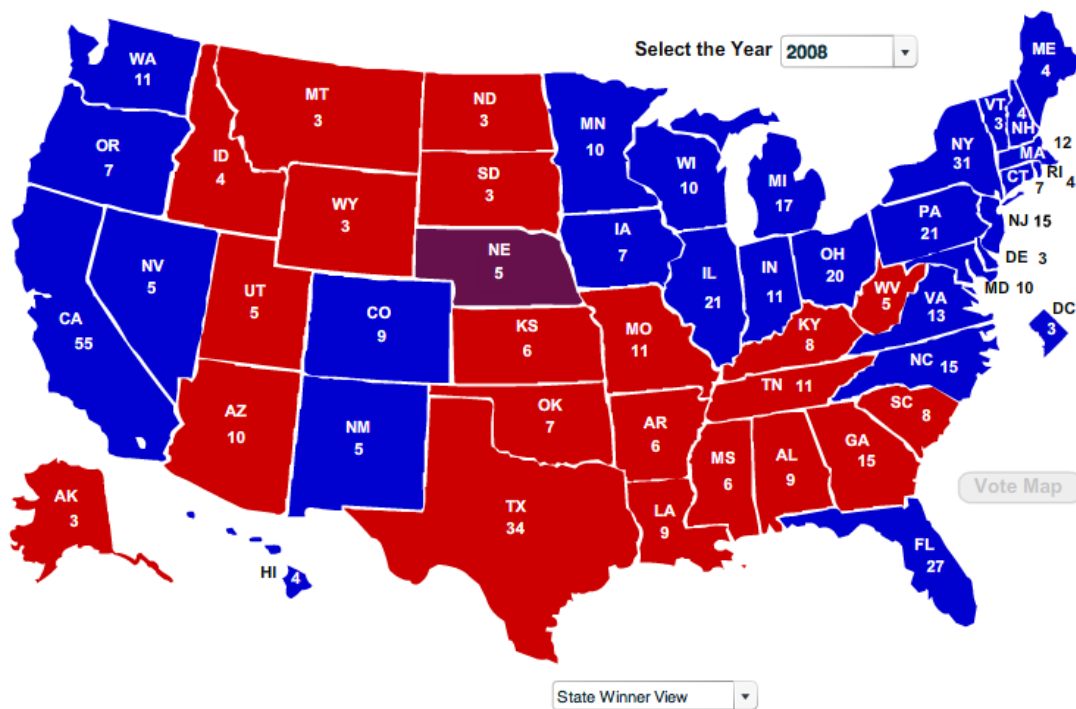


Fonte: <http://www.270towin.com/>



## Anexo V

### Mapa eleitoral dos Estados Unidos de 2008



Fonte: <http://www.270towin.com/>

Anexo VI

Mapa eleitoral dos Estados Unidos de 2012

